

Os Direitos das Crianças e Jovens no Concelho de Campo Maior

Dissertação de Mestrado

Curso de Segundo Ciclo de Estudos de Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e
Jovens em Risco

Letícia de Jesus Cunha Garcia

Orientadora: Professora Doutora Maria José das Dores Martins

Coorientadora: Professora Doutora Adelaide João Cardoso Marques Proença

Portalegre

Junho, 2022

Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Os Direitos das Crianças e Jovens no Concelho de Campo Maior

Dissertação de Mestrado

Curso de Segundo Ciclo de Estudos de Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e
Jovens em Risco

Letícia de Jesus Cunha Garcia

Orientadora: Professora Doutora Maria José das Dores Martins

Coorientadora: Professora Doutora Adelaide João Cardoso Marques Proença

Esta dissertação foi elaborada no âmbito do projeto Adélia, promovido pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) ao abrigo de um protocolo estabelecido entre esta instituição e o Instituto Politécnico de Portalegre (IPP).

Portalegre

Junho, 2022

Constituição do Júri

Presidente: Professora Doutora Maria Elisabete da Silva Tomé Mendes

Arguente: Professor Doutor Sérgio Luís Mocito Campos

Orientadora: Professora Doutora Maria José das Dores Martins

A Convenção sobre os Direitos da Criança vem não só reconhecer as crianças como sujeitos de direitos humanos, mas introduzir uma nova concepção sobre a infância. Ou seja, através da CDC as crianças deixam de ser entendidas como seres incapazes, como objetos de proteção e passam a ser consideradas como seres com competências e recursos, cidadãos e elementos ativos de uma sociedade. (Cardoso et al., 2017, p.15)

Agradecimentos

Realizar uma tese de mestrado é um processo moroso e contínuo, com curvas sinuosas e obstáculos que é necessário ultrapassar. Apesar de ser um trabalho um pouco solitário, para que se consiga trilhar esse caminho e chegar a bom porto, na maioria das vezes, necessitamos da disponibilidade e boa vontade de várias entidades e pessoas. É neste sentido, que gostaria de agradecer a todas as pessoas e entidades que me ajudaram, encaminharam ou possibilitaram a concretização deste meu objetivo.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a colaboração de todas as crianças e jovens que participaram neste estudo, pois, sem a sua participação não seria possível realizar um diagnóstico da situação atual do concelho de Campo Maior, na área da infância e da juventude. Este reconhecimento também se dirige para todos os encarregados de educação que autorizaram a participação dos seus educandos e conseguiram vislumbrar a grande importância deste estudo para o futuro dos seus filhos.

Um agradecimento especial, à minha orientadora, Professora Doutora Maria José Martins, à minha coorientadora, Professora Doutora Adelaide João Proença e, ainda, à Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, por todo o apoio e acompanhamento que me foi dado durante a realização deste trabalho de investigação.

Agradeço a disponibilidade e abertura por parte da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) que autorizou e facilitou os instrumentos aplicados no estudo, nomeadamente, os questionários aplicados às crianças e aos jovens, através do protocolo estabelecido com o IPP.

Uma palavra de apreço para todos os comissários da Comissão Alargada (CPCJ de Campo Maior), que à data integravam a modalidade alargada e que aprovaram a realização deste trabalho, considerando que este seria muito importante para as nossas crianças e jovens e, ainda, que seria um trabalho bastante inovador e impactante, dado nunca ter sido feito nada deste género na área da infância e da juventude.

Importa não esquecer a boa vontade e disponibilidade por parte do Agrupamento de Escolas de Campo Maior, que autorizou a realização deste estudo e criou condições para que tanto as crianças, como os jovens, pudessem participar e exercer a sua liberdade de expressão.

Finalizando, agradeço à minha família e amigos que sempre me apoiaram e nunca me deixaram desistir dos meus objetivos, incentivando-me sempre a manter uma atitude de constante aprendizado e investimento na minha formação e desenvolvimento pessoal e social.

Resumo

A presente dissertação teve como objetivo principal verificar em que medida os direitos das crianças são respeitados e implementados no concelho de Campo Maior, segundo as perspetivas e opiniões das próprias crianças e dos jovens, tendo por referência a Convenção dos Direitos das Crianças, aprovada pela Organização das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989.

Para o efeito foram aplicados dois questionários: um a crianças do 1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico e outro a jovens do 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário. Os dados obtidos permitem concluir que, em geral, os direitos das crianças e dos jovens são respeitados e promovidos no concelho de Campo Maior. No entanto, são identificadas algumas áreas de maior vulnerabilidade, nomeadamente, as questões de segurança no bairro ou na escola, o nível de participação na escola ou noutros fóruns participativos, a fraca utilização por parte dos jovens das infraestruturas desportivas, culturais e recreativas do concelho e o fraco acompanhamento por parte dos pais nesse tipo de atividades mais ligadas aos tempos livres.

A análise realizada permite identificar potencialidades e vulnerabilidades neste território no âmbito dos direitos das crianças e pode ser um contributo na construção de alicerces que tenham como objetivo, a longo prazo, elaborar um Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens, com base no diagnóstico local proporcionado pelos dados apresentados.

Palavras-chave: crianças e jovens, Direitos das Crianças, promoção e respeito pelos Direitos das Crianças, vulnerabilidades e potencialidades, diagnóstico local.

Abstract

The main purpose of this dissertation is to verify to what extent children's rights are respected and implemented in the Council of Campo Maior, according to the perspectives and opinions of children and young people themselves, with reference to Children's Rights Convention, approved by the United Nations, on November 20th, 1989.

To achieve this purpose, two questionnaires were applied: one to children who attend the 1st and 2nd cycle of Basic Education and another one to young people in the 3rd cycle of Primary and Secondary Education. Data shows that the rights of children and young people are generally respected and promoted in Campo Maior. However, some areas of greater vulnerability were identified, including some security issues either in the neighbourhood or at school; the level of participation not only at school but also on other forums, young people's low utilization of cultural, recreational and sports infrastructures; as well as a poor parental interest in this kind of leisure activities.

The analysis carried out allows to identify potential vulnerabilities in this field of Children's Rights, and it can be a contribution to the construction of strong foundations, in the future, which will have as final aim drawing up a Local Plan for the Promotion and Protection of Children's and Young People Rights, based on local diagnosis presented by these data.

Keywords: children and young people, children's rights, promotion and respect for children's rights, vulnerabilities and potential, social diagnosis.

Lista de abreviaturas e siglas

- ATL - Atividades de Tempos Livres
- CDC - Convenção dos Direitos da Criança
- CEAN - Centro Educativo Alice Nabeiro
- CERN - Centro Escolar Comendador Rui Nabeiro
- CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social
- CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo
- CNPDPCJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
- CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- IPP - Instituto Politécnico de Portalegre
- LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
- LTE - Lei Tutelar Educativa
- OMS - Organização Mundial de Saúde
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação
- PIMPA - Plano Intermunicipal de Promoção de Acessibilidade do Alto Alentejo
- SCMCM - Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior

Índice geral

1. Introdução.....	15
2. Enquadramento teórico	16
2.1. O estatuto da criança – regime jurídico e evolução do século XX ao século XXI....	16
2.1.1. No âmbito internacional	16
2.1.2. No âmbito nacional.....	20
2.1.3. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) – o seu funcionamento.....	25
2.2. A criança: as necessidades implícitas e a teoria do desenvolvimento	29
2.3 A criança, a família e o sistema de promoção e proteção.....	34
2.4. Caracterização do concelho de Campo Maior	37
2.4.1. Caracterização do Agrupamento de Escolas de Campo Maior	49
3. Método	51
3.1. Caracterização da amostra	51
3.1.1. Participantes – estudo i – opiniões das crianças	53
3.1.2. Participantes – estudo ii – opiniões dos jovens	56
3.2. Instrumentos.....	58
3.3. Procedimentos.....	60
4. Apresentação de resultados.....	64
4.1. Apresentação de resultados – estudo i – opiniões das crianças	64
4.2. Análise das diferenças entre sexos nos itens que incluem as diferentes secções do questionário aplicado às crianças.....	71
4.3. Análise das diferenças entre ciclos de escolaridade nos itens incluídos em cada uma das secções do questionário aplicado às crianças	80
4.4. Apresentação de resultados: estudo ii – opiniões dos jovens	92
4.5. Análise das diferenças entre sexos nos itens que estão incluídos em cada uma das secções do questionário aplicado aos jovens	104
4.6. Análise das diferenças entre ciclos de escolaridade nos itens incluídos em cada uma das secções do questionário aplicado aos jovens.....	115
5. Conclusões e discussão	128
6. Referências bibliográficas.....	142

Índice de tabelas

Tabela 1 - Taxa de resposta segundo ano de escolaridade.....	51
Tabela 2 - Taxa de resposta segundo ciclo de escolaridade.....	52
Tabela 3 - Taxa de resposta segundo o tipo de questionário aplicado.....	53
Tabela 4 - Distribuição das crianças que responderam ao questionário segundo idade e sexo	54
Tabela 5 - Distribuição das crianças que responderam ao questionário segundo ano de escolaridade.....	54
Tabela 6 - Distribuição das crianças que responderam ao questionário segundo ano de escolaridade e idade	55
Tabela 7 - Distribuição dos jovens que responderam ao questionário segundo idade e sexo .	56
Tabela 8 - Distribuição dos jovens que responderam ao questionário segundo ano de escolaridade.....	57
Tabela 9 - Distribuição dos jovens que responderam ao questionário segundo ano de escolaridade e idade	57
Tabela 10 - Opiniões das crianças sobre ‘Brincadeira e Lazer’.....	64
Tabela 11 - Opiniões das crianças sobre oportunidades de ‘Participação e Cidadania’	65
Tabela 12 - Opiniões das crianças sobre ‘Segurança e Proteção’	66
Tabela 13 - Opiniões das crianças sobre ‘Saúde’	67
Tabela 14 - Opiniões das crianças sobre ‘Educação’.....	68
Tabela 15 - Opiniões das crianças sobre ‘Vida Pessoal’	70
Tabela 16 - Itens da dimensão ‘Brincadeira e Lazer’ segundo a variável ‘sexo’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney)	72
Tabela 17 - Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Brincadeira e Lazer’	73
Tabela 18 - Itens da dimensão ‘Participação e Cidadania’ segundo a variável ‘sexo’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney)	73
Tabela 19 - Ordens médias por sexo referentes aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Participação e Cidadania’	74
Tabela 20 - Itens da dimensão ‘Segurança e Proteção’ segundo a variável ‘sexo’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	75
Tabela 21 - Ordens médias por sexo referente ao item que apresenta diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Segurança e Proteção’	75
Tabela 22 - Itens da dimensão ‘Saúde’ segundo a variável ‘sexo’ - estatísticas de teste (Mann- Whitney) ^a	76
Tabela 23 - Ordens médias por sexo referente ao item que apresenta diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Saúde’	77

Tabela 24 - Itens da dimensão ‘Educação’ segundo a variável ‘sexo’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	77
Tabela 25 - Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Educação’	79
Tabela 26 - Itens da dimensão ‘Vida Pessoal’ segundo a variável ‘sexo’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	79
Tabela 27 - Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Vida Pessoal’	80
Tabela 28 - Itens da dimensão ‘Brincadeira e Lazer’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	81
Tabela 29 - Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Brincadeira e Lazer’	82
Tabela 30 - Itens da dimensão ‘Participação e Cidadania’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	83
Tabela 31 - Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Participação e Cidadania’	84
Tabela 32 - Itens da dimensão ‘Segurança e Proteção’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	85
Tabela 33 - Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Segurança e Proteção’	86
Tabela 34 - Itens da dimensão ‘Saúde’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	86
Tabela 35 - Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Saúde’	87
Tabela 36 Itens da dimensão ‘Educação’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	88
Tabela 37 - Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Educação’	90
Tabela 38 - Itens da dimensão ‘Vida Pessoal’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	91
Tabela 39 - Ordens médias por ciclo de escolaridade referente ao item que apresenta diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Vida Pessoal’	912
Tabela 40 - Opiniões dos jovens sobre ‘Brincadeira e Lazer’	93
Tabela 41 - Opiniões dos jovens sobre oportunidades de ‘ Participação e Cidadania’	94
Tabela 42 - Opiniões dos jovens sobre ‘Segurança e Proteção’	96
Tabela 43 - Opiniões dos jovens sobre ‘Saúde’	97
Tabela 44 - Opiniões dos jovens sobre ‘Educação’	99
Tabela 45 - Opiniões dos jovens sobre ‘Vida Pessoal’	102

Tabela 46 - Opiniões dos jovens sobre ‘Vida Pessoal’ – Contacto com o Sistema de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo	103
Tabela 47 - Itens da dimensão ‘Brincadeira e Lazer’ segundo a variável ‘sexo’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	104
Tabela 48 - Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Brincadeira e Lazer’	105
Tabela 49 - Itens da dimensão ‘Participação e Cidadania’ segundo a variável ‘sexo’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	106
Tabela 50 - Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Participação e Cidadania’	107
Tabela 51 - Itens da dimensão ‘Segurança e Proteção’ segundo a variável ‘sexo’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	108
Tabela 52 - Ordens médias por sexo referente ao item que apresenta diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Segurança e Proteção’	109
Tabela 53 - Itens da dimensão ‘Saúde’ segundo a variável ‘sexo’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	109
Tabela 54 - Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Saúde’	110
Tabela 55 - Itens da dimensão ‘Educação’ segundo a variável ‘sexo’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	111
Tabela 56 - Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Educação’	113
Tabela 57 - Itens da dimensão ‘Vida Pessoal’ segundo a variável ‘sexo’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	114
Tabela 58 - Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Vida Pessoal’	115
Tabela 59 - Itens da dimensão ‘Brincadeira e Lazer’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	116
Tabela 60 - Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Brincadeira e Lazer’	117
Tabela 61 - Itens da dimensão ‘Participação e Cidadania’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	118
Tabela 62 - Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Participação e Cidadania’	119
Tabela 63 - Itens da dimensão ‘Segurança e Proteção’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	120

Tabela 64 - Ordens médias por ciclo de escolaridade referente ao item que apresenta diferenças estatisticamente significativas na dimensão: ‘Segurança e Proteção’	120
Tabela 65 - Itens da dimensão ‘Saúde’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	121
Tabela 66 - Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Saúde’	122
Tabela 67 - Itens da dimensão ‘Educação’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	123
Tabela 68 - Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Educação’	125
Tabela 69 - Itens da dimensão ‘Vida Pessoal’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney) ^a	126
Tabela 70 - Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão Vida Pessoal	127

Introdução

Esta dissertação, foi elaborada ao abrigo de um protocolo entre a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJC) e o Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), insere-se num dos eixos do Projeto Adélia promovido pela CNPDPCJ que prevê a necessidade de se efetuarem diagnósticos locais participados, ao nível de cada um dos concelhos onde as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) atuam, a fim de cada uma delas elaborar planos locais de promoção e proteção dos direitos das crianças e dos jovens, ajustados à realidade de cada um dos concelhos.

Assim, a dissertação teve como objetivo principal verificar em que medida os direitos das crianças são respeitados e implementados no concelho de Campo Maior, segundo as perspetivas e opiniões das próprias crianças e dos jovens, tendo por referência a Convenção dos Direitos das Crianças aprovada pela Organização das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989. Analisar-se-ão ainda as diferenças entre sexos e entre ciclos de escolaridade no que respeita às opiniões das crianças e dos jovens no referido concelho.

A presente dissertação, no segundo capítulo, começa por realizar um enquadramento teórico, mostrando a evolução que tem existido ao nível do estatuto da criança, mais precisamente o seu regime jurídico e a evolução histórica, quer ao nível internacional, bem como ao nível nacional. Importa conhecer a definição do conceito de criança e como este se interliga com o sistema familiar e o Sistema de Promoção e Proteção. De seguida temos a caracterização do concelho de Campo Maior e do Agrupamento Escolas de Campo Maior, local onde se aplicaram os questionários do Projeto Adélia. No terceiro capítulo, é possível verificar o método utilizado, quais os instrumentos e o procedimento que foi aplicado, e ainda consta a caracterização da amostra, segundo os dois tipos de questionários aplicados. O capítulo quatro revela a apresentação dos resultados no estudo i – questionário aplicado às crianças e a apresentação dos resultados no estudo ii – questionário aplicado aos jovens. No quinto capítulo é feita uma análise conjunta das respostas obtidas nos dois questionários, procurando encontrar pontos de semelhança ou de divergência nas respostas recolhidas junto das crianças e jovens. Esta análise irá permitir identificar potencialidades e vulnerabilidades no campo do respeito e promoção dos direitos das crianças, visando elaborar posteriormente um Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças.

2. Enquadramento teórico

2.1. O estatuto da criança – regime jurídico e evolução do século XX ao século XXI

2.1.1. No âmbito internacional

O estatuto da criança nem sempre foi encarado da mesma forma e a sociedade nem sempre lhe atribuiu o mesmo valor. Esta questão da infância, a sua definição e os seus limites, foram-se alterando ao longo dos anos e a própria sociedade começou a olhar para a criança de uma forma bem diferente, como sendo um “sujeito de direito – titular de direitos humanos”.

Na realidade, o papel da criança até aos finais do século XVII era praticamente inexistente, “já que não era reconhecida às crianças, nos primeiros anos de vida, qualquer capacidade de expressão - curiosamente, o termo infância deriva do latim *infans* que significa “aquele que não pode falar”.” (Cardoso et al., 2017, p. 13). Posto isto, durante esses anos, a criança não assumia qualquer papel de destaque e rapidamente era integrada no mundo adulto, quer fosse na esfera laboral, doméstica ou de lazer.

Segundo Cardoso et al (2017), emerge uma burguesia urbana, no ocidente europeu, que contribuiu para uma nova definição da infância, onde se passa a encarar a casa como um espaço privado, onde se privilegia os afetos entre pais e filhos e deixa-se de olhar a criança como sendo um instrumento de trabalho e de sobrevivência para a família. Na última metade do século XIX, a literatura também começa a encarar a criança de uma outra forma, atribuindo-lhe um papel de destaque, surgem também outras ciências, como a pedagogia, a pediatria, a psicologia infantil, que trazem um novo olhar sobre esta nova realidade da infância.

Importa ainda evidenciar que:

“O grande aumento da taxa de natalidade (designado como baby boom), a diminuição das taxas de mortalidade infantil associadas á melhoria das condições de saúde e de vida, em geral, da população criaram condições para uma reinvenção social da infância.” (Cardoso et al., 2017, p. 14)

Como tal, esta evolução histórica teve as suas origens, a partir do século XX, no pós-guerra, onde se reconhece a necessidade de dignificar os direitos humanos e os direitos das crianças.

Neste sentido, existe diversa literatura (Albuquerque, s.d.; Cardoso et al., 2017; Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, s.d.), onde se pode consultar

os diferentes marcos históricos, neste processo de constante transformação do conceito de criança, enquanto sujeito de direitos:

- 1924 – Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança: esta é a primeira declaração relativa aos “direitos da criança”, sendo que a Assembleia da Sociedade das Nações adotou uma resolução endossando a Declaração dos Direitos da Criança, promulgada no ano anterior pelo Conselho da União Internacional de Protecção à Infância (Save the Children International Union), organização de carácter não-governamental. Este instrumento jurídico internacional define a criança como um “ser que deve ser protegido e auxiliado”, exigindo intervenção prioritária em momentos de adversidade. Todos os órfãos e os abandonados também devem ser acolhidos e cuidados. Neste sentido, a criança deve ser alimentada, tratada, auxiliada e reeducada, independentemente, da sua condição.
- 1946 - O Conselho Económico e Social das Nações Unidas (fundado em 1945) recomenda adoção da Declaração de Genebra: após a Segunda Guerra Mundial, este Conselho visa sensibilizar e canalizar as atenções do mundo para os problemas urgentes das crianças.
- 1946 (11 de dezembro) – Criação do Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF) alterado em 1950 para Fundo das Nações Unidas para a Infância: após a II Guerra Mundial, as crianças que viviam na Europa passavam fome e eram alvo de muitas doenças, este fundo é criado para lhes prestar ajuda de emergência, fornecendo leite e bens de primeira necessidade (entre 1947 e 1950) em doze países.
- 1948 (10 de dezembro) - Declaração Universal dos Direitos do Homem: esta declaração foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e foi o primeiro instrumento internacional que enuncia direitos de carácter civil, político e de natureza económica, social e cultural, enfatizando que todos os seres humanos devem beneficiar, inclusivamente as crianças.
- 1950 - Convenção Europeia dos Direitos e Liberdades Fundamentais do Homem (Convenção Europeia dos Direitos do Homem) - a Convenção foi assinada pelo Conselho da Europa e é um tratado internacional destinado a proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais na Europa. Também foi criado o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, destinado a proteger os cidadãos contra violações dos direitos humanos.

- 1959 – Declaração dos Direitos da Criança foi proclamada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 1386 (XIV): surge assim o primeiro código internacional que reconhece os direitos das crianças em matéria de cuidados de saúde, nutrição, educação e proteção. Neste sentido, a criança deve ser protegida e beneficiar de várias condições que contribuam para o seu desenvolvimento sadio, usufruindo de liberdade e dignidade. Esta declaração define-se com um novo enquadramento moral no âmbito dos direitos das crianças, no entanto, não comporta qualquer tipo obrigação jurídica para os países.

- 1979 – Comemora-se o Ano Internacional da Criança: A ONU declarou este dia para alertar, sensibilizar e consciencializar a comunidade internacional para os direitos da criança e promover medidas e políticas que vão ao encontro das necessidades especiais para melhorar esta situação. Neste ano foi apresentado o projeto inicial de uma Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

- 1989 (20 de novembro) – Convenção dos Direitos da Criança (CDC) foi adotada por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas e aberta à assinatura e ratificação em Nova Iorque a 26 de janeiro de 1990. Entrou em vigor a 2 de setembro de 1990, nos termos do seu artigo 49.º. Este documento enuncia um conjunto de direitos fundamentais de todas as crianças e é o tratado de direitos humanos internacionais mais ratificado de sempre.

- 1990 (21 de setembro) - Portugal ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança, sendo que este tratado internacional é um instrumento legal de grande importância devido ao seu carácter universal, encontrando-se em vigor na atualidade.

Realizando esta retrospectiva histórica, importa realçar que só no início da primeira metade do século XX, com a Convenção de Genebra (1924), começa a existir um primeiro despertar sobre a infância, onde o foco é colocado no cuidado e proteção de todas as crianças. No pós-guerra (1946), a ONU revela inúmeras preocupações que se aliam à necessidade emergente de proteger as crianças, muitas delas foram afetadas pela guerra, pela fome e por muitas carências que colocam em risco o seu desenvolvimento. Quase a meio do século XX (1948), três anos depois da guerra, a humanidade gera um novo entendimento sobre quais os direitos do homem que devem ser garantidos e respeitados, e neste sentido a criança também é englobada. No entanto, onze anos mais tarde, em 1959 emerge uma nova consciência sobre a

questão infantil e surge a necessidade de criar uma Declaração específica sobre os Direitos das Crianças. Esta declaração é o primeiro código internacional que reconhece os direitos das crianças em diferentes matérias ou áreas de intervenção, procurando acima de tudo contribuir para o seu desenvolvimento, liberdade e dignidade. Passaram vinte anos e, em 1979, Ano Internacional da Criança, a ONU volta a sentir necessidade de reforçar, junto da comunidade internacional, a importância de criar medidas e políticas para ir ao encontro das necessidades sentidas pelas crianças. Por conseguinte, é lançado o novo projeto para desenvolver uma Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que mais tarde será adotada por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989. A convenção entrou em vigor a 2 de setembro de 1990 e, a 21 de setembro de 1990, Portugal ratifica a mesma.

A Convenção sobre os Direitos das Crianças define um amplo conjunto de direitos fundamentais que são atribuídos às crianças, nomeadamente, os direitos civis e políticos, os direitos económicos, sociais e culturais (UNICEF, 2019). Esta convenção é um tratado internacional que defende os direitos humanos e que mais foi ratificado, tendo sido aprovado por um grande número de Estados do mundo, à exceção dos Estados Unidos da América.

Importa distinguir que as declarações internacionais que foram concebidas no âmbito dos direitos do homem e das crianças, emitem apenas princípios orientadores, pelo que não comportam qualquer tipo de obrigação jurídica para os países, todavia, as convenções já assumem um carácter vinculativo para os Estados partes que as ratificam.

Compreende-se, assim, que

A Convenção sobre os Direitos das Crianças obriga os Estados a assumir que têm deveres relativos ao reconhecimento e efectivação dos direitos da criança ali declarados, sem prejuízo da aplicação de disposições mais favoráveis à realização dos direitos da Criança que possam figurar na legislação do Estado ou no direito internacional em vigor nesse Estado. (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, s.d., p.46)

Existem quatro pilares que orientam a Convenção e que são a base de todos os outros direitos das crianças: a não discriminação, o interesse superior da criança, a sobrevivência e desenvolvimento, a opinião da criança (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, s.d.; UNICEF Portugal, 2022). O pilar da não discriminação mostra que todas as crianças, independentemente do local onde vivem, em qualquer circunstância, têm direito a

desenvolver todo o seu potencial, não sendo aceitável qualquer tipo de discriminação. O segundo pilar revela a extrema importância do superior interesse da criança, sendo que esta deve estar envolvida em qualquer ação ou decisão que envolva a sua pessoa. O terceiro pilar, a sobrevivência e desenvolvimento, incide na importância de acesso aos serviços básicos e à igualdade de oportunidades, para que todas as crianças possam usufruir das mesmas regalias e contribuir para o seu desenvolvimento pessoal. Por último, o quarto pilar reflete a importância da opinião da criança, procurando que a sua voz seja sempre ouvida e tida em conta nos assuntos que dizem respeito à sua vida e à garantia dos seus direitos.

Importa ainda referir que, a Convenção assenta em cinquenta e quatro (54) artigos que podem ser divididos em quatro categorias de direitos: os direitos que se referem à sobrevivência (ex: cuidados adequados), os direitos relativos ao desenvolvimento (ex: educação), os direitos referentes à proteção (ex: direito a ser protegido(a) e contra a exploração) e, por último, os direitos alusivos à participação (ex: exprimir a sua opinião) (Cardoso et al., 2017; UNICEF, 2019).

Resumidamente, é de ressaltar que a Convenção dos Direitos das Crianças veio reconhecer um papel de destaque à criança na sociedade, não descuidando as suas necessidades de crescimento e desenvolvimento pessoal, promovendo a sua proteção e definindo-a como um sujeito de direitos, que deve usufruir de uma postura participativa em todas as áreas que lhe digam respeito.

2.1.2. No âmbito nacional

No início do século XX, após a instauração da República, a criação da Lei de Proteção à Infância traz um novo olhar sobre a mesma e, mais concretamente, sobre a criança enquanto sujeito de direitos. Portugal destaca-se pela “proteção”, num período marcado pela pobreza, marginalidade, mendicidade e precariedade. Existe uma preocupação pela figura da criança, mantendo o foco no papel da prevenção, mais do que no papel da punição (Candeias & Henriques, 2012).

Na esfera jurídica, distingue-se a criança do adulto, criando um espaço próprio para esta, o que deu origem às Tutorias de Infância. (Candeias & Henriques, 2012; Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, s.d.). Desresponsabilizou-se a criança dos atos ilícitos, procurando protegê-la de determinadas circunstâncias sociais, económicas, culturais, entre outras, que afetam o seu bem-estar. Distingue-se o direito penal, do direito de

menores, criando “tribunais” especializados para este fim. Este tipo de tratamento permitia que as crianças tivessem a possibilidade de recuperarem ou regenerarem, realçando o seu caráter preventivo e de proteção.

Em Portugal destacam-se os seguintes marcos na legislação e conceção sobre a infância e os seus direitos (Candeias & Henriques, 2012; Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, s.d.; Justiça, 1962):

- 1911 – (27/05/1911) Criação da Lei de Proteção à Infância em Portugal: criam-se os primeiros tribunais de menores, designados como tutorias de infância, antes de 1911 existiam apenas tribunais.
- Vanguarda na proteção da criança, existe uma preocupação com a criança e a prevenção, mais do que com a punição, intervindo junto de jovens com percurso delinquente ou em vias de enveredarem pela via da delinquência.
- Distinção entre a criança e adulto/ Direito Penal e o Direito de Menores.
- 1911/1912 – Instituídas as Tutorias de Infância em Lisboa e no Porto.
- 1925 – Expansão das Tutorias pelo resto do país nas várias comarcas (Decreto n.º 10:767 de 15 de maio de 1925).
- 1944 – Alterada a designação de Tutoria da Infância para Tribunal de Menores.
- 1962 – Publicação da Organização Tutelar de Menores (OTM), alterada pelo decreto lei de 1967. (Revogada a Lei de Proteção à Infância). O Tribunal intervém com o intuito de proteger os menores e para o seu “bem maior”, incidindo mais na área da delinquência.
- 1977 - Alteração à organização dos tribunais – divisão entre Tribunal de Menores e Tribunal de Família.
- 1991 - O Decreto-Lei 189/91, de 17 de Maio, cria as designadas “Comissões de Proteção de Menores” - são a expressão do direito da criança à comunidade, devidamente organizada e funcionando em articulação, com vista à sua proteção.
- 1999 - Lei n.º 147/99, de 01 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP): integra duas vertentes de intervenção, o chamado “modelo de justiça”, onde se privilegia o respeito pelos direitos, liberdades e garantias das crianças e, por outro lado, o “modelo de proteção”, apostando na defesa do interesse da criança, sem que formalmente lhe esteja reconhecido o direito ao contraditório.
- 1999 – Lei n.º 166/99 de 14 de setembro, Lei Tutelar Educativa (LTE) – caracteriza-se por uma intervenção junto da criança, quando esta pratica uma ofensa e é qualificada como crime

pela lei penal. A intervenção consiste na responsabilização da criança e, conseqüentemente, a sua reeducação e inserção na comunidade.

Efetivamente, contacta-se que, ao longo do tempo, houve necessidade de reajustar o sistema judicial e estatal à questão da infância. Na realidade, nem sempre existiu uma intervenção adequada para tratar as diversas situações relacionadas com as crianças, no que diz respeito à infração/punição, bem como a questão da proteção. Neste sentido, urge a necessidade de se criarem respostas efetivas que a comunidade deve dar para este tipo de situações específicas e, como seria de esperar, será necessário um nível de intervenção bastante diferenciado.

Ao nível jurídico foram realizadas inúmeras alterações à lei, procurando estas ir ao encontro das necessidades específicas das crianças que se encontram em perigo. Finalmente, são criadas duas leis que tratam as crianças de forma diferenciada, a primeira perspectiva trata as crianças como infratoras da lei e do sistema que vigora e, a segunda perspectiva, olha para estas como um ser que necessita de apoio e proteção para o seu desenvolvimento harmonioso. A criação da Lei Tutelar Educativa (LTE) e da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) veio cortar com um modelo uniforme que vinha sendo aplicado e que não favorecia uma intervenção diferenciada, conforme a natureza da situação que fosse apresentada.

Assim sendo, segundo o artigo 1.º da LTE, considera-se que “A prática, por menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, de facto qualificado pela lei como crime dá lugar à aplicação de medida tutelar educativa em conformidade com as disposições da presente lei” (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, Lei Tutelar Educativa). No que diz respeito às finalidades das medidas, importa ainda salientar que o n.º 1 do 2.º artigo da LTE refere que “As medidas tutelares educativas, adiante abreviadamente designadas por medidas tutelares, visam a educação do menor para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade.” (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, Lei Tutelar Educativa).

Verifica-se, também, que a LPCJP delimita bem a sua área de intervenção:

3 - Os processos tutelares pendentes na data da entrada em vigor da nova lei que não tenham por objecto a prática, por menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, de factos qualificados pela lei penal como crime são reclassificados como processos de promoção e protecção.

4 - Nos processos a que se refere o número anterior são aplicáveis unicamente as medidas de protecção previstas neste diploma, de acordo com os princípios orientadores da intervenção nele prevista. (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo)

Neste sentido, segundo o 1.º artigo da LPCJP “A presente lei tem por objeto a promoção dos direitos e a protecção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral” (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo).

A LPCJP sofreu diversas alterações ao longo dos anos:

- 1.ª versão (Lei n.º 147/99, de 01/09) – É aprovada a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo que vem reformular as Comissões de Protecção de Menores, criadas na sequência do Decreto-Lei n.º 189/91 de 17/5.
- 2.ª versão (Lei n.º 31/2003, de 22/08) – Verificou-se alteração dos seguintes artigos: 11.º, 21.º, 35.º, 38.º, 63.º, 65.º, 68.º, 88.º, 91.º, 104.º e 114.º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro.
- 3.ª versão (Lei n.º 142/2015, de 08/09) – Verificou-se alteração dos seguintes artigos: 3.º, 4.º, 5.º, 7.º, 9.º, 11.º a 15.º, 17.º a 26.º, 29.º a 33.º, 35.º, 37.º, 38.º-A, 43.º, 46.º, 49.º a 51.º, 53.º, 54.º, 57.º a 63.º, 68.º a 70.º, 73.º, 75.º, 79.º, 81.º, 82.º, 84.º, 85.º, 87.º, 88.º, 91.º, 92.º, 94.º a 99.º, 101.º, 103.º, 105.º, 106.º, 108.º, 110.º, 111.º, 114.º, 118.º, 123.º, 124.º e 126.º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto.
- 4.ª versão (Lei n.º 23/2017, de 23/05) – Verificou-se alteração dos seguintes artigos: 5.º, 60.º, 63.º e 88.º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada em anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pelas Leis n.os 31/2003, de 22 de agosto, e 142/2015, de 8 de setembro. Esta lei prevê o alargamento do período de protecção até aos 25 anos.

- 5.^a versão - a mais recente (Lei n.º 26/2018, de 05/07) – Verificou-se alteração dos seguintes artigos: 3.º, 49.º, 58.º e 72.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada em anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, e alterada pelas Leis n.os 31/2003, de 22 de agosto, 142/2015, de 8 de setembro, e 23/2017, de 23 de maio. Esta lei prevê uma regularização do estatuto jurídico das crianças e jovens de nacionalidade estrangeira acolhidos em instituições do Estado ou equiparadas.

Segundo o artigo 4.º da LPCJP, estão definidos os princípios que orientam a intervenção, no âmbito da promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem:

- a) Interesse superior da criança e do jovem - a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, nomeadamente à continuidade de relações de afeto de qualidade e significativas, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;
- b) Privacidade - a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
- c) Intervenção precoce - a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;
- d) Intervenção mínima - a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do jovem em perigo;
- e) Proporcionalidade e atualidade - a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade;
- f) Responsabilidade parental - a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;
- g) Primado da continuidade das relações psicológicas profundas - a intervenção deve respeitar o direito da criança à preservação das relações afetivas estruturantes de grande significado e de referência para o seu saudável e harmónico desenvolvimento, devendo prevalecer as medidas que garantam a continuidade de uma vinculação securizante;

- h) Prevalência da família - na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem em família, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável;
- i) Obrigatoriedade da informação - a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
- j) Audição obrigatória e participação - a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção;
- k) Subsidiariedade - a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais. (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo).

Resumidamente, em Portugal, a LPCJP surge com o intuito de promover e garantir os direitos das crianças e dos jovens, desenvolvendo e ativando mecanismos intracomunitários para proteger todas aquelas que se encontram em situação de perigo e necessitam proteção. Acima de tudo, esta intervenção deve privilegiar sempre o interesse superior da criança, respeitando a sua opinião e garantindo a sua privacidade. Qualquer tipo de intervenção que se realize junto da criança ou jovem, deve respeitar a intervenção mínima, deve ser adequada e realizada de forma atempada ou o mais precoce possível. O envolvimento e responsabilização do sistema familiar na resolução dos problemas é fundamental, garantindo que a criança e o jovem permaneçam na sua família e mantenham as suas relações afetivas primordiais. Todo este sistema de intervenção comunitária deve incidir num processo participativo, claro e transparente, que incida apenas no problema identificado, respeitando a criança e todo o funcionamento familiar. Esta lei vem assim contribuir para operacionalizar a CDC.

2.1.3. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) – o seu funcionamento

O sistema de proteção à infância português baseia-se numa Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens que tutela um conjunto de comissões com sede em cada concelho do país. A atual Comissão Nacional tem como principal função

reger todas as comissões locais (uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – CPCJ – em cada concelho), orientando o seu funcionamento geral, contribuindo para a promoção dos direitos das crianças e jovens no território nacional e garantindo a sua proteção. É ainda de ressaltar que a CNPDPCJ procura incentivar e promover o desenvolvimento de campanhas nacionais e, conseqüentemente, projetos comunitários, que estão intimamente relacionados com a prevenção primária e secundária, e que visam acima de tudo informar e sensibilizar sobre os direitos das crianças e jovens.

Deste modo, segundo o 3.º artigo da LPCJP

1 - As actuais comissões de protecção de menores serão reorganizadas e passarão a funcionar de acordo com o disposto na lei de protecção de crianças e jovens em perigo, adoptando a designação de comissões de protecção de crianças e jovens.

2 - Compete à Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, conjuntamente com as entidades e serviços nela representados, tomar as providências necessárias à reorganização das comissões de protecção de menores. (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo)

A principal lei que rege as Comissões de Protecção Crianças e Jovens ao nível local é a Lei nº147/99, de 1 de Setembro. A intervenção junto das crianças, quando estas se encontram em situação de perigo, cabe às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, quando não seja possível às instituições com competência em matéria de infância e juventude, atuar de forma adequada e suficiente para retirar as crianças dessa situação.

Neste sentido, a LPCJP define a natureza das CPCJ no seu artigo 12.º:

1 - As comissões de protecção de crianças e jovens, adiante designadas comissões de protecção, são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo)

Estas instituições são oficiais não judiciárias, e só têm legitimidade para intervir quando a criança se encontra numa situação de perigo e não, propriamente, de risco. O modelo de

promoção e proteção aplicado visa uma intervenção consentida de todos os intervenientes, pelo que é fundamental o direito à audição e participação da criança, pais, representantes legais ou detentores da guarda de facto. Deste modo, a família é reconhecida como desempenhando um papel central na vida e no desenvolvimento da criança.

Assim sendo, a LPCJP define a legitimidade de intervenção no seu artigo 3.º, no qual é possível identificar as diferentes situações que colocam as crianças em situação de perigo:

1 - A intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

2 - Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.
- h) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional. (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo)

As entidades de primeira linha devem assumir o seu papel principal ao nível da prevenção e da deteção de situações, procurando numa primeira instância encontrar respostas para os problemas e realizar encaminhamentos, de maneira a que não exista necessidade de se judicializar o problema, procurando a sua resolução num primeiro momento, com base no consenso da família e respeitando o princípio da intervenção mínima.

Se as entidades de primeira linha não conseguirem fazer face ao problema, caso a intervenção não seja bem-sucedida, o processo será remetido para a Comissão e, posteriormente, para o Ministério Público. No entanto, pressupõe-se que desde o início seja cumprido o princípio da subsidiariedade, isto é, que exista uma “desjudicialização” da intervenção, podendo o perigo ser removido logo na primeira linha, sem necessidade de instauração de qualquer processo de promoção e proteção na CPCP ou Ministério Público.

Neste sentido, segundo a LPCJP, o artigo 7.º esclarece o papel das entidades definidas como primeira linha:

Intervenção de entidades com competência em matéria de infância e juventude

1 - As entidades com competência em matéria de infância e juventude devem, no âmbito das suas atribuições, promover ações de prevenção primária e secundária, nomeadamente, mediante a definição de planos de ação local para a infância e juventude, visando a promoção, defesa e concretização dos direitos da criança e do jovem. (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo)

Por conseguinte, a intervenção da CPCJ só terá lugar quando não seja possível às entidades de primeira linha atuar, de forma incisiva no problema detetado, com o intuito de remover o perigo em que as crianças se encontram. Pretende-se, acima de tudo, que a primeira linha utilize todos os recursos locais possíveis para resolver os problemas identificados, esgotando todas as possibilidades de intervenção junto da criança e da sua família.

Segundo a LPCJP, importa referir que a CPCJ goza de autonomia funcional, não estando subordinada a qualquer outra entidade local, pelo que todas as decisões que toma devem estar imbuídas de imparcialidade e independência. A CPCJ tem uma competência territorial, que define os seus limites de atuação, designadamente, a área do município onde tem a sede. Por último, a CPCJ deve respeitar o princípio da interdisciplinaridade na sua composição, esta instituição deve ser constituída por diversos membros, com diferente formação técnica, que representem a comunidade no seu todo.

Assim sendo, as comissões funcionam em duas modalidades, uma modalidade alargada (na qual estão definidos 16 elementos das mais diversas entidades locais) e outra restrita (no mínimo cinco elementos), procurando que o plenário desta comissão seja representativo da comunidade e multidisciplinar.

Conforme é definido pela LPCJP, a competência da comissão alargada é implementar ações de âmbito geral de promoção dos direitos e prevenção primária e secundária de situações de perigo para a criança e jovem, informar a população sobre os direitos das crianças/jovens e sensibilizar a comunidade para que apoie as crianças ou jovens sempre que estes estejam numa situação de risco/perigo. A Comissão alargada deve, ainda, promover ações, conjuntamente com as entidades competentes, com o objetivo de identificar os factos e situações que põem em causa os direitos e interesses das crianças/jovens. Além disso, também visa desenvolver parcerias com diversas entidades habilitadas, com vista à criação de projetos inovadores no campo da prevenção.

A comissão restrita tem como função a intervenção em situações onde a criança/jovem está em perigo, principalmente, atender e esclarecer cidadãos que se dirigem ao espaço da comissão, avaliar liminarmente as ocorrências de que a comissão de proteção tenha conhecimento, delimitar a melhor forma de intervir nas diversas situações, acompanhar e corrigir as medidas de proteção.

De salientar que, a Comissão Restrita emana da Comissão Alargada, todavia, esta deve ser constituída por membros que tenham de preferência experiência e/ou formação específica na área da infância e juventude, atendendo à natureza do trabalho desenvolvido junto das crianças e das suas famílias. Este tipo de trabalho é de extrema importância, com carácter sigiloso, muitas vezes os comissários têm que intervir em situações muito graves e tomar decisões difíceis. É neste sentido, que este tipo de funções deve ser valorizado e priorizado, pelos comissários e entidades de origem, para que a Comissão possa desenvolver as suas responsabilidades na sua totalidade e, acima de tudo, proteger as crianças.

2.2. A criança: as necessidades implícitas e a teoria do desenvolvimento

Segundo o artigo 1.º da Convenção sobre os Direitos da Criança, “criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (UNICEF, 2019, p.8). Esta conceção adapta-se à lei portuguesa, já que esta

considera ser menor quem não tiver completado 18 anos de idade (artigo 122.º do Código Civil). Ao atingir a maioridade o jovem alcança total capacidade de exercício de direitos e fica capacitado a guiar a sua vida e a dispor dos seus bens (artigo 130.º do Código Civil).

A LPCJP, no seu artigo 5.º, também define a criança ou jovem como:

“a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional” (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo).

Como já foi referido anteriormente, o conceito de criança e, mesmo o conceito de infância, têm evoluído ao longo do tempo, não se limita a ser uma realidade biológica, pois, depende do enquadramento e do contexto social onde se insere. Ao longo dos anos as crianças crescem e desenvolvem determinadas capacidades e competências que são inerentes ao seu desenvolvimento. Na realidade, as crianças apresentam uma série de necessidades que variam consoante a faixa etária em que se encontram e, por vezes, a omissão na sua satisfação, ou por outro lado, o excesso de protecionismo, pode desencadear situações que alertem para a existência de fatores de risco ou perigo.

De acordo com a abordagem de Maslow (1954), citado por Cavalcanti et al. (2019) “as necessidades humanas são classificadas em cinco categorias principais: fisiológicas, segurança, afiliação (pertencimento), estima e autorrealização. Conforme se indicou anteriormente, admite-se que tais necessidades surgem sequencialmente, desenvolvendo-se desde o nascimento até a idade adulta” (p.3). Como tal, importa referir que, na base da pirâmide encontram-se as necessidades fisiológicas (comida, água, descanso, abrigo), estas são as necessidades mais básicas ou primárias e associam-se aos primeiros anos de vida e desenvolvimento. Depois, surgem as necessidades de segurança (segurança física, segurança da família, proteção), sendo que este tipo de necessidades é imprescindível para garantir a sobrevivência do ser humano. Segue a categoria que integra as necessidades de afiliação ou relacionamento (amizade, família, afeto, intimidade), relacionadas com o sentimento de pertença a diversos grupos sociais, todavia, estas já não são consideradas como imprescindíveis para a sobrevivência. Em penúltimo, surgem as necessidades de estima, onde se enquadra o respeito que o ser humano tem por si próprio ou o reconhecimento realizado pelos outros

(autoestima, confiança, conquista, respeito pelos outros). Por último, emerge a autorrealização (criatividade, talento, realização pessoal), no último nível da pirâmide, pelo que estes tipos de necessidades surgem num estado de desenvolvimento mais avançado. As necessidades que se encontram na base da pirâmide são aquelas que apresentam um carácter mais prioritário e premente, sendo que à medida que se avança nas categorias, as necessidades surgem com um carácter menos premente.

Resumidamente, esta teoria da hierarquia das necessidades revela que existem necessidades básicas que assumem um carácter prioritário no desenvolvimento humano, estas podem dividir-se em necessidades básicas, psicológicas e de autorrealização. Caso exista uma privação de determinadas necessidades básicas, não será possível passar para o nível seguinte, pois, a privação, determinará os comportamentos e as motivações do indivíduo. Assim sendo, de acordo com Maslow “apenas as necessidades que não são satisfeitas atuam como força motivadora. Quando é gratificada ou atendida, a necessidade consecutiva na hierarquia passa a determinar o comportamento do indivíduo” (Cavalcanti et al., 2019, p.3).

Seguindo esta linha de pensamento, a criança apresenta uma série de necessidades básicas que devem ser satisfeitas, procurando que esta consiga atingir o seu bem-estar e pleno desenvolvimento. Neste sentido, serão identificadas as principais áreas que dizem respeito aos diferentes tipos de necessidades das crianças (Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, s.d.):

- Necessidades físico-biológicas – estão relacionadas com a satisfação das necessidades básicas da criança contribuindo para o seu desenvolvimento físico saudável, nomeadamente, alimentação, vestuário, higiene, sono, atividade física, protecção de riscos reais e saúde. Atendendo à faixa etária, as crianças vão adquirindo alguma autonomia quanto à satisfação das mesmas, todavia, os pais têm o papel importantíssimo de garantir estas necessidades ou verificar se elas estão a ser satisfeitas, vigiando ou supervisionando para o efeito.
- Necessidades cognitivas – estão relacionadas com a necessidade que a criança tem ao nível de estimulação sensorial, estimulação física e socialização e, ainda, compreensão da realidade física e social. Os adultos devem proporcionar às crianças os estímulos suficientes de aprendizagem, comunicação, exploração do mundo onde se encontram, escolarização, contribuindo para ampliar os seus conhecimentos e a sua experiência pessoal. Será imprescindível o desenvolvimento de várias capacidades, tais como, a atenção e a

concentração, a memória, o raciocínio, as capacidades linguísticas e o desenvolvimento psicomotor para que consigam ser adultos autónomos.

- Necessidades socioemocionais – estão relacionadas com o tipo de vínculos que as crianças estabelecem ao nível afetivo, isto é, a segurança emocional, expressão emocional, rede de relações sociais, participação e autonomia progressiva, sexualidade e interação. Este tipo de necessidades estão relacionadas com as relações de confiança que as crianças estabelecem com os seus cuidadores ou pares, com o facto de se sentirem confortáveis para se expressarem, sentirem-se ouvidos, amados, aceites, protegidos e inseridos em grupos ou atividades, fatores que contribuem para o reforço da sua autoconfiança e autoestima.

Importa realçar que estas três grandes áreas, integram uma grande diversidade ao nível das necessidades específicas que estão implícitas no crescimento e desenvolvimento de uma criança. Como tal, os pais ou cuidadores/pessoas responsáveis, têm a responsabilidade em zelar pela satisfação desse tipo de necessidades, garantindo os cuidados e protegendo, encaminhando e providenciando respostas/atividades, controlando e supervisionado uma série de fatores, que por sua vez irão permitir à criança crescer de forma harmoniosa e saudável. Efetivamente, qualquer tipo de “omissão” ou “ação” no que diz respeito à satisfação das necessidades da criança, implica a possibilidade de se estar perante uma situação de risco ou perigo, que se configurará numa forma de maus tratos.

Na psicologia do desenvolvimento existem diversas perspetivas que abordam o desenvolvimento humano. O teórico Piaget desenvolveu um longo trabalho de investigação sobre o desenvolvimento infantil, identificou quatro estádios de desenvolvimento e considerou que este constrói-se numa simbiose entre o desenvolvimento biológico da criança e as aquisições que esta faz do meio onde está inserida.

Neste sentido, a teoria de Piaget defende que:

“o aprendizado possui ligação entre adaptação, acomodação e assimilação, através de informações adquiridas no meio em que se está inserido. Esses são processos de internalização de conteúdos externos, passando por etapas para que seja possível ocorrer uma compreensão (...) O equilíbrio entre assimilação e acomodação é o que rege a passagem de um estágio para o outro, pois ocorre uma progressão no conhecimento gerando adaptação de determinados conceitos.” (Schirmann et al., 2019, p.4)

Para Piaget citado por Schirmann et al. (2019) surgem quatro estágios (que antecedem o desenvolvimento infantil: o sensório motor, pré-operacional, operacional concreto e as operações formais. O primeiro estágio é o sensório motor, que diz respeito às crianças até aos dois anos de idade e, logo de seguida, surge o pré-operatório, dos dois aos sete anos. Posteriormente, surge o estágio das operações concretas, contempla as crianças dos sete aos 12 anos, que se caracteriza por uma passagem do pensamento egocêntrico para a estruturação da razão. Esta faixa etária começa a utilizar operações mentais concretas com o intuito de resolver problemas, desenvolvem um pensamento mais estruturado, coordenado e crítico. Finalmente, o último estágio do desenvolvimento infantil é denominado de operações formais, que acontece a partir dos 12 anos, isto é, o pensamento hipotético-dedutivo, gerando a capacidade de pensamento abstracto e uma nova forma de manipular as informações. Nesta fase, as crianças têm capacidade para refletir, julgar ou criticar, procurando a sua identidade e autonomia pessoal, momento importante na construção da sua personalidade.

Assim, depreende-se que:

“em se tratando das estruturas cognitivas em consonância com Piaget, pois “a criança é um participante ativo no desenvolvimento de conhecimento, construindo seu próprio entendimento” (BEE, 2011, p.167), agindo ativamente na concretização dos saberes que acumula no decorrer de seu processo de crescimento.” (Schirmann et al., 2019, p.8)

Naturalmente, todas estas fases de desenvolvimento cognitivo têm uma extrema importância na formação base do indivíduo, sendo que a consolidação forte de uma fase, contribuirá para uma maior consolidação e evolução na fase seguinte. A criança irá desenvolvendo ao longo dos anos as suas capacidades e habilidades, potencializando as suas destrezas ao nível cognitivo, físico e psicológico, que contribuirá em larga medida para a sua formação enquanto cidadã. As aptidões desenvolvidas irão permitir à criança analisar a sua realidade, comparar e julgar, realizar uma reflexão crítica sobre tudo aquilo que a rodeia, tendo capacidade para assumir um papel mais ativo na sua comunidade/sociedade.

A Convenção sobre os Direitos das Crianças traz uma nova perspectiva sobre o conceito de criança, “as crianças deixam de ser entendidas como seres incapazes, como objetos de proteção e passam a ser consideradas como seres com competências e recursos, cidadãs e elementos ativos de uma sociedade” (Cardoso et al., 2017, p. 15).

Desta forma, a criança assume um novo papel na sociedade, passa a ser encarada como um sujeito de direitos que se encontra num processo constante de desenvolvimento, assume um papel participativo na sociedade e é encarada como um agente ativo de mudança. Toda esta alteração exige um novo relacionamento da criança com o Estado, impõe a criação de novas políticas públicas que vão ao encontro dos direitos das crianças e carece de espaços onde a criança tenha a possibilidade de participar e dar a sua opinião nos mais variados contextos, nomeadamente, ao nível familiar, institucional ou na sociedade em geral

2.3 A criança, a família e o sistema de promoção e proteção

Ao longo dos séculos o estatuto de criança tem vindo a sofrer alterações, que incidem na forma como esta é olhada e encarada pela sociedade, os direitos e os deveres que lhes estão associados foram evoluindo, na maioria das vezes as questões culturais estão implícitas nesse tipo de transformações.

A definição de perigo e de maus tratos também se foi modificando ao longo do tempo, tal como o papel que os pais assumem na vida dos seus filhos e o tipo de competências parentais que desenvolvem. Cada vez mais, torna-se evidente a importância do seio familiar, as mais-valias associadas a uma permanência no meio familiar e a necessidade de apostar-se numa parentalidade positiva, cada vez mais consciente e precoce.

O Sistema de Promoção e Proteção vigente na nossa sociedade visa defender e fortalecer os direitos das crianças, nas mais variadíssimas áreas (saúde, educação, lazer, identidade, etc.), contribuindo para o desenvolvimento integral das suas competências e garantindo o seu bem-estar. Esta evolução de pensamento tem sido norteadada por Leis que regulamentam, quer a nível internacional, como a nível nacional, com grande influência social e política, determinando a nossa forma de pensar e atuar nesta área.

Como já foi referido anteriormente, no dia 20 de novembro de 1989, foi declarada a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, onde vários países ratificaram esta convenção. Portugal ratifica esta Convenção no dia 21 de setembro de 1990. Mais tarde, em 1999, foi instituída a Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo (lei n.º 147/99, de 1 de setembro) regulamentando as respetivas medidas de promoção e proteção.

Na Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto, (sétima revisão constitucional) também se podem encontrar vários artigos (arts. 67º, 68º, 69º e 70º) que defendem e promovem a família, a parentalidade, a infância e a juventude. É de referir também o esforço evidenciado pelo Conselho da Europa que procurou fomentar e promover políticas de apoio à parentalidade positiva. A Organização Mundial de Saúde (OMS), também tem vindo a desenvolver um trabalho de investigação que incide nas práticas de intervenção em situação de mau trato infantil (WHO, 2006).

Todo este contexto internacional e nacional, criam condições para que exista uma crescente preocupação com a esfera das crianças e as suas famílias, garantindo que existam condições de bem-estar, fomentando práticas positivas de parentalidade e prevenindo situações de maus tratos infantis. Tendo em conta toda esta conjuntura, surge a necessidade de definir o que é o mau trato infantil, pelo que a Organização Mundial de Saúde definiu o conceito na tentativa de uniformizar a interpretação.

Deste modo, a OMS definiu o mau trato infantil como:

“all forms of physical and/or emotional ill-treatment, sexual abuse, neglect or negligent treatment or commercial or other exploitation, resulting in actual or potential harm to the child’s health, survival, development or dignity in the context of a relationship of responsibility, trust or power.” (WHO, 2006, p. 9)

Nesta definição está implícito o facto de que os maus tratos podem ter diversas origens e que deve existir uma visão holística sobre os problemas, já que o modelo ecológico do desenvolvimento, considera a existência de uma multiplicidade de fatores, recusando uma perspetiva tradicional linear que assenta na individualidade (Coutinho et al., 2012). Na realidade, existe uma correlação entre as diferentes variáveis e entre os vários contextos que definem e influenciam os comportamentos dos indivíduos.

Neste sentido, atendendo à existência de vários paradigmas explicativos sobre o conceito de “mau trato”, defendidos por diversos autores, o modelo ecológico integra “uma visão sistémica do desenvolvimento do ser humano, apontando para a interatividade dos vários sistemas em que o sujeito está inserido e que coinfluenciam os comportamentos, realçando a multiplicidade de causas dos mesmos” (Coutinho, et al., 2012, p.409).

Os fatores de risco podem dividir-se em fatores individuais, familiares, escolares e comunitários e podem acumular-se, tal como os fatores de proteção. Segundo Richman e Fraser (2001), os fatores de proteção podem ser características individuais ou fatores ambientais que

irão contrabalançar os efeitos negativos dos fatores de risco, contribuindo para um maior equilíbrio e bem-estar das crianças, sendo que estes também assumem as mesmas categorias. (citado por Ribeiro & Sani 2009).

Consequentemente, Richman e Fraser (2001), defendem que a existência de diversos fatores poderá contribuir para aumentar a probabilidade de risco e que irá afetar, certamente, o bem-estar da criança ou do jovem (citado por Ribeiro & Sani, 2009).

Todas as entidades que acompanham as crianças, entidades de primeira linha, devem estar atentas à identificação dos respetivos fatores de risco e fatores de proteção. Um processo de reconhecimento e consciencialização mais aprofundado, contribuirá para que exista uma maior clareza sobre a possibilidade de existência de maus tratos, permitindo identificar quais as áreas que estão a ser afetadas, no âmbito do respeito pelos direitos das crianças.

Em Portugal, num estudo pioneiro, Cruz (2005) citado por Coutinho et al. (2012), define a parentalidade como:

“conjunto de ações encetadas pelas figuras parentais (pais ou substitutos) junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento de forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e, fora dela, na comunidade.” (p. 406)

Neste sentido, importa referir que, numa primeira instância, os direitos das crianças devem ser assimilados e cumpridos no seio das famílias. São as famílias, que assumem em primeiro lugar um papel importante, no que diz respeito ao processo de socialização da criança. É na família e, durante os primeiros anos de vida, que se introduzem as primeiras regras, os valores, os princípios e ideais, que se fortalecem hábitos e estilos de vida, com o passar dos anos, a família assume um papel importantíssimo na regulação dos comportamentos, na definição de regras e limites, contribuindo para o desenvolvimento de diversas competências e garantindo o seu bem-estar e desenvolvimento integral. Os pais devem estar informados e sensibilizados para o facto de ter uma criança e sobre quais os seus direitos e as necessidades que devem, impreterivelmente, ser satisfeitas. A escola também assume um papel muito importante no processo de socialização da criança, todavia, surge numa fase posterior, sendo que o seu papel irá complementar o papel da família, no que diz respeito ao desenvolvimento integral da criança.

O sistema protetivo português procura valorizar e responsabilizar cada vez mais os pais, garantindo que o ambiente familiar seja um espaço privilegiado onde devem permanecer as crianças e que deve, acima de tudo, fomentar e respeitar os seus direitos, já Coutinho (2012) refere que a própria Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 01 de setembro) defende o princípio da responsabilidade parental e da prevalência na família nas alíneas f) e g) do artigo n.º 4, procurando fomentar a prevenção dos maus tratos e apoiando a parentalidade positiva.

As questões da parentalidade positiva também têm sido alvo de grande reflexão ao nível internacional, e objeto de recomendações por parte de estruturas Europeias. Desta forma, o Conselho da Europa, na sua recomendação REC(2006) 19, do Comité de Ministros dos Estados Membros, define parentalidade positiva como:

“um comportamento parental baseado no melhor interesse da criança, que assegura a satisfação das suas necessidades e a sua capacitação, sem violência, proporcionandolhe o reconhecimento e a orientação necessários, o que implica o estabelecimento de limites ao seu comportamento, para possibilitar o seu pleno desenvolvimento.” (Conselho Europa, 2016, p 3)

Os maus tratos devem ser encarados como um problema social e de saúde pública, acarretam muitos custos para as crianças, as famílias, a comunidade e a sociedade em geral. Além das sequelas físicas, psicológicas e emocionais que podem afetar ao nível individual ou familiar, a comunidade/sociedade terá que aprender a conviver com determinado problema, procurando respostas, apresentando soluções e fazendo grandes investimentos no âmbito da remediação.

Por tudo isto, torna-se imprescindível apostar na prevenção junto das famílias, informando sobre os direitos das crianças, procurando fortalecer os fatores de proteção e diminuir os fatores de risco, garantindo acima de tudo que sejam colocados em prática e respeitados os Direitos das Crianças.

2.4. Caraterização do concelho de Campo Maior

O concelho de Campo Maior situa-se no Alto Alentejo e faz parte integrante do Distrito de Portalegre, localizando-se especificamente na faixa raiana, fazendo fronteira com a

Estremadura espanhola. Este é constituído por três freguesias, nomeadamente, a freguesia de São João Baptista e a Nossa Senhora da Expectação, de cariz maioritariamente urbano e, ainda, a freguesia de Nossa Senhora da Graça dos Degolados de cariz rural.

Procurando conhecer em profundidade o concelho em questão, consultou-se o site PorData, da Fundação Francisco Manuel dos Santos – Estatísticas sobre Portugal e a Europa, mais concretamente de onde foram retirados inúmeros dados estatísticos referentes ao Concelho de Campo Maior.

Segundo os dados censitários, constata-se que o concelho de Campo Maior teve um aumento de população entre 2001 e 2011, passando de 8387 para 8456 indivíduos. Em 2021 o concelho sofre uma quebra considerável, apresentando um valor total de 8042 habitantes, registando-se um decréscimo da sua população de 4,9% relativamente ao ano 2011.

Importa salientar que na década de 2001-2011, Campo Maior foi o único município da Sub-Região Alto Alentejo a ter uma variação positiva da população (0,8%). Na última década 2011-2021, o concelho apresenta uma taxa negativa de variação da população (-4,9), todavia, surge como o município da Região do Alto Alentejo com o decréscimo de população mais baixo.

Quanto à evolução demográfica, a distribuição da população residente no concelho, segundo o sexo, evidencia uma predominância das mulheres (51,1% em 2001, 51,5% em 2011 e 51,8% em 2021) em relação aos homens (48,9% em 2001, 48,5% em 2011 e 48,2% em 2021), enquanto a percentagem de homens tem vindo a diminuir, verifica-se um aumento de 0,3% a favor do número de mulheres.

Ao analisar a estrutura etária referente aos três momentos censitários, constata-se que a pirâmide etária tem vindo a aumentar a sua base refletindo o aumento do envelhecimento (grupo etário 65 ou mais: taxa de variação em 2011 é de 5,7% e em 2021 é de 5,2%). Contrariamente a este escalão que tem vindo a crescer, o escalão etário dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 64 anos de idade têm vindo a reduzir, em 2021 registou-se uma taxa negativa de -10,2% no primeiro escalão e de -7,1% no segundo escalão, o que se reflete numa diminuição das crianças, população jovem e adulta.

Segundo os Censos 2021, no município de Campo Maior, por cada 100 residentes, há 15 jovens com menos de 15 anos (14,7%), registou-se um decréscimo nas últimas duas décadas, sendo que em 2001 a percentagem era de 15,4% e em 2011 existia uma percentagem de 15,6%

de jovens. Não obstante, estes dados superam os valores apresentados na região do Alto Alentejo (11,8%), Alentejo (12,4%) e Portugal (12,9%), o que indica que está acima da média o número de jovens por cada 100 residentes.

Quanto aos adultos em idade ativa, verifica-se que, em 2021, existiam 61 adultos para cada 100 residentes (61,3%), este valor tem vindo a decrescer, sendo que em 2001 existia um valor de 64% e em 2011 era de 62,8%. A percentagem de população adulta supera os valores do Alto Alentejo (58,3%), Alentejo (60,6%), contudo, posiciona-se abaixo dos valores apresentados para Portugal (63,7%).

No que diz respeito ao número de idosos, em 2021, por cada 100 residentes, existiam 24 idosos (24%), os valores têm vindo a crescer, sendo que em 2001 existia um valor de 20,7% e em 2011 o valor era de 21,7%. A percentagem de população idosa é inferior aos valores do Alto Alentejo (29,9%), Alentejo (27%), contudo, posiciona-se acima dos valores apresentados para Portugal (23,4%).

Ao analisar a distribuição da população residente segundo o estado civil, constata-se que tem vindo a aumentar a percentagem de solteiros (38,6% em 2011 e 44,6% em 2021) e de divorciados (4,3% em 2011 e 7,3% em 2021), o que pressupõe uma redução da percentagem de casados (48,7% em 2011 e 30,5% em 2021) e os viúvos mantêm aproximadamente os mesmos valores (8,4% em 2011 e 8,6% em 2021). Importa ainda referir, que se registou também um aumento da população em união de facto sendo que em 2001 representava 2,8% da população e em 2011 aumentou para 7,2%.

No que respeita a outros indicadores demográficos, em 2020, o concelho de Campo Maior apresentava uma taxa bruta de natalidade de 10,3‰, que representava um número de cerca de 10 nados vivos por mil habitantes, consagrando-se como a mais alta do Alto Alentejo e registando um valor acima da taxa de Portugal (8,2‰), Alentejo (7,6‰) e Alto Alentejo (7,1‰). O Índice Sintético de Fecundidade é de 1,87, representando o número médio de crianças vivas nascidas por cada mulher em idade fértil. Este índice também ultrapassa o índice de Portugal (1,40), Alentejo (1,43) e Alto Alentejo (1,37). O Índice de Dependência de Jovens representa o número de jovens (0-14 anos) por cada 100 ativos e tem rondado os 24,0 nas últimas décadas, valor que também se encontra acima do índice de Portugal (20,2), Alentejo (20,4) e Alto Alentejo (20,2).

Quando falamos de população jovem, também é importante analisar o impacto da população mais envelhecida, o Índice de Envelhecimento representa o número de idosos por cada 100 jovens e nas últimas duas décadas este número tem vindo a aumentar (134,4 em 2001, 139,2 em 2011 e 163,0 em 2021) o que significa que existem cada vez mais idosos por cada 100 jovens. Não obstante, em 2021, o índice apresentado no concelho de Campo Maior é significativamente inferior ao índice de Portugal (182,1), Alentejo (218,6) e Alto Alentejo (253,6). Por sua vez, o Índice de Dependência dos Idosos, representa o número de pessoas de idade igual ou superior a 65 anos por cada 100 ativos, valor que também tem vindo a aumentar (32,3 em 2001, 34,5 em 2011 e 39,1 em 2021). No ano 2021, Campo Maior apresenta um índice mais baixo do que o Alto Alentejo (51,3) e o Alentejo (44,6), todavia, esse índice é um pouco superior ao índice de Portugal (36,8).

Segundo o Diagnóstico Social do Concelho de Campo Maior (2019), é possível caracterizar de uma forma breve diversas áreas que afetam diretamente a qualidade de vida dos habitantes do Município de Campo Maior.

No âmbito da acessibilidade do edificado habitacional e meio urbano, o Município de Campo Maior e a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) desenvolveram o Plano Intermunicipal de Promoção de Acessibilidade do Alto Alentejo (PIMPA), tendo sido possível obter “um diagnóstico da acessibilidade municipal e um plano de intervenções necessárias e estratégicas que contribuirão para tornar Campo Maior um Município mais acessível e inclusivo” (Nunes et al., 2019, p.43).

Neste sentido, foram identificadas duas áreas de intervenção (Área I – centrada a norte do eixo central do jardim (Avenida da Liberdade), e constituindo um triângulo de acesso às escolas (Escola Secundária e o Novo centro Escolar) e ao Centro Cultural e Centro de Saúde e Área II - Centro Histórico, centrado nas principais vias de acesso a serviços, tais como Farmácias, Loja do Cidadão, Serviço de Finanças, Biblioteca Municipal, Serviços Municipais e Museus), nomeadamente, ao nível de rebaixamento e criação de passeios, definição de circuitos pedonais e clicáveis, eliminação de barreiras, etc., e que poderão entender-se como os principais elos estruturantes da acessibilidade urbana de Campo Maior.

Ao nível do sistema de transportes públicos foram sugeridas intervenções “ao nível da criação de novos pontos de paragem de transportes rodoviários e relocalização dos atuais, assim como a disponibilização de informação adaptada nas paragens de transportes coletivos” (Nunes et al., 2019, p.45).

Na esfera da habitação e habitação social, “nos últimos 20 anos à semelhança do crescimento que ocorreu em Portugal, Campo Maior também apresenta um aumento do edificado e do número de alojamentos disponíveis, mas que estagnou com a crise do pós 2008.” (Nunes et al., 2019, p.40). No que respeita às condições de habitabilidade e o acesso a serviços básicos como água e esgotos, é de referir que 99.9% dos alojamentos tem acesso a estes serviços. O Município de Campo Maior também dispõe de uma diversidade de apoios, de carácter nacional ou municipal, para conservação e reabilitação do edificado, visando apoiar o acesso à habitação ou, ainda, à habitação social.

Neste sentido, o Diagnóstico Social do Concelho de Campo Maior (2019), conclui que:

“apesar dos vários programas de apoio disponibilizados observamos que desde 2010 só 9 habitações tiveram apoio para obras de reabilitação, sendo que foram contratualizados pelo município junto do IHRU, a reabilitação de mais dois edifícios em 2016 que irão disponibilizar mais 9 fogos para habitação social, assim como se prevê através do PEDU a reabilitação de mais 1 edifício que dará origem a mais 5 fogos. (...) Atualmente ao nível da habitação social o Município dispõe de 128 Edifícios, repartidos pela Vila de Campo Maior e a Aldeia de Ouguela, sendo que 53 dos mesmos correspondem ao bairro de São Sebastião, criado com o fim específico de realojamento da comunidade cigana que ocupava de forma ilegal património nacional classificado, tendo-se procedido ao respetivo realojamento em Fevereiro de 2015.” (Nunes et al., 2019, p.46)

No que diz respeito à caracterização ambiental, importa referir que o concelho de Campo Maior se situa entre dois importantes cursos de água da bacia hidrográfica do rio Guadiana, o rio Caia e o rio Xévorá. Estes espaços hidrográficos surgem como habitats para inúmeras espécies, pelo que o concelho revela ser um território com elevada biodiversidade e com grande variedade de habitats e paisagens (montados, estepes, zonas húmidas, matas ribeirinhas, olivais).

Quanto ao ambiente urbano, o diagnóstico social evidencia uma centralização no núcleo urbano da vila, todavia, regista-se uma elevada taxa de motorização, associada a uma industrialização bastante elevada, situação que pode levantar problemas ao nível ambiental e questões de saúde.

O Diagnóstico Social do Concelho de Campo Maior (2019), apresenta números que demonstram a dimensão do problema:

“Campo Maior é um Município que concentra 88,4% da sua população no núcleo urbano da Vila de Campo Maior, o que representa uma forte densidade populacional num só núcleo, e é onde se verifica a maior taxa de motorização do Alto Alentejo, com 501 veículos por 1000 habitantes, que ascendem a 4233 veículos segurados, situação que aliada a uma industrialização das mais elevadas da região, identifica Campo Maior, ao nível das avaliações da qualidade do ar, como o município do Alto Alentejo que regista maiores densidades médias de emissões de poluentes gasosos, em especial no que toca a partículas em suspensão, monóxido de carbono e compostos orgânicos voláteis, e ocupa o segundo lugar ao nível das emissões de dióxido de enxofre e óxidos de azoto, estimando-se que as emissões resultantes do parque automóvel se centre em torno das 5681,56 Tco₂, ano. O que denota uma necessidade premente de aplicação de medidas que reduzam o nível de emissões e que concretizem uma efetiva melhoria da qualidade do ar nas zonas urbanas.” (Nunes et al., 2019, p.46)

No âmbito dos serviços e equipamentos de saúde, Campo Maior dispõe de um Centro de Saúde (composto por 3 unidades - Sistema Nacional de Saúde, que assegura essencialmente os Serviços de Enfermagem, consultas de Medicina Geral e Familiar, Planeamento Familiar, Pediatria/Saúde Infantil e Saúde Materna. A Câmara Municipal detém um espaço na zona histórica, onde disponibiliza serviços de enfermagem e também serviços de fisioterapia ministrados pelo Hospital de Elvas. O concelho dispõe também de um sistema privado de saúde, duas clínicas de saúde e duas clínicas dentárias. Além disso, o concelho de Campo Maior apresenta uma boa localização, apresentando proximidade com o Hospital de Elvas, Portalegre e, ainda, com o sistema de saúde espanhol.

Na área da educação e ação social, importa referir a existência de

“um conjunto de respostas integradas de cuidados e apoio social para crianças e jovens, em regra, a partir dos 3 meses, com vista a apoiar as famílias e promover o desenvolvimento pessoal e social da criança num ambiente seguro e estimulante” (Nunes et al., 2019, p.77)

O concelho de Campo Maior conta com a existência de quatro estabelecimentos de ensino em funcionamento regular, 2 públicos e 2 privados. O setor privado incide basicamente na Educação Pré-Escolar, onde se contabilizam os 2 estabelecimentos privados existentes, nomeadamente, o Infantário “O Despertar” e o Centro Educativo Alice Nabeiro (CEAN), existindo apenas um estabelecimento público que integra este nível de ensino e que pertence ao Agrupamento de Escolas de Campo Maior. A oferta do Ensino Básico e Secundário tem resposta nos dois estabelecimentos públicos que integram o território educativo de Campo Maior, designadamente, o Centro Escolar Comendador Rui Nabeiro (CERN) e a Escola Secundária de Campo Maior, que constituem o Agrupamento de Escolas de Campo. (Nunes et al., 2019, p.72)

Assim sendo, é possível enumerar várias respostas educativas que existem no território, com o intuito de receber e apoiar todas as crianças, desde os 4 meses até aos 18 anos de idade:

- Creche “O Cantinho dos Sonhos” - tem capacidade para 40 crianças com idades compreendidas entre os 4 meses e os 3 anos de idade, pertence à Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior (SCMCM).
- Infantário “O Despertar” - tem capacidade para 137 crianças dos 4 meses aos 6 anos de idade, pertence à SCMCM.
- Agrupamento de Escolas de Campo Maior – Centro Escolar Comendador Rui Nabeiro (integra pré-escolar, 1.º ciclo do EB e 2.º ciclo do EB) e a Escola Secundária de Campo Maior (integra 3.º ciclo EB e Ensino Secundário).
- “ATL Arco-Íris” - Casa do Povo de Campo Maior - Associação de Solidariedade Social com capacidade para 65 crianças – centro de atividades de tempos livres.
- CEAN – Centro Educativo Alice Nabeiro – Coração Delta - valência de educação Pré-escolar (3 aos 6 anos) e outra de ATL (Atividades de Tempos Livres) (3 aos 12 anos).
- Intervenção Precoce - Existem alguns alunos que perante algumas limitações psicomotoras necessitam de apoio por parte da escola e da intervenção precoce. Existe um total de 180 alunos no universo escolar de 1220, dos quais 41 crianças são acompanhadas.
- O Agrupamento de Escolas conta com um Centro de Apoio à Aprendizagem (Antigamente designado por Unidade Multideficiência) com uma equipa que

acompanha estes alunos, constituída por 12 professores, 1 terapeuta da fala e 1 psicóloga. (Nunes et al., 2019)

Segundo o Diagnóstico Social do Concelho de Campo Maior (2019), no que diz respeito aos apoios sociais facultados pelo Município de Campo Maior, importa destacar:

- Transporte Escolar – No pré-escolar e 1º ciclo são abrangidas 55 crianças: 36 do Escalão A; 7 do Escalão B e 12 crianças sem escalão (2018/2019). Relativamente a jovens a frequentar o ensino secundário, a Câmara comparticipa em 50% o passe de 15 jovens. (sempre que o curso que frequentem não exista no concelho) (2018/2019);
- Refeições – O Município assume os custos de 129 alunos do pré-escolar e 151 do 1º ciclo (2018/2019);
- Aquisição de material escolar – A Câmara comparticipou a aquisição de material escolar a 183 alunos do 1º ciclo (2018/2019);
- Bolsas de Estudo – A Câmara comparticipou 30 bolsas a cursos superiores (2018/2019).
- Programa Escolhas - programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP), cuja missão é promover a inclusão social de crianças e jovens particularmente de descendentes de migrantes e de crianças e jovens ciganos/as, provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.
- Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 3G) – ações para capacitar e ajudar jovens empreendedores do ensino secundário, entre 2015/2018. (Nunes et al., 2019)

No referido Diagnóstico Social (2019), também é possível identificar as respostas sociais, disponibilizadas pelo Município, dirigidas para as crianças e jovens (Nunes et al., 2019, p.77):

- Programa de Férias – “Clubes de Verão” – destinados a crianças entre os 6 e os 10 anos de idade. Em 2018, funcionaram clubes nas áreas de artes e trapos, contos e

recantos, informática, desporto, teatro, descoberta e, saberes e sabores, com a participação de 90 crianças.

- Ocupação Municipal Temporária de Jovens (OMTJ) – Ocupação saudável dos tempos livres dos jovens (dos 20 aos 28 anos de idade) em atividades de interesse municipal, permitindo-lhes o contacto com a vida profissional, contribuindo para a sua inserção no mundo do trabalho e, potenciando as suas capacidades físicas e de participação social. Em 2018 participaram 10 jovens.
- Bolsa “Jovens Talentos” - Crianças e Jovens entre os 3 e os 18 anos de idade, estudantes e residente no concelho, que desenvolvam atividades nas mais diversas categorias relevantes e com situação socioeconómica e familiar carenciada, que impossibilite que autonomamente o interessado prossiga o percurso desejado. Em 2018 participaram 2 jovens.

No âmbito da família e comunidade, o concelho de Campo Maior também apresenta uma série de equipamentos sociais e serviços, com o objetivo de ajudar as pessoas e famílias mais necessitadas:

- Serviço de atendimento e acompanhamento social - Resposta social que visa apoiar as pessoas e as famílias, residentes numa determinada área geográfica, na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.
- Centro Comunitário - Resposta social para pessoas e famílias, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.
- Rede Social: Conselho Local de Ação Social de Campo Maior.
- CPCJ de Campo Maior: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.
- Centro Cultural - a sua utilização assenta em três grandes objetivos: promover a apresentação de programas culturais com carácter regular; satisfazer as necessidades

educativas e formativas da comunidade e promover a recreação e ocupação dos tempos livres.

- Biblioteca Municipal João Dubraz - A Biblioteca Municipal de Campo Maior pretende ser um espaço ativo na vida dos campomaiorenses. Proporcionando um fácil acesso à educação, à cultura e ao lazer, tem como principal objetivo o enriquecimento cultural da nossa comunidade.
- Cantina Social - Resposta social destinada ao fornecimento de refeições, a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas, dependentes da CURPI e SCMCM.
- Ajuda Alimentar - Resposta social que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou de entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias desfavorecidas, dependente da Loja Social da Câmara Municipal de Campo Maior, que recebe bens alimentares do Banco Alimentar de Portalegre.
- Ocupação Municipal Desempregados Longa Duração (OMDLD) - Ocupação de desempregados ou à procura de emprego (dos 29 aos 60 anos de idade), de modo a valorizar a autoestima dos cidadãos que se encontram em situação de desemprego e, ao mesmo tempo, contribuir para uma melhoria a nível económico. Em 2018 participaram 15 candidatos.
- Hortas Solidárias – Apoiar socialmente as famílias mais desfavorecidas, complementar fontes de subsistência alimentar das famílias, valorizar o espírito comunitário na utilização do espaço público e na sua manutenção e sensibilizar ambiental e socialmente a comunidade. Existem 60 lotes.
- Campo Maior Solidário- Concessão de apoio económico, social e de solidariedade a indivíduos e agregados familiares económica e socialmente mais desfavorecidos residentes no concelho, tendo em vista a progressiva inserção social e melhoria das condições de vida das populações e famílias carenciadas, pretendendo também aproximar as famílias do município, facilitando a comunicação e uma atuação mais rápida e eficaz sobre as situações mais prementes. (Nunes et al., 2019)

Por último, serão enunciadas todas as instituições, associações e equipamentos existentes no concelho de Campo Maior, com base no Diagnóstico Social da Rede Social do Concelho de Campo Maior (Nunes et al., 2019):

Instituições sociais e culturais:

- Agrupamento de Escolas de Campo Maior
- Centro de Saúde de Campo Maior
- Guarda Nacional Republicana – Posto Local do Comando Territorial de Portalegre
- Centro Comunitário
- Centro Cultural
- Biblioteca Municipal João Dubraz
- Associação de Artes Plásticas
- Associação dos Bombeiros Voluntários
- Associação de Pais e Encarregados de Educação
- Associação Despert'Arte
- Associação Festas do Povo
- Associação Trabalhadores da CMCM
- Aexpress Arte
- Banda 1º de Dezembro
- Casa do Povo de Campo Maior
- Ceifeiras de Degolados
- Centro de Dia e Lar de Nª Sra. Da Graça dos Degolados
- Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos (CURPI)
- Coração Delta – Associação de Solidariedade Social
- Grupo de Cantares Despertar Alentejano
- Rancho Folclórico Espigas e Papoilas da Vila Raiana
- Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior
- Vozes da Nossa Terra

Associações/instituições desportivas:

- BTT Campomaiorense
- Casa do Benfica
- GEDA – Grupo Ecológico de Desporto e Aventura
- Grupo Motard
- Núcleo do Sporting
- União Football Degoladense
- Sporting Clube Campomaiorense
- Complexo de piscinas “Campomayor XXI”
- Piscinas Municipais de Campo Maior

Património/museus:

- Museu de Arte Sacra;
- Museu Aberto;
- Lagar Museu
- Casa Museu Santa Beatriz da Silva
- Centro de Ciência e Café
- Enoturismo
- Adega Mayor

Monumentos:

- Castelo de Campo Maior
- Castelo de Ouguela;
- Pelourinho de Campo Maior;
- Capela dos Ossos
- Igreja da Matriz
- Igreja de São João Baptista
- Igreja e Convento de Santo António
- Igreja da Misericórdia
- Capela de São Joãozinho
- Ermida de N. Sr^a a Enxara
- Ermida de S. Pedro
- Câmara Municipal

2.4.1 Caracterização do Agrupamento de Escolas de Campo Maior

O Agrupamento de Escolas de Campo Maior foi criado no dia 01 de agosto de 2010 e era constituído pela Escola Básica do Bairro Novo (EB1), Escola Básica da Avenida (EB1), Escola Básica da Fonte Nova (EB1), Escola Básica da Cooperativa (EB1), Escola Básica de Degolados (EB1), Escola Básica de S. João Baptista (EB2) e a Escola Secundária de Campo Maior. Presentemente, o Agrupamento de Escolas é constituído apenas por duas escolas, nomeadamente, o Centro Escolar Comendador Rui Nabeiro e a Escola Secundária de Campo Maior, estes são os dois estabelecimentos públicos de educação, existentes no território, que integram no geral o pré-escolar, ensino básico e secundário.

O Centro Escolar Comendador Rui Nabeiro abriu as suas portas no ano letivo 2015/16 e resultou da junção de seis escolas, que estavam distribuídas fisicamente pelo concelho de Campo Maior, mais concretamente, a Escola Básica do Bairro Novo (EB1), a Escola Básica da Avenida (EB1), a Escola Básica da Fonte Nova (EB1), a Escola Básica da Cooperativa (EB1), a Escola Básica de Degolados (EB1) e a Escola Básica de S. João Baptista (EB2). O Centro Escolar passou a reunir no mesmo espaço físico as cinco escolas básicas de primeiro ciclo e a escola básica de segundo ciclo, agregando também no mesmo espaço as turmas de educação pré-escolar.

A Escola Secundária de Campo Maior já contemplava nas suas instalações o terceiro ciclo de escolaridade e o ensino secundário, posteriormente, esta sofreu uma profunda remodelação por parte da Parque Escolar, sendo que desde o ano letivo 2014/15 que as novas instalações já estão em pleno funcionamento.

No ano letivo 2020/21, no Agrupamento de Escolas de Campo Maior, os alunos distribuíam-se pelas seguintes turmas e escolas:

- Centro Escolar Comendador Rui Nabeiro:

- 6 salas de educação pré-escolar;

- 19 turmas de 1º ciclo;

- 10 turmas de 2º ciclo;

- Escola Secundária de Campo Maior:
 - 11 turmas de 3º ciclo de escolaridade;
 - 3 turmas de ensino secundário;
 - 6 turmas de ensino profissional:
 - ✓ Curso Técnico de Desporto (10º ano);
 - ✓ Curso Técnico de Turismo (10º ano);
 - ✓ Curso Técnico Auxiliar de Saúde (11º ano);
 - ✓ Curso Técnico de Turismo e Ambiental e Rural (11º ano);
 - ✓ Curso Técnico de Apoio Psicossocial (12º ano);
 - ✓ Curso Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (12º ano);

- 2 turmas PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação):
 - Turma PIEF de 1º/2º/3º ciclo de escolaridade;
 - Turma PIEF de 3º ciclo de escolaridade.

3. Método

Com vista à prossecução dos objetivos explicitados no início do trabalho e dada a dimensão da população alvo e da amostra a estudar, o estudo que se apresenta insere-se numa abordagem de natureza quantitativa e transversal, que envolveu análises estatísticas descritivas e inferenciais, tendo-se recorrido aos questionários como instrumentos de recolha privilegiada dos dados.

3.1. Caracterização da amostra

No ano letivo 2020/21, o Agrupamento de Escolas de Campo Maior tinha um total de 1084 alunos, sendo que 880 alunos estavam a frequentar o Ensino Básico e 204 alunos a frequentar o Ensino Secundário. A tabela 1 mostra a distribuição dos alunos segundo os vários anos de escolaridade, bem como o número de respostas recolhidas nos questionários e, ainda, a taxa de resposta alcançada para cada ano.

Tabela 1

Taxa de resposta segundo o ano de escolaridade

Ano de escolaridade	Total de alunos do Agrupamento	Total de respostas no questionário	Taxa de resposta no questionário
1.º ano	80	54	67,5%
2.º ano	121	68	56,2%
3.º ano	82	54	65,9%
4.º ano	103	62	60,2%
5.º ano	91	52	57,1%
6.º ano	93	47	50,5%
7.º ano	110	108	98,2%
8.º ano	89	80	89,9%
9.º ano	90	89	98,9%
10.º ano	71	26	36,6%

11.º ano	79	60	75,9%
12.º ano	54	13	24,1%
PIEF	21	4	19,0%
TOTAL	1084	717	66,1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas de Campo Maior.

Através da leitura da tabela 1, verifica-se que existiu uma maior taxa de resposta no 9.º ano de escolaridade (98,9%), de seguida surge o 7.º ano de escolaridade (98,2%) e, por último, o 8.º ano de escolaridade (89,9%). A mais baixa taxa de resposta surge nas Turmas do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) (19,0%), no 12.º ano de escolaridade (24,1%) e, por último, no 10.º ano de escolaridade (36,6%).

Na tabela 2 constam as taxas de resposta ao questionário segundo o ciclo de escolaridade, registando-se a maior taxa de resposta no terceiro ciclo (90,7%). No 1.º e no 2.º ciclo de escolaridade cerca de metade dos alunos também responderam ao questionário, com uma taxa de resposta de 61,7% e 53,8%, respetivamente. O ciclo de escolaridade que apresentou uma menor taxa de resposta foi o ensino secundário (48,5%). Na sua maioria, as taxas de resposta apresentadas, segundo o ciclo de escolaridade, são bastante satisfatórias, uma vez que abrangem mais de metade do número de alunos.

Tabela 2

Taxa de resposta segundo o ciclo de escolaridade

Ciclo de escolaridade	Total de alunos do Agrupamento	Total de respostas no questionário	Taxa de resposta no questionário
1.º CEB	386	238	61,7%
2.º CEB	184	99	53,8%
3.º ciclo + PIEF	310	281	90,7%
secundário	204	99	48,5%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas de Campo Maior.

A tabela 3 evidencia a taxa de resposta segundo o tipo de questionário aplicado, sobressaindo a taxa de resposta do questionário aplicado aos jovens com 73,9% e registando uma taxa de resposta de 59,1% o questionário aplicado às crianças. Concluindo, a taxa de resposta dos inquéritos aplicados aos alunos do Agrupamento de Escolas de Campo Maior é de 66,1%, representando uma taxa bastante satisfatória dado que mais de metade dos alunos responderam aos questionários.

Tabela 3

Taxa de resposta segundo o tipo de questionário aplicado

Ano de escolaridade	Total de alunos do Agrupamento	Total de respostas no questionário	Taxa de resposta no questionário
Questionário aplicado às crianças	570	337	59,1%
Questionário aplicado aos Jovens	514	380	73,9%
Totais	1084	717	66,1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas de Campo Maior.

3.1.1. Participantes – estudo i – opiniões das crianças

Num total de 570 crianças da população escolar, importa referir que 337 (59,1%) participaram neste estudo (tabela 3), 178 (52,8%) do sexo feminino e 159 (47,2%) do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos.

A distribuição das crianças por idade e sexo encontra-se na tabela 4. Constata-se uma prevalência de respostas das crianças com 9 anos de idade (20,8%), de seguida surgem as crianças com 7 anos de idade (18,1%) e em terceiro lugar, surgem as crianças com 8 anos de idade (17,5%). Do total de crianças que responderam ao questionário, cada criança tem em média cerca de 9 anos de idade (média igual a 9,05), metade das crianças tem 9 ou menos anos de idade (mediana igual a 9) e a idade mais frequente é também de 9 anos (moda igual a 9).

Tabela 4*Distribuição das crianças que responderam ao questionário segundo a idade e o sexo*

Idade (anos)	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
6	9	6	15 (4,5%)
7	32	29	61 (18,1%)
8	33	26	59 (17,5%)
9	37	33	70 (20,8%)
10	26	30	56 (16,6%)
11	26	14	40 (11,9%)
12	15	21	36 (10,7%)
Total	178 (52,8%)	159 (47,2%)	337 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados
Pelo Agrupamento de Escolas de Campo Maior.

A tabela 5 mostra a distribuição dessas crianças por ano de escolaridade, predominam as respostas dos alunos do segundo ano com uma taxa de resposta de 20,2%.

Tabela 5*Distribuição das crianças que responderam ao questionário segundo o ano de escolaridade*

Ano de escolaridade	Total
1.º ano	54 (16,0%)
2.º ano	68 (20,2%)
3.º ano	54 (16,0%)
4.º ano	62 (18,4%)
5.º ano	52

	(15,4%)
6.º ano	47 (13,9%)
Total	337 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas de Campo Maior.

A tabela 6 apresenta o cruzamento do ano de escolaridade e idade (intervalo dos 6-9 anos e dos 10-12 anos), pode-se constatar que existem alunos com idades entre os 10-12 anos que ainda frequentam o 3.º ano de escolaridade e que responderam ao inquérito.

Tabela 6

Distribuição das crianças que responderam ao questionário segundo o ano de escolaridade e a idade

Ano de escolaridade	Idade		Total
	Dos 6 aos 9 anos	Dos 10 aos 12 anos	
1.º ano	54	0	54 (16,0%)
2.º ano	68	0	68 (20,2%)
3.º ano	52	2	54 (16,0%)
4.º ano	31	31	62 (18,4%)
5.º ano	0	52	52 (15,4%)
6.º ano	0	47	47 (13,9%)
Total	205	132	337 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas de Campo Maior.

Resumidamente, constata-se que a taxa de resposta relativa ao estudo aplicado às crianças do concelho de Campo Maior é de 59,1%, apresentando uma taxa de resposta de 61,7% no 1.º CEB e de 53,8% no 2.º CEB, o que constituem valores bastante satisfatórios.

3.1.2 Participantes – estudo ii – opiniões dos jovens

Num total de 514 jovens da população escolar, constata-se a participação de 380 (73,9%) jovens no estudo em questão (tabela 3), 192 (50,5%) do sexo masculino e 188 (49,5%) do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos. A distribuição dos jovens por sexo e por idade encontra-se na tabela 7, verifica-se uma prevalência de respostas na faixa etária dos 13 anos de idade (31,3%) e de seguida surgem os jovens com 14 anos de idade (20,8%). A média no total de jovens que responderam ao questionário é, aproximadamente, 15 anos (média igual a 14,72), metade dos jovens têm 14 ou menos anos (mediana igual a 14) e a idade mais frequente é de 13 anos (moda igual a 13).

Tabela 7

Distribuição dos jovens que responderam ao questionário segundo a idade e o sexo

Sexo			
Idade (anos)	Feminino	Masculino	Total
13	56	63	119 (31,3%)
14	43	36	79 (20,8%)
15	37	32	69 (18,2%)
16	24	22	46 (12,1%)
17	18	18	36 (9,5%)
18	10	21	31 (8,2%)
Total	188 (49,5%)	192 (50,5%)	380 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas de Campo Maior.

A distribuição dos jovens por ano de escolaridade encontra-se na tabela 8. A leitura da tabela permite verificar que predominam as respostas dos alunos do sétimo ano de escolaridade com uma taxa de resposta de 28,4%. Foi necessário juntar o 5.º e o 6.º ano atendendo ao número reduzido de alunos em determinados anos e garantindo a confidencialidade dos dados.

Tabela 8

Distribuição dos jovens que responderam ao questionário segundo o ano de escolaridade

Ano de escolaridade	Total
5.º/6.º ano	4 (1,1%)
7.º ano	108 (28,4%)
8.º ano	80 (21,1%)
9.º ano	89 (23,4%)
10.º ano	26 (6,8%)
11.º ano	60 (15,8%)
12.º ano	13 (3,4%)
Total	380 (100,0)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas de Campo Maior.

A tabela 9 apresenta o cruzamento do ano de escolaridade e idade (intervalo dos 13-15 anos e dos 16-18 anos). Foi necessário juntar o 5.º, 6.º e 7.º ano atendendo ao número reduzido de alunos em determinados anos e garantindo a confidencialidade dos dados.

Tabela 9

Distribuição dos jovens que responderam ao questionário segundo o ano de escolaridade e idade

Idade			
Ano de escolaridade	Dos 13 aos 15 anos	Dos 16 aos 18 anos	Total
5.º/ 6.º/7.º ano	109	3	112 (29,5%)
8.º ano	75	5	80 (21,1%)
9.º ano	72	17	89 (23,4%)
10.º ano	11	15	26 (6,8%)
11.º ano	0	60	60 (15,8%)
12.º ano	0	13	13 (3,4%)
Total	267	113	380 (100,0)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo Agrupamento de Escolas de Campo Maior.

Conclui-se que a taxa de resposta relativa ao estudo aplicado aos jovens do concelho de Campo Maior é de 73,9%, apresentando uma taxa de resposta de 90,7% no 3.º CEB (incluindo PIEF) e de 48,5% no ensino secundário. Efetivamente, a taxa de resposta ao nível do 3.º ciclo de escolaridade atinge um valor bastante elevado, sendo que a taxa de resposta do ensino secundário abarca cerca de metade dos alunos.

3.2. Instrumentos

Os questionários utilizados fazem parte de um pacote de instrumentos elaborados no contexto da Iniciativa Cidades Amigas das Crianças, criado pela organização Childwatch International Research Network and the UNICEF Innocenti Research Centre & Children's Environments Research Group, (CERG-IRC, 2011), com sede na Universidade de Oslo, Noruega, tendo sido traduzidos e adaptados por Cardoso, Guerreiro & CNPDPCJ para poderem ser aplicados em Portugal, (2019).

Foram assim aplicados dois questionários:

- um dirigido às crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos de idade, aplicado aos alunos que frequentavam o 1.º e o 2.º ciclo de escolaridade;

- e outro dirigido aos jovens, com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos de idade, aplicado aos alunos do 3.º ciclo e ensino secundário.

Estes instrumentos foram adaptados à realidade portuguesa, pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS), para que pudessem ser aplicados pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens ao nível nacional, no âmbito do Projeto Adélia, que se traduziu num projeto de carácter interventivo ao nível local. Por conseguinte, estas ferramentas serão apenas um contributo para o diagnóstico local que, certamente, deverá integrar e relacionar um conjunto de informações variadas, para que possa culminar num Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens.

A aplicação dos questionários foi realizada em contexto escolar, uma vez que a escola é o espaço que deve agregar todas as crianças e jovens, das referidas faixas etárias, e, como tal, este foi de autoaplicação e disponibilizado para preenchimento em formato digital.

A parte inicial dos questionários dá a conhecer às crianças e aos jovens qual o objetivo destes instrumentos e a sua finalidade. Neste sentido, o documento informa que se trata de um instrumento de diagnóstico que contribuirá para a elaboração do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Campo Maior, além disso realça a questão do anonimato do mesmo, esclarecendo que a criança não irá colocar o seu nome em nenhum campo do mesmo.

Esta ferramenta é constituída por seis secções, sendo que cada secção integra um determinado número de perguntas fechadas e no final existe uma caixa aberta para comentários, onde as crianças e os jovens, caso tenham interesse, podem escrever a sua opinião sobre o assunto tratado. As secções escolhidas abordam determinados temas no âmbito dos direitos das crianças e o número de perguntas fechadas varia consoante o tipo de questionário, isto é, se foi concebido para ser aplicado às crianças ou aos jovens respetivamente, assim sendo, surge a secção de ‘Brincadeira e Lazer’ (sete perguntas no questionário das crianças/ dez perguntas no questionário dos jovens), ‘Participação e Cidadania’ (sete perguntas no questionário das crianças / treze perguntas no questionário dos jovens), ‘Segurança e Proteção’ (cinco perguntas no questionário das crianças /sete perguntas no questionário dos jovens), ‘Saúde’ (sete

perguntas no questionário das crianças /oito perguntas no questionário dos jovens), ‘Educação’ (dezoito perguntas no questionário das crianças /vinte e quatro perguntas no questionário dos jovens) e ‘Vida Pessoal’ (sete perguntas no questionário das crianças /onze perguntas no questionário dos jovens) (Cardoso, Guerreiro & CNPDPCJ, 2019). Deste modo, é possível constatar que o questionário aplicado às crianças é constituído por um valor total de cinquenta e uma perguntas e o questionário aplicado aos jovens contempla um valor total de setenta e três perguntas.

3.3. Procedimentos

A escola é uma instituição pública que deve agregar todas as crianças e jovens da comunidade local e, como tal, considerou-se que seria o local indicado para a aplicação dos questionários. Neste sentido, procedeu-se a um pedido de autorização ao Agrupamento de Escolas de Campo Maior, com o intuito de desenvolver esta investigação em meio escolar e foram reencaminhados por email os questionários, para que estes fossem analisados e aprovados em reunião do Conselho Pedagógico. Não obstante, importa referir que estes já tinham sido autorizados pela Direção Geral de Educação do Ministério da Educação, processo que foi facilitado anteriormente pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

Após aprovação da investigação por parte do Agrupamento de Escolas de Campo Maior, foi solicitado, por escrito, a todos os encarregados de educação, o consentimento informado para que os seus educandos participassem neste estudo, e foram dadas garantias de confidencialidade e anonimato dos dados obtidos.

Já com a receção dos consentimentos informados, processo que foi facilitado pelos Professores Titulares e Diretores de Turma, o instrumento foi aplicado em contexto escolar a todas as crianças e jovens que apresentaram o documento assinado pelos respetivos encarregados de educação.

À data da realização deste estudo, Letícia Garcia, Presidente da CPCJ de Campo Maior e mestranda, em simultâneo, no Curso de Segundo Ciclo de Estudos de Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco, coordenou todo o processo de investigação, desde os pedidos de autorização realizados à CPCJ de Campo Maior e ao Agrupamento de Escolas

de Campo Maior, a todo o processo burocrático de articulação com a Direção para recolha das autorizações dos encarregados de educação, articulou com os professores sobre a aplicação dos questionários e, por último, apoiou os alunos no preenchimento dos respetivos questionários e supervisionou o processo de recolha dos dados.

No que diz respeito à aplicação dos instrumentos, no primeiro ciclo de escolaridade, os alunos dirigiram-se para a sala de informática, onde acederam ao *link* do questionário no computador e responderam às perguntas com o apoio da mestrande e de um técnico social que trabalha na escola. Os alunos do segundo ciclo de escolaridade tiveram a possibilidade de responder ao questionário através do *link*, com o apoio do professor que leciona as aulas de cidadania e informática. Os alunos do terceiro ciclo e secundário responderam ao questionário através do *link* de forma autónoma, atividade realizada preferencialmente nas aulas de informática, ou nouro tipo de aulas mais práticas, onde o processo foi orientado pelos professores responsáveis pela aula.

É de ressaltar que no processo de recolha e tratamento de dados foram seguidas as orientações que dizem respeito a atividades de investigação, nomeadamente, investigação em seres humanos, que constam no Código de Ética do Instituto Politécnico de Portalegre.

Em qualquer metodologia de investigação, torna-se impreterível a recolha de dados e a sua análise posterior, procurando obter conclusões sobre um determinado tema ou problema identificado ou formulado. Neste caso em concreto, tendo em conta os instrumentos facilitados pela CNPDPCJ, a investigação centrou-se, essencialmente, numa metodologia quantitativa. Como já foi referido anteriormente, o público-alvo desta investigação foi considerado toda a população escolar do Agrupamento Escolas de Campo Maior, desde os 6 aos 18 anos de idade, pelo que não se optou pela definição de uma amostra representativa da população, conforme refere a autora Martins (2011).

A análise dos dados resultantes da aplicação dos questionários recorreu a técnicas de tratamento de que se inserem no âmbito da Estatística Descritiva e da Estatística Inferencial e, para tal, utilizou-se o *software* IBM SPSS (versão 25). Após a recolha dos dados, procedeu-se à preparação de duas bases de dados no *software* SPSS, uma para o questionário das crianças e outra para o questionário dos jovens, com o intuito de iniciar o processo de análise estatística. Howell (2010), citado por Martins (2011), refere que a Estatística Descritiva “engloba um conjunto de medidas - de tendência central e de dispersão - e de representações gráficas que nos permitem descrever de uma forma sumária, um conjunto de dados”, por outro lado a

Estatística Inferencial é definida como “todos os testes estatísticos – de associações e de diferenças – que nos permitirão concluir, recorrendo a probabilidades estatísticas, se as associações ou diferenças encontradas na amostra estarão ou não presentes na população.” (Martins, 2011, p.20).

Em suma, o presente estudo numa primeira fase contemplou um conjunto de técnicas inseridas no âmbito da Estatística Descritiva que permitiram, por um lado, efetuar uma caracterização dos grupos de participantes envolvidos neste estudo em termos de aspetos sociodemográficos e, por outro lado, permitiram descrever os resultados respeitantes à opinião de crianças e jovens dos diversos itens contemplados em cada uma das secções que estruturam cada questionário. As técnicas de tratamento de dados utilizadas nesta fase incluem essencialmente a organização da informação em tabelas de frequências e o resumo da informação nalgumas medidas estatísticas como a média, moda e mediana.

Numa segunda fase da análise quantitativa, recorreu-se a técnicas de Estatística Inferencial que permitiram, através do cruzamento de duas variáveis (‘sexo’ e ‘ciclo de escolaridade’ frequentado) averiguar se uma das variáveis tem influência sobre a outra. Neste sentido, será necessário recorrer a um teste estatístico adequado, tendo em conta a natureza das variáveis envolvidas nos diferentes cruzamentos (qualitativas nominais e qualitativas ordinais), para averiguar sobre a existência de resultados estatisticamente significativos. A escolha das variáveis consideradas relevantes para cruzar com variáveis como o ‘sexo’ e o ‘ciclo de escolaridade’ frequentado recaiu em variáveis que representam os itens de cada uma das dimensões presentes no questionário. O principal objetivo, ao realizar os cruzamentos, consistiu em verificar se cada uma das referidas variáveis, que correspondem aos itens de cada uma das dimensões (identificados como variáveis principais), é influenciada por outras variáveis (identificadas como variáveis a considerar no cruzamento com as variáveis principais), nomeadamente, o ‘sexo’ e ‘ciclo de escolaridade’. Consequentemente, analisar-se-á se o nível de concordância das crianças e dos jovens, nos diferentes itens de cada uma das dimensões, é influenciado por variáveis como o ‘sexo’ e o ‘ciclo de escolaridade’. Como a opinião de crianças e jovens em cada um dos itens de cada uma das dimensões são medidos numa escala ordinal (0-Não é verdade ou não acontece, 1-Nem sempre, 2-Completamente verdade) será adequado recorrer a testes não paramétricos para efetuar o cruzamento dos dados referentes aos itens com os dados das variáveis acima mencionadas (Marôco, 2010). Neste sentido, a autora Martins (2011) esclarece que “O Teste de *Mann-Whitney* averigua se as ordens

médias de dois grupos independentes ao nível de uma variável dependente ordinal diferem. (p.141)”.
(p.141)”.
(p.141)”.

A título de exemplo, para averiguar se as diferenças observadas relativamente aos níveis de concordância dos itens da dimensão ‘Brincadeira e Lazer’ segundo o sexo são estatisticamente significativas, recorrer-se-á ao teste de *Mann-Whitney* que permite verificar se as ordens médias de dois grupos independentes (o ‘Feminino’ e o ‘Masculino’ da variável ‘Sexo’) ao nível de uma variável dependente ordinal (cada um dos itens da dimensão ‘Brincadeira e Lazer’) diferem. O resultado do teste revelará diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de concordância médios do sexo feminino e do sexo masculino, em cada um dos itens analisados, quando $p < 0,05$. O valor p (*p-value*) representa a probabilidade de a diferença observada entre os grupos independentes se dever ao acaso:

– um pequeno valor de p ($p < 0,05$, ou seja, probabilidade menor que 5% indica que existe uma pequena probabilidade de que a diferença observada entre os grupos aconteça devido ao acaso e, neste caso, considera-se que existem diferenças significativa entre os grupos;

– um grande valor de p ($p \geq 0,05$, ou seja, probabilidade maior que 5%) indica que existe uma grande probabilidade de que a diferença observada entre os grupos ocorra devido ao acaso e, neste caso, considera-se que não existem diferenças significativas entre os grupos.

Serão identificadas e relatadas como tal, a existência de diferenças marginalmente significativas quando $0,05 \leq p < 0,01$ o que significa que apesar das diferenças observadas não serem estatisticamente significativas expressam uma tendência que merece ser analisada. O teste de *Mann-Whitney* será aplicado em todas as dimensões existentes, no questionário dirigido às crianças e aos jovens, realizando o cruzamento com as varáveis independentes, já referidas anteriormente (o ‘sexo’ e o ‘ciclo de escolaridade’).

4. Apresentação de resultados

4.1. Apresentação de resultados – estudo i – opiniões das crianças

Neste ponto serão apresentadas as frequências relativas aos diversos itens contemplados em cada uma das secções que estruturam o questionário das crianças. Deste modo, seguem as tabelas de frequências referentes às seis secções que já foram apresentadas anteriormente e, ainda, uma breve análise das respostas dos participantes.

A tabela 10 apresenta as frequências relativas às respostas das crianças sobre oportunidades e locais de brincadeira e lazer no concelho de Campo Maior.

Tabela 10

Opiniões das crianças sobre ‘Brincadeira e Lazer’

Brincadeira e Lazer	Não é verdade ou não acontece	Nem sempre	Completamente verdade	Não sei	Totais
2.1. Na minha terra existem sítios públicos para brincar, fazer jogos ou praticar desporto	22 (6,5%)	41 (12,2%)	263 (78,0%)	11 (3,3%)	337 (100%)
2.2. Quando eu vou ao parque infantil, as pessoas adultas da minha família, que me acompanham, brincam comigo.	66 (19,6%)	176 (52,2%)	92 (27,3%)	3 (0,9%)	337 (100%)
2.3. Quando regresso da escola, e no fim de semana, tenho tempo para brincar, descansar e aproveitar o meu tempo livre.	6 (1,8%)	63 (18,7%)	266 (78,9%)	2 (0,6%)	337 (100%)
2.4. Depois da escola, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim brinca(m) ou faz(em) jogos comigo.	46 (13,6%)	168 (49,9%)	109 (32,3%)	14 (4,2%)	337 (100%)
2.5. No fim de semana, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim brincam ou fazem jogos comigo.	27 (8,0%)	168 (49,9%)	139 (41,2%)	3 (0,9%)	337 (100%)
2.6. No fim de semana, vou com a minha família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios.	22 (6,5%)	160 (47,5%)	148 (43,9%)	7 (2,1%)	337 (100%)
2.7. Eu costumo brincar na praia, no campo ou no rio.	24 (7,1%)	121 (35,9%)	185 (54,9%)	7 (2,1%)	337 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Após análise da tabela 10, verifica-se que a maioria das crianças afirma que existem espaços públicos suficientes para brincar, fazer jogos ou praticar desporto (78,0%), considera que têm tempo suficiente para descansar e brincar depois da escola ou no fim-de-semana (78,9%) e é habitual brincar na praia, campo ou rio (54,9%). No entanto, cerca de metade das crianças evidencia que os adultos nem sempre brincam com elas no parque infantil (52,2%), nem sempre brincam e fazem jogos depois da escola ou no fim-de-semana (49,9%), e para metade dos inquiridos não é frequente sair ou passear com a família nos fins-de-semana (47,5%).

A tabela 11 apresenta as frequências relativas às opiniões das crianças sobre as oportunidades de participação que a escola e a família lhes concedem no concelho de Campo Maior.

Tabela 11

Opiniões das crianças sobre oportunidades de 'Participação e Cidadania'

Participação e Cidadania	Não é verdade ou não acontece	Nem sempre	Completamente verdade	Não sei	Totais
3.1. - O/a meu/minha professor/a costuma perguntar se eu gosto das aulas e da escola.	87 (25,8%)	114 (33,8%)	111 (32,9%)	25 (7,4%)	337 (100%)
3.2. O/a meu/minha professor/a já me perguntou o que poderíamos fazer para melhorar o recreio.	127 (37,7%)	56 (16,6%)	130 (38,6%)	24 (7,1%)	337 (100%)
3.3. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.	42 (12,5%)	120 (35,6%)	164 (48,7%)	11 (3,3%)	337 (100%)
3.4. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.	43 (12,8%)	92 (27,3%)	187 (55,5%)	15 (4,5%)	337 (100%)
3.5. Eu costumo ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.	19 (5,6%)	110 (32,6%)	204 (60,5%)	4 (1,2%)	337 (100%)
3.6. Eu divirto-me a ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.	20 (5,9%)	72 (21,4%)	236 (70,0%)	9 (2,7%)	337 (100%)

3.7. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pela minha família, na escola ou na televisão.	16 (4,7%)	32 (9,5%)	275 (81,6%)	14 (4,2%)	337 (100%)
---	--------------	--------------	----------------	--------------	---------------

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

A leitura da tabela 11, revela que a maioria das crianças já ouviu falar sobre os direitos das crianças em diferentes contextos (81,65%). Cerca de metade das crianças considera que as famílias os escutam e lhes pedem opiniões e sugestões sobre o que fazer nos fins de semana (48,7%) e nas férias (55,5%), e mais de metade das crianças admite participar nas tarefas domésticas (60,5%) e divertem-se a fazê-lo (70,0%). No entanto, apenas cerca de um terço das crianças considerou que os professores lhes pediram opiniões ou sugestões para melhorar os recreios (38,6%) e as aulas (32,9%).

A tabela 12 apresenta as frequências relativas às opiniões das crianças sobre a perceção quanto à segurança e proteção no concelho de Campo Maior.

Tabela 12

Opiniões das crianças sobre 'Segurança e Proteção'

Segurança e Proteção	Não é verdade ou não acontece	Nem sempre	Completamente verdade	Não sei	Totais
4.1. Eu uso o autocarro ou outros transportes públicos para ir para a escola.	213 (63,2%)	38 (11,3%)	83 (24,6%)	3 (0,9%)	337 (100%)
4.2. Eu costumo ir para a escola a pé ou de bicicleta.	222 (65,9%)	68 (20,2%)	43 (12,8%)	4 (1,2%)	337 (100%)
4.3. Eu não tenho medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta.	99 (29,4%)	38 (11,3%)	168 (49,9%)	32 (9,5%)	337 (100%)
4.4. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças me possam fazer mal.	69 (20,5%)	102 (30,3%)	159 (47,2%)	7 (2,1%)	337 (100%)
4.5. Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim.	37 (11,0%)	68 (20,2%)	222 (65,9%)	10 (3,0%)	337 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Após análise da tabela 12, depreende-se que a maioria das crianças se desloca para a escola de automóvel, existindo uma percentagem reduzida que utiliza o autocarro ou os

transportes públicos (24,6%) ou que se desloca a pé ou de bicicleta (12,8%). Quanto ao sentimento de insegurança, importa referir que um pouco mais de um quarto das crianças (29,4%) sente medo em ir para a escola a pé ou de bicicleta e uma percentagem mais reduzida (11,3%) refere que por vezes sente medo. É de salientar que, cerca de um quarto dos inquiridos também sente medo que outras crianças lhe possam fazer mal na escola (20,5%) e cerca de um terço admite que por vezes sente medo (30,3%). Todavia, mais de metade das crianças afirma que recorre às pessoas que são responsáveis para procurar apoio quando algo os assusta (65,9%).

A tabela 13 apresenta as frequências relativas às opiniões das crianças sobre oportunidades de saúde no concelho de Campo Maior.

Tabela 13

Opiniões das crianças sobre 'Saúde'

Saúde	Não é verdade ou não acontece	Nem sempre	Completamente verdade	Não sei	Totais
5.1. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim falam comigo sobre o que é ser saudável.	16 (4,7%)	65 (19,3%)	243 (72,1%)	13 (3,9%)	337 (100%)
5.2. Eu e a minha família jantamos sempre juntos.	9 (2,7%)	86 (25,5%)	239 (70,9%)	3 (0,9%)	337 (100%)
5.3. Quando comemos à mesa, em família, falamos muito.	21 (6,2%)	89 (26,4%)	223 (66,2%)	4 (1,2%)	337 (100%)
5.4. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, ao leva(m)-me médico/a.	6 (1,8%)	41 (12,2%)	287 (85,2%)	3 (0,9%)	337 (100%)
5.5. O médico/a ou enfermeiro/a costuma falar diretamente comigo.	17 (5,0%)	82 (24,3%)	229 (68,0%)	9 (2,7%)	337 (100%)
5.6. Quando o/a médico/a decide o tratamento para a minha doença, explica-me o que devo fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos.	22 (6,5%)	40 (11,9%)	259 (76,9%)	16 (4,7%)	337 (100%)
5.7. Eu percebo sempre tudo o que o/a médico/a me explica.	23 (6,8%)	166 (49,3%)	142 (42,1%)	6 (1,8%)	337 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

A leitura da tabela 13, revela que grande parte das crianças afirma falar com os adultos sobre o que é ser saudável (72,1%), janta sempre com a família (70,9%) e conversa muito quando estão à mesa (66,2%), não obstante, cerca de um quarto das crianças refere que nem sempre isso acontece. Relativamente a questões mais específicas na área da saúde, a maioria das crianças afirma que os adultos as levam ao médico/a quando é necessário (85,2%), os profissionais de saúde falam diretamente com elas (68,0%) e explicam-lhe o que deve fazer para se curar (76,9%), no entanto, aproximadamente metade das crianças nem sempre compreende tudo o que lhe é explicado (49,3%).

A tabela 14 apresenta as frequências relativas às respostas das crianças sobre oportunidades de educação no concelho de Campo Maior.

Tabela 14

Opiniões das crianças sobre 'Educação'

Educação	Não é verdade ou não acontece	Nem sempre	Completamente verdade	Não sei	Totais
6.1. Eu gosto da escola.	23 (6,8%)	89 (26,4%)	221 (65,6%)	4 (1,2%)	337 (100%)
6.2. Eu gosto de aprender coisas novas.	3 (0,9%)	52 (15,4%)	279 (82,8%)	3 (0,9%)	337 (100%)
6.3. A minha/meu encarregado/a de educação participa muito nas atividades da escola.	33 (9,8%)	117 (34,7%)	165 (49,0%)	22 (6,5%)	337 (100%)
6.4. Quando preciso de ajuda, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim ajudam-me nos trabalhos de casa.	11 (3,3%)	48 (14,2%)	275 (81,6%)	3 (0,9%)	337 (100%)
6.5. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que aprendi na escola.	13 (3,9%)	81 (24,0%)	239 (70,9%)	4 (1,2%)	337 (100%)
6.6. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso.	1 (0,3%)	21 (6,2%)	310 (92,0%)	5 (1,5%)	337 (100%)
6.7. Eu percebo sempre quando as minhas professoras e os meus professores explicam as coisas.	6 (1,8%)	190 (56,4%)	137 (40,7%)	4 (1,2%)	337 (100%)

6.8. Os meus professores e as minhas professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda.	25 (7,4%)	49 (14,5%)	249 (73,9%)	14 (4,2%)	337 (100%)
6.9. Na minha escola, temos atividades para aprendermos sobre como sermos saudáveis.	16 (4,7%)	60 (17,8%)	238 (70,6%)	23 (6,8%)	337 (100%)
6.10. Na minha escola, eu aprendo como se deve proteger o meio ambiente.	4 (1,2%)	34 (10,1%)	294 (87,2%)	5 (1,5%)	337 (100%)
6.11. Na minha escola, aprendi o que são os direitos das crianças.	2 (0,6%)	16 (4,7%)	308 (91,4%)	11 (3,3%)	337 (100%)
6.12. Na minha escola, há tempo suficiente de recreio, para eu brincar ou fazer jogos com os meus amigos e amigas.	42 (12,5%)	100 (29,7%)	188 (55,8%)	7 (2,1%)	337 (100%)
6.13. As casas de banho na minha escola estão sempre limpas.	133 (39,5%)	150 (44,5%)	36 (10,7%)	18 (5,3%)	337 (100%)
6.14. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal.	13 (3,9%)	51 (15,1%)	265 (78,6%)	8 (2,4%)	337 (100%)
6.15. As professoras e os professores tratam todas as crianças da mesma maneira.	39 (11,6%)	90 (26,7%)	187 (55,5%)	21 (6,2%)	337 (100%)
6.16. Na minha terra/freguesia/bairro, há uma biblioteca que eu costumo utilizar.	119 (35,3%)	85 (25,2%)	116 (34,4%)	17 (5,0%)	337 (100%)
6.17. Os/as professores/as nunca batem nos/as alunos/as.	80 (23,7%)	107 (31,8%)	141 (41,8%)	9 (2,7%)	337 (100%)
6.18. Os/as professores/as nunca gritam com os/as alunos/as.	76 (22,6%)	179 (53,1%)	79 (23,4%)	3 (0,9%)	337 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Após análise da tabela 14, verifica-se que grande parte das crianças gosta de aprender coisas novas (82,8%), no entanto, cerca de um quarto das crianças não gosta da escola (26,4%) e mais de metade afirma nem sempre entende as matérias que são dadas na sala de aula (56,4%). A grande maioria das crianças refere que na escola aprendem sobre como ser saudável (70,6%), como proteger o meio ambiente (87,2%) e sobre os direitos das crianças (91,4%), contudo, mais de um quarto das crianças evidencia que o tempo de recreio não é suficiente para brincar (29,7%).

Apenas uma percentagem reduzida considera que as casas de banho da escola estão sempre limpas (10,7%) e cerca de metade (44,5%) afirma que nem sempre estão limpas. Apenas um terço dos inquiridos frequenta a biblioteca do concelho (34,4%), seria importante explorar se é por falta de interesse ou por falta de conhecimento da sua existência e dos seus serviços.

A maioria das crianças afirma que os adultos ajudam nas tarefas da escola (81,6%) e que têm capacidade para pagar as despesas escolares (92,0%). No entanto, cerca de um quarto das crianças (24,0%) refere que nem sempre os pais perguntam sobre as suas aprendizagens e um terço considera que nem sempre participam nas atividades escolares (34,7%).

A maioria das crianças consegue identificar adultos na escola a quem pode recorrer se tiver algum problema (78,6%) e evidencia que os professores/as já ajudaram em determinadas situações difíceis (73,9%). No entanto, cerca de um quarto das crianças considera que nem sempre estes tratam os alunos da mesma forma (26,7%) e uma percentagem mais reduzida considera mesmo que não tratam todos da mesma forma (11,6%). Cerca de metade das crianças afirma que os professores nunca batem nos alunos (41,8%), todavia, quase um quarto das crianças revela que os professores batem nas crianças (23,7%) apesar de tal comportamento não ser permitido. Um pouco mais de metade dos inquiridos afirma que por vezes os professores gritam com as crianças (53,1%) e cerca de um quarto (22,6%) garantem que estes gritam nas aulas.

A tabela 15 apresenta as frequências relativas às respostas das crianças sobre a sua vida pessoal no concelho de Campo Maior.

Tabela 15

Opiniões das crianças sobre 'Vida Pessoal'

Vida Pessoal	Não é verdade ou não acontece	Nem sempre	Completamente verdade	Não sei	Totais
7.1. A minha casa está sempre limpa.	4 (1,2%)	117 (34,7%)	213 (63,2%)	3 (0,9%)	337 (100%)
7.2. Na minha casa há água quente para eu tomar banho.	1 (0,3%)	34 (10,1%)	301 (89,3%)	1 (0,3%)	337 (100%)

7.3. Eu gosto muito da minha casa.	5 (1,5%)	9 (2,7%)	321 (95,3%)	2 (0,6%)	337 (100%)
7.4. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim não me batem.	31 (9,2%)	146 (43,3%)	150 (44,5%)	10 (3,0%)	337 (100%)
7.5. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim nunca gritam comigo.	45 (13,4%)	199 (59,1%)	85 (25,2%)	8 (2,4%)	337 (100%)
7.6. Em minha casa há livros e brinquedos.	5 (1,5%)	12 (3,6%)	314 (93,2%)	6 (1,8%)	337 (100%)
7.7. Nunca aconteceu outras crianças baterem-me fora da escola.	80 (23,7%)	57 (16,9%)	182 (54,0%)	18 (5,3%)	337 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

A leitura da tabela 15, revela que a maioria das crianças gosta da sua casa (95,3%), têm água quente para tomar banho (89,3%), têm brinquedos e livros (93,2%) e a casa está sempre limpa (63,2%). É de salientar que cerca de um terço (34,7%) das crianças refere que nem sempre a sua casa está limpa e uma percentagem mais reduzida (10,1%) afirma quem nem sempre tem água quente em casa para tomar banho. Aproximadamente metade das crianças refere que por vezes os pais lhes batem (43,3%) e gritam (59,1%) e cerca de um quarto das crianças afirma que já foram agredidas por outras crianças fora da escola (23,7%).

4.2. Análise das diferenças entre sexos nos itens que incluem as diferentes secções do questionário aplicado às crianças

Com vista a averiguar se as diferenças observadas relativamente aos níveis de concordância dos itens das diferentes secções do questionário (explicitadas no capítulo do Método) são estatisticamente significativas em função do sexo, recorreu-se ao teste não paramétrico *Mann Whitney*. Este teste permite verificar se as ordens médias de dois grupos independentes ('masculino' e 'feminino') do variável sexo diferem estatisticamente em cada um dos itens (variáveis de escala ordinal) contemplados nas diferentes dimensões do questionário.

A tabela 16, permite identificar a existência de um item (p. será utilizado para indicar os diferentes itens ou perguntas de cada secção) da dimensão ‘Brincadeira e Lazer’, que apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os vários níveis de concordância dos rapazes e das raparigas relativamente ao facto de passearem com a família no fim de semana (p.2.6.), (U = 11445 , p = 0,006). Existe, ainda um item correspondente à afirmação dirigida às crianças sobre o hábito de brincar na praia, rio ou campo (p.2.7.), que apresenta diferenças entre o sexo marginalmente significativas (U = 12229,500 , p = 0,080).

Tabela 16

Itens da dimensão ‘Brincadeira e Lazer’ segundo a variável ‘sexo’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Brincadeira e Lazer	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
2.1. Na minha terra existem sítios públicos para brincar, fazer jogos ou praticar desporto	326	12419,000	0,163
2.2. Quando eu vou ao parque infantil, as pessoas adultas da minha família, que me acompanham, brincam comigo.	334	13622,500	0,734
2.3. Quando regresso da escola, e no fim de semana, tenho tempo para brincar, descansar e aproveitar o meu tempo livre.	335	13918,500	0,930
2.4. Depois da escola, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim brinca(m) ou faz(em) jogos comigo.	323	11881,000	0,145
2.5. No fim de semana, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim brincam ou fazem jogos comigo.	334	13464,000	0,585
2.6. No fim de semana, vou com a minha família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios.	330	11445,000	0,006
2.7. Eu costumo brincar na praia, no campo ou no rio.	330	12229,500	0,080

a. Variável de agrupamento: Sexo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 17, observa-se que são as crianças do sexo feminino que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de no fim-de-semana irem com a sua família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios, e tendem, ainda, a ser as raparigas que

apresentam níveis de concordância superiores quando manifestam a sua opinião sobre o facto de ser habitual brincar na praia, no campo ou no rio.

Tabela 17

Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Brincadeira e Lazer’

Brincadeira e Lazer	Sexo	n	Ordem média
2.6. No fim de semana, vou com a minha família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios.	Feminino	176	177,4
	Masculino	154	151,82
2.7. Eu costumo brincar na praia, no campo ou no rio.	Feminino	175	173,12
	Masculino	155	156,90

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 18, é possível identificar a existência de três itens da dimensão ‘Participação e Cidadania’, que apresentam diferenças estatisticamente significativas, nomeadamente, a afirmação relativa ao facto de os responsáveis perguntarem às crianças onde querem ir passear ou de férias (p.3.4.) (U = 11304, p = 0,029), a afirmação que diz respeito à ajuda no seio da família no âmbito da realização de diversas tarefas (p.3.5.) (U = 10258 , p < 0,001) e, por último, a afirmação sobre a diversão na realização das tarefas domésticas (p.3.6.) (U = 11562 , p = 0,007).

Tabela 18

Itens da dimensão ‘Participação e Cidadania’ segundo a variável ‘sexo’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Participação e Cidadania	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
3.1. - O/a meu/minha professor/a costuma perguntar se eu gosto das aulas e da escola.	312	12017,500000	0,904
3.2. O/a meu/minha professor/a já me perguntou o que poderíamos fazer para melhorar o recreio.	313	11145,000000	0,150

3.3. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.	326	11968,000	0,102
3.4. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.	322	11304,000	0,029
3.5. Eu costumo ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.	333	10258,000	0,000
3.6. Eu divirto-me a ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.	328	11562,000	0,007
3.7. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pela minha família, na escola ou na televisão.	323	12542,500	0,381

a. Variável de agrupamento: Sexo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 19, observa-se que são as crianças do sexo feminino que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de os responsáveis lhe perguntarem onde querem ir passear ou de férias, ajudar a família a cozinhar ou fazer outras tarefas e divertir-se a ajudar a família na realização das tarefas mencionadas.

Tabela 19

Ordens médias por sexo referentes aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Participação e Cidadania’

Participação e Cidadania	Sexo	n	Ordem média
3.4. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.	Feminino	171	170,8
	Masculino	151	150,86
3.5. Eu costumo ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.	Feminino	176	187,22
	Masculino	157	144,34
3.6. Eu divirto-me a ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.	Feminino	176	174,81
	Masculino	152	152,57

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 20, constata-se a existência de apenas um item da dimensão ‘Segurança e Proteção’, que apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de concordância de rapazes e raparigas, nomeadamente, a afirmação relativa ao facto de as crianças falarem com as pessoas responsáveis quando têm medo de alguma coisa (p.4.5.) (U = 10978 , p = 0,001).

Tabela 20

Itens da dimensão ‘Segurança e Proteção’ segundo a variável ‘sexo’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Segurança e Proteção	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
4.1. Eu uso o autocarro ou outros transportes públicos para ir para a escola.	334	13712,500	0,819
4.2. Eu costumo ir para a escola a pé ou de bicicleta.	333	13681,500	0,865
4.3. Eu não tenho medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta.	305	10628,500	0,168
4.4. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças me possam fazer mal.	330	12863,500	0,388
4.5. Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim.	327	10978,000	0,001

a. Variável de agrupamento: Sexo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 21, é possível notar que são as crianças do sexo feminino que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de costumarem falar com as pessoas responsáveis quando têm medo de alguma coisa.

Tabela 21

Ordens médias por sexo referente ao item que apresenta diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Segurança e Proteção’

Segurança e Proteção	Sexo	n	Ordem média
----------------------	------	---	-------------

4.5. Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim.	Feminino	176	177,13
	Masculino	151	148,70

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

A tabela 22, permite identificar apenas um item da dimensão ‘Saúde’, que apresenta diferenças entre o sexo marginalmente significativas e que corresponde à afirmação relativa ao facto de serem os responsáveis a levar a criança ao Centro de Saúde quando se encontra doente (p.5.4.) (U = 12874,500 , p = 0,055).

Tabela 22

Itens da dimensão ‘Saúde’ segundo a variável ‘sexo’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Saúde	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
5.1. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim falam comigo sobre o que é ser saudável.	324	12178,000	0,155
5.2. Eu e a minha família jantamos sempre juntos.	334	13744,000	0,840
5.3. Quando comemos à mesa, em família, falamos muito.	333	13229,000	0,410
5.4. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, ao leva(m)-me médico/a.	334	12874,500	0,055
5.5. O médico/a ou enfermeiro/a costuma falar diretamente comigo.	328	12368,500	0,143
5.6. Quando o/a médico/a decide o tratamento para a minha doença, explica-me o que devo fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos.	321	12121,500	0,197
5.7. Eu percebo sempre tudo o que o/a médico/a me explica.	331	13636,500	0,996

a. Variável de agrupamento: Sexo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Desta forma, na tabela 23, verifica-se que existe uma tendência para serem as raparigas a apresentarem níveis de concordância superiores, quando manifestam a sua opinião sobre o facto os responsáveis as acompanharem ao médico quando estão doentes.

Tabela 23

Ordens médias por sexo referente ao item que apresenta diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Saúde’

Saúde	Sexo	n	Ordem média
5.4. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, ao leva(m)-me médico/a.	Feminino	177	173,26
	Masculino	157	161,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

A tabela 24 permite identificar a existência de dois itens da dimensão ‘Educação’, que apresentam diferenças estatisticamente significativas, nomeadamente, a afirmação relativa ao facto de as crianças aprenderem na escola sobre os direitos das crianças (p.6.11) ($U = 12487,500$ e $p = 0,026$) e, ainda, a afirmação sobre o facto de os professores não baterem nas crianças (p. 6.17) ($U=11695$, $p = 0,032$). É possível denotar, ainda, a existência de dois itens que apresentam diferenças entre o sexo marginalmente significativas, nomeadamente a afirmação sobre o facto de as crianças gostarem da escola (p.6.1.) ($U = 12524$, $p = 0,076$) e, por último, o facto de a família conseguir pagar o material escolar ($U = 13094,500$, $p = 0,098$).

Tabela 24

Itens da dimensão ‘Educação’ segundo a variável ‘sexo’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Educação	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
6.1. Eu gosto da escola.	333	12524,000	0,076
6.2. Eu gosto de aprender coisas novas.	334	13724,000	0,751
6.3. A minha/meu encarregado/a de educação participa muito nas atividades da escola.	315	11487,000	0,253
6.4. Quando preciso de ajuda, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim ajudam-me nos trabalhos de casa.	334	13533,500	0,536
6.5. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que aprendi na escola.	333	13440,000	0,585

6.6. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso.	332	13094,500	0,098
6.7. Eu percebo sempre quando as minhas professoras e os meus professores explicam as coisas.	333	13104,000	0,353
6.8. Os meus professores e as minhas professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda.	323	12462,000	0,394
6.9. Na minha escola, temos atividades para aprendermos sobre como sermos saudáveis.	314	12167,000	0,845
6.10. Na minha escola, eu aprendo como se deve proteger o meio ambiente.	332	13547,500	0,693
6.11. Na minha escola, aprendi o que são os direitos das crianças.	326	12487,500	0,026
6.12. Na minha escola, há tempo suficiente de recreio, para eu brincar ou fazer jogos com os meus amigos e amigas.	330	13345,000	0,787
6.13. As casas de banho na minha escola estão sempre limpas.	319	11664,500	0,179
6.14. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal.	329	13451,000	0,954
6.15. As professoras e os professores tratam todas as crianças da mesma maneira.	316	12110,500	0,651
6.16. Na minha terra/freguesia/bairro, há uma biblioteca que eu costumo utilizar.	320	11875,500	0,260
6.17. Os/as professores/as nunca batem nos/as alunos/as.	328	11695,000	0,032
6.18. Os/as professores/as nunca gritam com os/as alunos/as.	334	13192,500	0,386

a. Variável de agrupamento: Sexo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 25, observa-se que são as crianças do sexo feminino que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de na escola aprenderem sobre os direitos das crianças e considerarem que os professores nunca batem nos alunos. Importa ainda referir, que também se verifica uma tendência, para serem as raparigas a apresentarem níveis de concordância superiores quando manifestam a sua opinião sobre gostarem da escola e a família ter dinheiro para pagar o material escolar necessário.

Tabela 25

Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Educação’

<i>Educação</i>	<i>Sexo</i>	<i>n</i>	<i>Ordem média</i>
6.1. Eu gosto da escola.	Feminino	176	174,34
	Masculino	157	158,77
6.6. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso.	Feminino	177	170,02
	Masculino	155	162,48
6.11. Na minha escola, aprendi o que são os direitos das crianças.	Feminino	173	167,82
	Masculino	153	158,62
6.17. Os/as professores/as nunca batem nos/as alunos/as.	Feminino	173	174,40
	Masculino	155	153,45

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 26, é possível identificar dois itens da dimensão ‘Vida Pessoal’, que apresentam diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de concordância dos rapazes e raparigas, nomeadamente, a afirmação sobre gostarem da sua casa (p.7.3.) (U = 13074 , p = 0,003) e, por último, a afirmação que diz respeito ao facto de os responsáveis não lhe baterem (p.7.4.) (U = 11377 , p = 0,012).

Tabela 26

Itens da dimensão ‘Vida pessoal’ segundo a variável ‘sexo’- estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

<i>Vida Pessoal</i>	<i>n</i>	<i>U de Mann-Whitney</i>	<i>Significância assintótica</i>
7.1. A minha casa está sempre limpa.	334	13051,500	0,247
7.2. Na minha casa há água quente para eu tomar banho.	336	13979,500	0,861

7.3. Eu gosto muito da minha casa.	335	13074,000	0,003
7.4. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim não me batem.	327	11377,000	0,012
7.5. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim nunca gritam comigo.	329	12230,000	0,103
7.6. Em minha casa há livros e brinquedos.	331	13329,500	0,322
7.7. Nunca aconteceu outras crianças baterem-me fora da escola.	319	12627,000	0,915

a. Variável de agrupamento: Sexo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Finalizando este tipo de análise, na tabela 27 é possível constatar que são as crianças do sexo feminino que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de gostarem da sua casa e considerarem que os responsáveis não lhes batem.

Tabela 27

Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão 'Vida Pessoal'

<i>Vida Pessoal</i>	Sexo	n	Ordem média
7.3. Eu gosto muito da minha casa.	Feminino	177	173,14
	Masculino	158	162,25
7.4. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim não me batem.	Feminino	174	175,11
	Masculino	153	151,36

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

4.3. Análise das diferenças entre ciclos de escolaridade nos itens incluídos em cada uma das secções do questionário aplicado às crianças

Neste ponto pretende-se comparar as respostas das crianças do 1.º ciclo do Ensino Básico, com as respostas das crianças do 2.º ciclo do Ensino Básico. Para o efeito aplicou-se o

teste não paramétrico *Mann Whitney*, para verificar quais as diferenças que são estatisticamente significativas. Assim sendo, irá proceder-se à análise sobre as possíveis diferenças observadas relativamente aos níveis de concordância dos itens das diferentes secções do questionário (explicitadas no capítulo do Método), em função do ciclo de escolaridade. Mais uma vez, pretende-se verificar se as ordens médias de dois grupos independentes ('1.º ciclo do Ensino Básico' e '2.º ciclo do Ensino Básico') do variável ciclo de escolaridade diferem estatisticamente em cada um dos itens (variáveis de escala ordinal) contemplados nas diferentes dimensões do questionário.

Na tabela 28, é possível constatar a existência de cinco itens da dimensão 'Brincadeira e Lazer', que apresentam diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de concordância dos alunos do 1.º ciclo de escolaridade e do 2.º ciclo de escolaridade, nomeadamente, a afirmação sobre a existência de sítios públicos para as crianças brincarem, fazerem jogos ou praticar desporto na sua terra (p.2.1.), ($U = 9984$, $p = 0,036$), a afirmação relativa ao facto de as crianças terem tempo para brincar, descansar e aproveitar o seu tempo livre (p.2.3.), ($U = 8276,000$, $p < 0,001$), a afirmação dirigida às crianças sobre a disponibilidade das pessoas responsáveis para brincarem ou fazerem jogos com elas no fim de semana (p.2.5.) ($U = 9568$, $p = 0,007$), a afirmação sobre a possibilidade de as crianças passearem com a família, ir ao museu, comer fora ou outros sítios no fim de semana. (p.2.6.), ($U = 8528,500$, $p < 0,001$), e por último, a afirmação sobre a possibilidade de brincarem na praia, no campo ou no rio (p.2.7.), ($U = 10191,500$, $p = 0,010$).

Tabela 28

Itens da dimensão 'Brincadeira e Lazer' segundo a variável 'ciclo de escolaridade'- estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Brincadeira e Lazer	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
2.1. Na minha terra existem sítios públicos para brincar, fazer jogos ou praticar desporto	326	9984,000	0,036
2.2. Quando eu vou ao parque infantil, as pessoas adultas da minha família, que me acompanham, brincam comigo.	334	10628,000	0,200
2.3. Quando regresso da escola, e no fim de semana, tenho tempo para brincar, descansar e aproveitar o meu tempo livre.	335	8276,000	0,000
2.4. Depois da escola, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim brinca(m) ou faz(em) jogos comigo.	323	9780,500	0,183

2.5. No fim de semana, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim brincam ou fazem jogos comigo.	334	9568,000	0,007
2.6. No fim de semana, vou com a minha família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios.	330	8528,500	0,000
2.7. Eu costumo brincar na praia, no campo ou no rio.	330	10191,500	0,010

a. Variável de agrupamento: Ciclo de escolaridade

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Neste sentido, na tabela 29, verifica-se que nos cinco itens mencionados acima, as crianças do 1.º ciclo de escolaridade apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito à afirmação sobre a existência de sítios públicos para brincar, à possibilidade de normalmente brincarem no campo, praia ou rio, ao facto de as crianças terem tempo suficiente para brincar e descansar e, por último, a disponibilidade de as pessoas responsáveis para normalmente brincarem, fazerem jogos e passearem com as crianças em diferentes locais.

Tabela 29

Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão 'Brincadeira e Lazer'

Brincadeira e Lazer	Ciclo de escolaridade	n	Ordem média
2.1. Na minha terra existem sítios públicos para brincar, fazer jogos ou praticar desporto	1.º ciclo	229	168,40
	2.º ciclo	97	151,93
2.3. Quando regresso da escola, e no fim de semana, tenho tempo para brincar, descansar e aproveitar o meu tempo livre.	1.º ciclo	237	182,08
	2.º ciclo	98	133,95
2.5. No fim de semana, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim brincam ou fazem jogos comigo.	1.º ciclo	237	175,63
	2.º ciclo	97	147,64
2.6. No fim de semana, vou com a minha família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios.	1.º ciclo	233	177,40

	2.º ciclo	97	136,92
2.7. Eu costumo brincar na praia, no campo ou no rio.	1.º ciclo	233	170,26
	2.º ciclo	97	154,07

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 30, observa-se a existência de três itens da dimensão ‘Participação e Cidadania’, que apresentam diferenças estatisticamente significativas, nomeadamente, a afirmação relativa ao facto de os responsáveis perguntarem às crianças o que querem fazer no fim de semana (p.3.3.) (U = 9054,500 , p = 0,006), a afirmação que diz respeito ao facto de as crianças ajudarem no seio da família na realização de diversas tarefas (p.3.5.) (U = 9936,500 , p = 0,027), e por último, a afirmação dirigida às crianças sobre o facto destas se divertirem na realização das tarefas domésticas (p.3.6.) (U = 8983,500 , p < 0,001). O item que diz respeito à afirmação sobre o facto de os professores perguntarem aos alunos se gostam das aulas e da escola (p.3.1.), (U = 8719,500 , p = 0,061) apresenta diferenças entre o ciclo de escolaridade marginalmente significativas.

Tabela 30

Itens da dimensão ‘Participação e Cidadania’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

<i>Participação e Cidadania</i>	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
3.1. O/a meu/minha professor/a costuma perguntar se eu gosto das aulas e da escola.	312	8719,500	0,061
3.2. O/a meu/minha professor/a já me perguntou o que poderíamos fazer para melhorar o recreio.	313	8940,500	0,215
3.3. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.	326	9054,500	0,006
3.4. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.	322	10030,500	0,192
3.5. Eu costumo ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.	333	9936,500	0,027

3.6. Eu divirto-me a ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.	328	8983,500	0,000
3.7. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pela minha família, na escola ou na televisão.	323	10554,000	0,471

a. Variável de agrupamento: Ciclo de escolaridade

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Neste sentido, na tabela 31, é possível verificar que são as crianças do 1.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de os responsáveis lhe perguntarem o que querem fazer no fim de semana, ajudar a família a cozinhar ou fazer outras tarefas e divertir-se a ajudar a família na realização das tarefas mencionadas. Importa ainda frisar que, existe uma tendência para que sejam os alunos do 1.º ciclo de escolaridade a apresentar níveis de concordância superiores sobre o facto de os professores perguntarem aos alunos se gostam das aulas e da escola.

Tabela 31

Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão 'Participação e Cidadania'

Participação e Cidadania	Ciclo de escolaridade	n	Ordem média
3.1. O/a meu/minha professor/a costuma perguntar se eu gosto das aulas e da escola.	1.º ciclo	222	162,22
	2.º ciclo	90	142,38
3.3. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.	1.º ciclo	231	171,80
	2.º ciclo	95	143,31
3.5. Eu costumo ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.	1.º ciclo	236	173,40
	2.º ciclo	97	151,40
3.6. Eu divirto-me a ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.	1.º ciclo	231	174,11
	2.º ciclo	97	141,61

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 32, contata-se a existência de três itens da dimensão ‘Segurança e Proteção’, que apresentam diferenças estatisticamente significativas, nomeadamente, a afirmação dirigida às crianças sobre a utilização do autocarro ou outros transportes públicos para ir para a escola (p.4.1.), (U = 8559,500 , p < 0,001), a afirmação relativa ao facto das crianças se deslocarem para a escola a pé ou de bicicleta (p.4.2), (U = 7011,500 , p < 0,001) e, por último, a afirmação relativa ao facto de as crianças falarem com as pessoas responsáveis quando têm medo de alguma coisa (p.4.5.) (U = 9422,500 , p = 0,007).

Tabela 32

Itens da dimensão ‘Segurança e Proteção’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Segurança e Proteção	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
4.1. Eu uso o autocarro ou outros transportes públicos para ir para a escola.	334	8559,500	0,000
4.2. Eu costumo ir para a escola a pé ou de bicicleta.	333	7011,500	0,000
4.3. Eu não tenho medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta.	305	8967,000	0,135
4.4. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças me possam fazer mal.	330	10683,000	0,449
4.5. Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim.	327	9422,500	0,007

a. Variável de agrupamento: Ciclo de escolaridade

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Assim sendo, na tabela 33, é possível notar que são as crianças do 1.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito à utilização dos meios de transporte público para se deslocarem para a escola e, ainda, sobre o facto de costumarem falar com as pessoas responsáveis quando têm medo de alguma coisa. Todavia, relativamente ao item sobre a deslocação para a escola, a pé ou de bicicleta, constata-se que são os alunos do 2.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior.

Tabela 33

Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Segurança e Proteção’

Segurança e Participação	Ciclo de escolaridade	n	Ordem média
4.1. Eu uso o autocarro ou outros transportes públicos para ir para a escola.	1.º ciclo	236	180,23
	2.º ciclo	98	136,84
4.2. Eu costumo ir para a escola a pé ou de bicicleta.	1.º ciclo	235	147,84
	2.º ciclo	98	212,95
4.5. Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim.	1.º ciclo	230	171,53
	2.º ciclo	97	146,14

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

A tabela 34, permite identificar a existência de três itens da dimensão ‘Saúde’, que apresentam diferenças marginalmente significativas entre o 1.º ciclo e o 2.º ciclo de escolaridade, e que corresponde a afirmação sobre o facto de as pessoas responsáveis falarem com as crianças sobre o que é ser saudável (p.5.1.) (U = 9696,500 , p = 0,042), a afirmação sobre o facto de as crianças comerem à mesa com a família e conversarem muito (p.5.3.) (U = 9598 , p = 0,005) e, por último, à afirmação dirigida às crianças sobre o facto de os profissionais de saúde falarem diretamente para elas (p.5.5.) (U = 8544,000, p < 0,001)

Tabela 34

Itens da dimensão ‘Saúde’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Saúde	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
5.1. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim falam comigo sobre o que é ser saudável.	324	9696,500	0,042
5.2. Eu e a minha família jantamos sempre juntos.	334	10646,500	0,146

5.3. Quando comemos à mesa, em família, falamos muito.	333	9598,000	0,005
5.4. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, ao leva(m)-me médico/a.	334	10891,500	0,165
5.5. O médico/a ou enfermeiro/a costuma falar diretamente comigo.	328	8544,000	0,000
5.6. Quando o/a médico/a decide o tratamento para a minha doença, explica-me o que devo fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos.	321	10539,000	0,803
5.7. Eu percebo sempre tudo o que o/a médico/a me explica.	331	10708,500	0,365

a. Variável de agrupamento: Ciclo de escolaridade

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Desta forma, na tabela 35, verifica-se que são as crianças do 2.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de as pessoas responsáveis falarem com elas sobre o que é saudável e, normalmente, comerem em família e conversarem muito. É de evidenciar que, existe uma tendência para que sejam as crianças que frequentam o 1.º ciclo de escolaridade, a apresentarem um nível de concordância superior, quando manifestam a sua opinião sobre o facto de os profissionais de saúde falarem diretamente para eles.

Tabela 35

Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão 'Saúde'

Saúde	Ciclo de escolaridade	n	Ordem média
5.1. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim falam comigo sobre o que é ser saudável.	1.º ciclo	229	157,34
	2.º ciclo	95	174,93
5.3. Quando comemos à mesa, em família, falamos muito.	1.º ciclo	236	159,17
	2.º ciclo	97	186,05
5.5. O médico/a ou enfermeiro/a costuma falar diretamente comigo.	1.º ciclo	232	175,67

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 36, contata-se a existência de nove itens da dimensão ‘Educação’, que apresentam diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de concordância dos alunos de 1.º ciclo e 2.º ciclo de escolaridade, no que diz respeito à afirmação relativa ao facto de as crianças gostarem da escola (p.6.1.), (U = 6935 e $p < 0,001$), à afirmação sobre as crianças gostarem de aprender coisas novas (p.6.2.), (U = 8287 e $p < 0,001$), à afirmação sobre a disponibilidade dos responsáveis para ajudar as crianças a fazerem os trabalhos de casa (p.6.4.), (U = 9936,500 e $p = 0,003$), à afirmação sobre o facto de as pessoas responsáveis costumarem perguntar às crianças o que aprenderam na escola (p.6.5.), (U = 9326 e $p < 0,001$), à afirmação relativa à opinião das crianças sobre se percebem sempre quando os/as professores/as explicam as coisas (p.6.7), (U = 8922 e $p < 0,001$), à afirmação sobre o facto de as crianças considerarem que os seus professores/as já os ajudaram numa situação em que precisaram de ajuda, (p.6.8), (U = 9079 e $p = 0,005$), à afirmação sobre o facto de na escola terem atividades para aprender como ser mais saudável (p.6.9), (U = 8615 e $p = 0,007$), à afirmação sobre a opinião das crianças relativamente ao tempo de recreio suficiente para brincar ou fazer jogos com os amigos/as (p.6.12), (U = 7272 e $p < 0,001$) e, para finalizar, à afirmação relativa ao facto de existirem na escola pessoas adultas com quem as crianças possam falar se tiverem problemas ou se sentirem mal (p.6.14), (U = 8433 e $p < 0,001$).

Tabela 36

Itens da dimensão ‘Educação’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Educação	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
6.1. Eu gosto da escola.	333	6935,000	0,000
6.2. Eu gosto de aprender coisas novas.	334	8287,000	0,000
6.3. A minha/meu encarregado/a de educação participa muito nas atividades da escola.	315	9405,000	0,165
6.4. Quando preciso de ajuda, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim ajudam-me nos trabalhos de casa.	334	9936,500	0,003

6.5. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que aprendi na escola.	333	9326,000	0,000
6.6. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso.	332	11385,500	0,815
6.7. Eu percebo sempre quando as minhas professoras e os meus professores explicam as coisas.	333	8922,000	0,000
6.8. Os meus professores e as minhas professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda.	323	9079,000	0,005
6.9. Na minha escola, temos atividades para aprendermos sobre como sermos saudáveis.	314	8615,000	0,007
6.10. Na minha escola, eu aprendo como se deve proteger o meio ambiente.	332	10761,500	0,147
6.11. Na minha escola, aprendi o que são os direitos das crianças.	326	10492,500	0,261
6.12. Na minha escola, há tempo suficiente de recreio, para eu brincar ou fazer jogos com os meus amigos e amigas.	330	7272,000	0,000
6.13. As casas de banho na minha escola estão sempre limpas.	319	10097,000	0,427
6.14. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal.	329	8433,000	0,000
6.15. As professoras e os professores tratam todas as crianças da mesma maneira.	316	10022,500	0,412
6.16. Na minha terra/freguesia/bairro, há uma biblioteca que eu costumo utilizar.	320	10511,000	0,875
6.17. Os/as professores/as nunca batem nos/as alunos/as.	328	10079,500	0,148
6.18. Os/as professores/as nunca gritam com os/as alunos/as.	334	10353,000	0,116
a. Variável de agrupamento: Ciclo de escolaridade			

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Neste sentido, na tabela 37, observa-se que são as crianças do 1.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de as crianças gostarem da escola, gostarem de aprender coisas novas, sobre a disponibilidade dos responsáveis para ajudar as crianças a fazerem os trabalhos de casa, sobre o facto de as pessoas responsáveis costumarem perguntar às crianças o que aprenderam na escola, sobre o facto destas perceberem sempre quando os/as professores/as explicam as coisas, sobre o facto de considerarem que os seus professores/as já os ajudaram numa situação em que precisavam de ajuda, sobre o facto de na escola terem atividades para aprender como ser mais saudáveis, sobre

a opinião das crianças relativamente ao tempo de recreio suficiente para brincar ou fazer jogos com os amigos/as e, por último, sobre o facto de existirem na escola pessoas adultas com quem as crianças podem falar se tiverem problemas ou se sentirem mal.

Tabela 37

Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão 'Educação'

Educação	Ciclo de escolaridade	n	Ordem média
6.1. Eu gosto da escola.	1.º ciclo	237	185,74
	2.º ciclo	96	120,74
6.2. Eu gosto de aprender coisas novas.	1.º ciclo	237	181,03
	2.º ciclo	97	134,43
6.4. Quando preciso de ajuda, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim ajudam-me nos trabalhos de casa.	1.º ciclo	237	174,07
	2.º ciclo	97	151,44
6.5. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que aprendi na escola.	1.º ciclo	235	176,31
	2.º ciclo	98	144,66
6.7. Eu percebo sempre quando as minhas professoras e os meus professores explicam as coisas.	1.º ciclo	235	178,03
	2.º ciclo	98	140,54
6.8. Os meus professores e as minhas professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda.	1.º ciclo	231	168,70
	2.º ciclo	92	145,18
6.9. Na minha escola, temos atividades para aprendermos sobre como sermos saudáveis.	1.º ciclo	224	164,04
	2.º ciclo	90	141,22
6.12. Na minha escola, há tempo suficiente de recreio, para eu brincar ou fazer jogos com os meus amigos e amigas.	1.º ciclo	234	182,42
	2.º ciclo	96	124,25
6.14. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal.	1.º ciclo	234	176,46

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 38, é possível identificar três itens da dimensão ‘Vida Pessoal’, que apresentam diferenças estatisticamente significativas, nomeadamente, as afirmações das crianças sobre a casa estar limpa (p.7.1.) (U = 8596,000 , p < 0,001), as afirmações sobre a existência de água quente para tomar banho (p.7.2.) (U = 10114 , p < 0,001) e, por último, as afirmações que dizem respeito ao facto de os responsáveis não lhe baterem (p.7.4.) (U = 7355,500 , p < 0,001). E existe, ainda, um item correspondente à afirmação das crianças sobre o facto de as pessoas responsáveis nunca gritarem com elas (p.7.5.), que apresenta diferenças entre o ciclo de escolaridade marginalmente significativas (U = 9935, p = 0,044).

Tabela 38

Itens da dimensão ‘Vida pessoal’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Vida Pessoal	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
7.1. A minha casa está sempre limpa.	334	8596,000	0,000
7.2. Na minha casa há água quente para eu tomar banho.	336	10114,500	0,000
7.3. Eu gosto muito da minha casa.	335	11264,000	0,212
7.4. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim não me batem.	327	7355,500	0,000
7.5. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim nunca gritam comigo.	329	9935,000	0,044
7.6. Em minha casa há livros e brinquedos.	331	10859,500	0,245
7.7. Nunca aconteceu outras crianças baterem-me fora da escola.	319	9902,000	0,233

a. Variável de agrupamento: Ciclo de escolaridade

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Finalizando este tipo de análise, na tabela 39, é possível constatar que são as crianças do 2.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior, no que diz

respeito ao facto de considerarem que a sua casa está sempre limpa, tem água quente para tomar banho e considerarem que os responsáveis nunca lhes batem. Importa realçar que, existe uma tendência para as crianças do 2.º ciclo de escolaridade apresentarem níveis de concordância superiores, quanto ao facto de considerarem que os seus responsáveis nunca lhe gritam.

Tabela 39

Ordens médias por ciclo de escolaridade referente ao item que apresenta diferenças estatisticamente significativas na dimensão 'Vida Pessoal'

Vida Pessoal	Ciclo de escolaridade	n	Ordem média
7.1. A minha casa está sempre limpa.	1.º ciclo	237	155,27
	2.º ciclo	97	197,38
7.2. Na minha casa há água quente para eu tomar banho.	1.º ciclo	238	162,00
	2.º ciclo	98	184,29
7.4. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim não me batem.	1.º ciclo	231	147,84
	2.º ciclo	96	202,88
7.5. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim nunca gritam comigo.	1.º ciclo	231	159,01
	2.º ciclo	98	179,12

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

4.4. Apresentação de resultados: estudo ii – opiniões dos jovens

Neste ponto serão apresentadas as frequências relativas aos diversos itens contemplados em cada uma das secções que estruturam o questionário dos jovens. Deste modo, seguem as tabelas de frequências referentes às seis secções que já foram apresentadas anteriormente e, ainda, uma breve análise das respostas dos participantes.

A tabela 40 apresenta as frequências relativas às respostas dos jovens sobre oportunidades e locais de brincadeira e lazer no concelho de Campo Maior.

Tabela 40*Opiniões dos jovens sobre 'Brincadeira e Lazer'*

Brincadeira e Lazer	Não é verdade ou não acontece	Nem sempre	Completamente verdade	Não sei	Totais
2.1. Na minha terra existem sítios públicos para estar com amigos (as) da minha idade ou fazer jogos e desporto.	14 (3,7%)	109 (28,7%)	246 (64,7%)	11 (2,9%)	380 (100%)
2.2. Eu frequento um clube de desporto.	189 (49,7%)	53 (13,9%)	119 (31,3%)	19 (5,0%)	380 (100%)
2.3. A minha família consegue pagar a mensalidade do clube de desporto.	100 (26,3%)	18 (4,7%)	207 (54,5%)	55 (14,5%)	380 (100%)
2.4. Tenho tempo suficiente para descansar e aproveitar o meu tempo livre.	26 (6,8%)	207 (54,5%)	143 (37,6%)	4 (1,1%)	380 (100%)
2.5. Onde eu moro, as crianças com deficiência usam os mesmos espaços que as outras crianças.	28 (7,4%)	87 (22,9%)	181 (47,6%)	84 (22,1%)	380 (100%)
2.6. Há sítios na minha terra onde eu posso estar em contacto com a natureza.	15 (3,9%)	57 (15,0%)	295 (77,6%)	13 (3,4%)	380 (100%)
2.7. Participo em programas ou atividades fora da escola.	115 (30,3%)	128 (33,7%)	126 (33,2%)	11 (2,9%)	380 (100%)
2.8. Costumo passar tempo com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim, durante os fins de semana.	15 (3,9%)	77 (20,3%)	283 (74,5%)	5 (1,3%)	380 (100%)
2.9. Gosto de passar tempo com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim.	15 (3,9%)	109 (28,7%)	247 (65,0%)	9 (2,4%)	380 (100%)
2.10. A(s) pessoa(s) que é/são responsável(eis) por mim costuma(m) ir ver-me praticar desporto ou acompanhar-me noutras atividades.	85 (22,4%)	110 (28,9%)	165 (43,4%)	20 (5,3%)	380 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Após análise da tabela 40, verifica-se que a maioria dos jovens afirma que existem sítios públicos para estar com amigos (as) da sua idade ou fazer jogos e desporto (64,7%), também consideram que existem locais onde podem estar em contacto com a natureza (77,6%) e cerca de metade afirma que as crianças com deficiência usam os mesmos espaços que as outras

crianças (47,6%). Não obstante, importa evidenciar que ainda existe um pouco mais de um quarto (28,7%) dos jovens que afirma que nem sempre há locais públicos para estar com os amigos e que consideram que as crianças com deficiência nem sempre utilizam os mesmos espaços (22,9%). Quanto às atividades desportivas, cerca de metade afirma que não frequenta um clube de desporto (49,7%), no entanto, metade dos jovens considera que a família tem condições para pagar a mensalidade num clube desportivo (54,5%) e referem ainda que nem sempre têm tempo suficiente para descansar e aproveitar o seu tempo livre (54,5%). É de realçar que cerca de um quarto (26,3%) dos jovens admite que a sua família não tem capacidade para pagar a mensalidade do clube de desporto. A maioria dos jovens afirma que gosta (65%) e costuma (74,5%) passar tempo no fim de semana com as pessoas que são responsáveis por eles, no entanto, cerca de um quarto (22,4%) dos jovens admite que as pessoas que são responsáveis por eles não costumam acompanhá-los no desporto ou outro tipo de atividades, ou nem sempre têm essa disponibilidade (28,9%).

A tabela 41 apresenta as frequências relativas às opiniões dos jovens sobre as oportunidades de participação que a escola e a família lhes concedem no concelho de Campo Maior.

Tabela 41

Opiniões dos jovens sobre oportunidades de 'Participação e Cidadania'

Participação e Cidadania	Não é verdade ou não acontece	Nem sempre	Completamente verdade	Não sei	Não respondeu	Totais
3.1. Já participei em grupos para discutir sobre o que há de bom na escola ou sobre as coisas que podem ser melhoradas.	144 (37,9%)	118 (31,1%)	87 (22,9%)	31 (8,2%)	----	380 (100%)
3.2. Os (As) professores(as) costumam perguntar-nos no final de cada semana, o que correu bem dentro das aulas e o que gostaríamos de fazer de maneira diferente.	173 (45,5%)	164 (43,2%)	28 (7,4%)	15 (3,9%)	----	380 (100%)
3.3. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.	51 (13,4%)	138 (36,3%)	185 (48,7%)	6 (1,6%)	----	380 (100%)
3.4. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costumam	33 (8,7%)	110 (28,9%)	231 (60,8%)	6 (1,6%)	----	380 (100%)

perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.						
3.5. Sinto que posso falar com a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sobre quase tudo.	32 (8,4%)	94 (24,7%)	244 (64,2%)	10 (2,6%)	----	380 (100%)
3.6. Sinto que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim me ouvem e têm em consideração as minhas opiniões.	16 (4,2%)	99 (26,1%)	250 (65,8%)	15 (3,9%)	----	380 (100%)
3.7. Participo em projetos na minha comunidade.	119 (31,3%)	170 (44,7%)	59 (15,5%)	32 (8,4%)	----	380 (100%)
3.8. Faço parte do Conselho de Jovens no meu município.	204 (53,7%)	30 (7,9%)	59 (15,5%)	87 (22,9%)	----	380 (100%)
3.9. A maior parte dos/as jovens que faz parte do Conselho de Jovens tem boas notas na escola. *	4 (4,5%)	54 (60,7%)	18 (20,2%)	13 (14,6%)	291	89 (100%)
3.10. O Conselho de Jovens também representa crianças com problemas ou dificuldades especiais. *	3 (3,4%)	15 (16,9%)	54 (60,7%)	17 (19,1%)	291	89 (100%)
3.11. Já dei a minha opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal.	235 (61,8%)	59 (15,5%)	40 (10,5%)	46 (12,1%)	----	380 (100%)
3.12. Já ouvi falar sobre os direitos das crianças e jovens na escola, televisão ou internet.	21 (5,5%)	47 (12,4%)	299 (78,7%)	13 (3,4%)	----	380 (100%)
3.13. Tenho acesso à internet e sinto-me ligado(a) ao que acontece fora da minha vizinhança.	12 (3,2%)	46 (12,1%)	313 (82,4%)	9 (2,4%)	----	380 (100%)

* As percentagens apresentadas no item incidem sobre o total de jovens que responderam ao item.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

A leitura da tabela 41 revela que apenas cerca de um quarto dos jovens participou em grupos para discutir sobre o que há de bom na escola ou sobre as coisas que podem ser melhoradas (22,9%) e uma percentagem muito reduzida (7,4%) afirma que os/(as) professores(as) costumam perguntar no final de cada semana, o que correu bem dentro das aulas e o que gostariam de fazer de maneira diferente. No seio familiar, cerca de metade dos jovens (48,7%) refere que as pessoas que são responsáveis por eles costumam interrogá-los sobre o que gostariam de fazer no fim de semana e onde gostariam de ir passear ou ir de férias (60,8%), também sentem que podem falar com elas sobre quase todos os assuntos (64,2%) e que estas têm em consideração as suas opiniões (65,8%). Apenas uma percentagem muita

reduzida (15,5%) afirma participar em projetos na comunidade e no Conselho de Jovens do Município, mais de metade dos jovens (61,8%) afirma que nunca deu a sua opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal. Na realidade, constatou-se que existe um grande desconhecimento dos jovens quanto ao funcionamento do Conselho de Jovens, pois a maioria (76,6%) não responderam às perguntas colocadas, nomeadamente, se a maior parte dos/as jovens que faz parte do Conselho de Jovens tem boas notas na escola ou se também representa crianças com problemas ou dificuldades especiais. Dos inquiridos que responderam (89), mais de metade (60,7%) considera que nem sempre os jovens que fazem parte do Conselho de Jovens têm boas notas e que o Conselho também representa crianças com problemas ou dificuldades especiais (60,7%). A maioria dos jovens (78,7%) já ouviu falar sobre os direitos das crianças e jovens na escola, televisão ou internet e uma esmagadora maioria (82,4%) afirma que se sente ligado(a) ao que acontece fora da sua vizinhança e tem acesso à internet.

A tabela 42 apresenta as frequências relativas às opiniões dos jovens sobre a perceção quanto à segurança e proteção no concelho de Campo Maior.

Tabela 42

Opiniões dos jovens sobre ‘Segurança e Proteção’

Segurança e Proteção	Não é verdade ou não acontece	Nem sempre	Completamente verdade	Não sei	Totais
4.1. Sinto-me seguro/a quando uso o autocarro ou outros transportes públicos.	52 (13,7%)	127 (33,4%)	139 (36,6%)	62 (16,3%)	380 (100%)
4.2. É seguro eu caminhar ou andar de bicicleta na rua.	7 (1,8%)	128 (33,7%)	231 (60,8%)	14 (3,7%)	380 (100%)
4.3. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças/jovens me possam fazer mal.	64 (16,8%)	99 (26,1%)	199 (52,4%)	18 (4,7%)	380 (100%)
4.4. Na minha escola há muitas lutas entre crianças/jovens.	54 (14,2%)	209 (55,0%)	59 (15,5%)	58 (15,3%)	380 (100%)
4.5. Quando eu me sinto em perigo, eu sei a quem me dirigir para pedir ajuda.	19 (5,0%)	86 (22,6%)	253 (66,6%)	22 (5,8%)	380 (100%)
4.6. A minha mãe ou o meu pai já falaram comigo sobre como utilizar a internet.	49 (12,9%)	42 (11,1%)	270 (71,1%)	19 (5,0%)	380 (100%)

4.7. Sei que há riscos em utilizar a internet.	3 (0,8%)	17 (4,5%)	350 (92,1%)	10 (2,6%)	380 (100%)
--	-------------	--------------	----------------	--------------	---------------

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Após análise da tabela 42, depreende-se que um terço dos jovens (33,4%) refere que nem sempre se sente seguro quando utiliza o autocarro ou outros transportes públicos e uma percentagem mais baixa (13,7%) garante que não se sente seguro. Mais de metade dos inquiridos (60,8%) consideram que é seguro caminhar ou andar de bicicleta na rua, contudo, cerca de um terço (33,7%) afirma que nem sempre é seguro. Quanto ao sentimento de insegurança na escola, importa referir que metade dos jovens (52,4%) não sente medo de outros colegas, no entanto, cerca de um quarto (26,1%) afirma que por vezes sente medo. Apenas uma percentagem reduzida (14,2%) dos jovens concorda com o facto de na sua escola não existirem muitas lutas entre as crianças/jovens. Mais de metade dos jovens (66,6%) sabe a quem deve pedir ajuda quando se sentir em perigo, a maioria afirma conhecer os riscos existentes na internet (92,1%) e referem que os pais já conversaram com eles sobre como utilizar corretamente a internet (71,1%).

A tabela 43 apresenta as frequências relativas às opiniões dos jovens sobre oportunidades de saúde no concelho de Campo Maior.

Tabela 43

Opiniões dos jovens sobre 'Saúde'

Saúde	Não é verdade ou não acontece	Nem sempre	Completa mente verdade	Não sei	Totais
5.1. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sempre falaram comigo sobre o que tenho de fazer para ser saudável.	11 (2,9%)	46 (12,1%)	316 (83,1%)	7 (1,8%)	380 (100%)
5.2. Em minha casa temos uma alimentação saudável.	7 (1,8%)	137 (36,1%)	227 (59,7%)	9 (2,4%)	380 (100%)
5.3. Eu consigo controlar o que como.	17 (4,5%)	122 (32,1%)	230 (60,5%)	11 (2,9%)	380 (100%)

5.4. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, leva(m)-me ao médico/a.	7 (1,8%)	29 (7,6%)	338 (88,9%)	6 (1,6%)	380 (100%)
5.5. O médico/a ou enfermeiro/a costuma falar diretamente comigo.	25 (6,6%)	116 (30,5%)	232 (61,1%)	7 (1,8%)	380 (100%)
5.6. No meu centro de saúde existe um atendimento especializado para adolescentes.	113 (29,7%)	66 (17,4%)	42 (11,1%)	159 (41,8%)	380 (100%)
5.7. Eu já fui ao médico/a sozinho/a.	239 (62,9%)	28 (7,4%)	92 (24,2%)	21 (5,5%)	380 (100%)
5.8. Eu tenho uma doença crónica ou outra condição para a qual preciso de tratamento constante.	308 (81,1%)	11 (2,9%)	29 (7,6%)	32 (8,4%)	380 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

A leitura da tabela 43, revela que uma maioria dos jovens afirma que os adultos sempre lhe indicaram o que devem fazer para ser saudável (83,1%), mais de metade admite que mantém uma alimentação saudável em casa (59,7%) e conseguem controlar o que comem (60,5%). De salientar que cerca de um terço (36,1%) dos jovens afirma que nem sempre tem uma alimentação saudável e não consegue controlar o que come (32,1%).

Relativamente a questões mais específicas na área da saúde, a maioria dos jovens afirma que os adultos os levam ao médico/a quando é necessário (88,9%), não sendo habitual irem ao médico sozinhos (62,9%). Mais de metade dos jovens refere que os profissionais de saúde falam diretamente com os jovens (61,1%) e uma maioria afirma que não têm problemas graves de saúde que exigem tratamentos regulares (81,1%).

Cerca de metade dos jovens afirma que não sabe se no seu centro de saúde existe um atendimento especializado para adolescentes (41,8%) e um pouco mais de um quarto afirma que não existe (29,7%).

A tabela 44 apresenta as frequências relativas às respostas dos jovens sobre oportunidades de educação no concelho de Campo Maior.

Tabela 44*Opiniões dos jovens sobre 'Educação'*

Educação	Não é verdade ou não acontece	Nem sempre	Completamente verdade	Não sei	Não Aplicável	Totais
6.1. Eu sempre gostei da escola.	96 (25,3%)	212 (55,8%)	58 (15,3%)	14 (3,7%)	----	380 (100%)
6.2. Eu sinto que na escola posso estudar o que me interessa.	86 (22,6%)	166 (43,7%)	111 (29,2%)	17 (4,5%)	----	380 (100%)
6.3. A pessoa que é minha encarregada de educação sempre me apoiou na escola.	10 (2,6%)	30 (7,9%)	333 (87,6%)	7 (1,8%)	----	380 (100%)
6.4. A pessoa que é minha encarregada de educação vai sempre às reuniões na escola.	8 (2,1%)	58 (15,3%)	304 (80,0%)	10 (2,6%)	----	380 (100%)
6.5. A minha mãe ou o meu pai costumam participar nas atividades que acontecem na escola.	71 (18,7%)	185 (48,7%)	85 (22,4%)	39 (10,3%)	----	380 (100%)
6.6. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso.	3 (0,8%)	24 (6,3%)	348 (91,6%)	5 (1,3%)	----	380 (100%)
6.7. Os meus professores e professoras dão-me atenção suficiente quando eu preciso.	29 (7,6%)	157 (41,3%)	179 (47,1%)	15 (3,9%)	----	380 (100%)
6.8. Os meus professores e professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda	41 (10,8%)	76 (20,0%)	219 (57,6%)	44 (11,6%)	----	380 (100%)
6.9. Na minha escola, temos aulas sobre promoção de saúde.	170 (44,7%)	80 (21,1%)	33 (8,7%)	97 (25,5%)	----	380 (100%)
6.10. Na minha escola, temos aulas sobre educação sexual.	188 (49,5%)	84 (22,1%)	57 (15,0%)	51 (13,4%)	----	380 (100%)
6.11. Na minha escola, fomos informados sobre os direitos das crianças.	30 (7,9%)	63 (16,6%)	258 (67,9%)	29 (7,6%)	----	380 (100%)
6.12. Os professores e professoras costumam envolver-nos em decisões sobre a organização da escola.	76 (20,0%)	143 (37,6%)	99 (26,1%)	62 (16,3%)	----	380 (100%)

6.13. Na minha escola, há tempo suficiente de recreio para eu estar com os meus amigos.	136 (35,8%)	150 (39,5%)	84 (22,1%)	10 (2,6%)	-----	380 (100%)
6.14. O meu tempo de escola e estudo é adequado.	48 (12,6%)	167 (43,9%)	144 (37,9%)	21 (5,5%)	-----	380 (100%)
6.15. As casas de banho na minha escola estão sempre limpas.	119 (31,3%)	196 (51,6%)	44 (11,6%)	21 (5,5%)	-----	380 (100%)
6.16. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal.	49 (12,9%)	109 (28,7%)	190 (50,0%)	32 (8,4%)	-----	380 (100%)
6.17. Os professores e professoras tratam todas as crianças/jovens da mesma maneira.	81 (21,3%)	156 (41,1%)	122 (32,1%)	21 (5,5%)	-----	380 (100%)
6.18. Na minha escola, as crianças/jovens com deficiências são sempre respeitadas.	18 (4,7%)	131 (34,5%)	192 (50,5%)	39 (10,3%)	-----	380 (100%)
6.19. Na minha comunidade, há uma biblioteca que eu costumo utilizar.	63 (16,6%)	142 (37,4%)	151 (39,7%)	24 (6,3%)	-----	380 (100%)
6.20. Os/As professores/as nunca batem nos/as alunos/as.	66 (17,4%)	49 (12,9%)	218 (57,4%)	47 (12,4%)	-----	380 (100%)
6.21. Os/As professores/as nunca gritam com os/as alunos/as.	127 (33,4%)	207 (54,5%)	35 (9,2%)	11 (2,9%)	-----	380 (100%)
6.22. Nas férias ou durante o tempo de escola, eu costumo trabalhar.	203 (53,4%)	123 (32,4%)	42 (11,1%)	12 (3,2%)	-----	380 (100%)
6.23. O trabalho que eu faço não interfere com os meus estudos. *	29 (17,6%)	46 (27,9%)	75 (45,5%)	15 (9,1%)	215	165 (100%)
6.24. O trabalho que eu faço não põe em risco a minha saúde ou segurança. *	31 (18,8%)	35 (21,2%)	81 (49,1%)	18 (10,9%)	213	165 (100%)

* As percentagens apresentadas no item incidem sobre o total de jovens que responderam ao item.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Após análise da tabela 44, verifica-se que cerca de metade dos jovens afirma que nem sempre gosta da escola (55,8%) e sentem que nem sempre podem estudar aquilo que lhes interessa (43,7%). No que diz respeito ao acompanhamento dos pais, a maioria dos jovens considera que estes sempre lhe deram apoio na escola (87,6%), participam nas reuniões da escola (80,0%), não sentem dificuldades para pagar o material escolar (91,6%), no entanto, os

pais nem sempre costumam participar nas atividades que acontecem na escola (48,7%) ou não participam (18,7%).

Quanto ao acompanhamento realizado pelos professores, apenas cerca de metade dos jovens considera que os professores(as) lhes dão a atenção suficiente quando eles necessitam (47,1%), metade deles afirma que os professores(as) já os ajudaram numa situação em que precisaram de ajuda (57,6%) e apenas um quarto de jovens (26,1%) afirma que os professores/(as) costumam envolver os alunos nas decisões sobre a organização da escola. Cerca de metade dos jovens afirma que os professores nunca batem nos alunos (57,4%) e uma percentagem bastante reduzida de alunos afirma que os professores nunca costumam gritar com os discentes (9,2%). É de ressaltar que, existe ainda uma percentagem de jovens que considera que os professores batem nos alunos (17,4%) e que gritam (33,4%).

Cerca de metade dos jovens afirma que na sua escola não existem aulas sobre a promoção de saúde (44,7%) e sobre educação sexual (49,5%), todavia, mais de metade dos jovens menciona que foram informados sobre os direitos das crianças (67,9%). Apenas cerca de um quarto dos jovens (22,1%) considera que há tempo suficiente de recreio para estar com os seus amigos e um pouco mais de um terço (37,9%) refere que o tempo de escola e de estudo é adequado. Uma percentagem bastante reduzida dos jovens (11,6%) considera que as casas de banho da escola estão sempre limpas e mais de um terço frequenta a biblioteca do concelho (39,7%).

Metade dos jovens consegue identificar adultos na escola a quem podem recorrer se tiverem algum problema (50,0%) e também consideram que as crianças/jovens com deficiências são sempre respeitadas (50,5%), não obstante, aproximadamente metade dos jovens (41,1%) afirma que os professores/(as) nem sempre tratam todas as crianças/jovens da mesma maneira.

Metade dos jovens declara que não costuma trabalhar nas férias ou durante o tempo de escola (53,4%), cerca de um terço refere que nem sempre trabalha (32,4%) e apenas uma percentagem reduzida afirma que trabalha (11,1%). Cerca de metade dos jovens (45,5%) afirma que o trabalho não interfere de alguma forma nos seus estudos e não coloca em risco a sua saúde ou segurança (49,1%). Não obstante, importa referir que menos de um quarto dos jovens afirma que o trabalho tem impacto nos seus estudos (17,6%) e na sua saúde/segurança (18,8%) e cerca de um quarto dos jovens afirma que nem sempre é assim (27,9% e 21,2%).

A tabela 45 apresenta as frequências relativas às respostas das crianças sobre a sua vida pessoal no concelho de Campo Maior.

Tabela 45

Opiniões dos jovens sobre 'Vida Pessoal'

Vida Pessoal	Não é verdade ou não acontece	Nem sempre	Completamente verdade	Não sei	Totais
7.1. A minha casa está sempre limpa.	6 (1,6%)	26 (6,8%)	342 (90,0%)	6 (1,6%)	380 (100%)
7.2. Na minha casa há água quente para eu tomar banho.	4 (1,1%)	2 (0,5%)	366 (96,3%)	8 (2,1%)	380 (100%)
7.3. Eu sinto-me seguro(a) em casa.	1 (0,3%)	10 (2,6%)	365 (96,1%)	4 (1,1%)	380 (100%)
7.4. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim não me batem.	20 (5,3%)	65 (17,1%)	283 (74,5%)	12 (3,2%)	380 (100%)
7.5. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim nunca gritam comigo.	38 (10,0%)	213 (56,1%)	120 (31,6%)	9 (2,4%)	380 (100%)
7.6. Já tive uma situação onde outras/os jovens me bateram fora da escola.	267 (70,3%)	26 (6,8%)	67 (17,6%)	20 (5,3%)	380 (100%)
7.7. Nunca me ofereceram drogas na escola ou fora da escola.	184 (48,4%)	18 (4,7%)	160 (42,1%)	18 (4,7%)	380 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

A leitura da tabela 45, revela que uma esmagadora maioria dos jovens afirma que tem sempre a casa limpa (90,0%) e possui água quente para tomar banho (96,3%). Uma grande maioria dos jovens também afirma que se sentem seguros em casa (96,1%), os pais não lhes batem (74,5%), todavia, estes costumam gritar de vez em quando (56,1%). De salientar que, ainda existe uma percentagem de jovens (17,1%) que afirma que os pais por vezes lhe batem. Mais de metade dos jovens afirma que nunca tiveram uma situação onde foram agredidos fora

da escola (70,3%), mas 17,6% afirma que isso já ocorreu, e cerca de metade (48,4%) afirma que já tiveram uma situação onde lhe ofereceram drogas na escola ou fora da escola.

Tabela 46

Opiniões dos jovens sobre 'Vida Pessoal' – Contacto com o Sistema de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

	Não	Sim	Não sei/ prefere não responder	Totais
7.8. Eu já tive contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo.	268 (70,5%)	27 (7,1%)	85 (22,4%)	380 (100%)

	Não é verdade ou não acontece	Nem sempre	Completa mente verdade	Não sei	Totais
7.9. Eu gostei do acompanhamento dos/as profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo.	4 (14,8%)	4 (14,8%)	15 (55,6%)	4 (14,8%)	27 (100%)
7.10. O acompanhamento por parte de profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo ajudou-me realmente a melhorar a minha vida.	4 (14,8%)	6 (22,2%)	14 (51,9%)	3 (11,1%)	27 (100%)
7.11. Durante o acompanhamento dos/as profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, eu fui sempre informado/a sobre o que estava a acontecer e pude dar sempre a minha opinião.	4 (14,8%)	6 (22,2%)	14 (51,9%)	3 (11,1%)	27 (100%)

Na tabela 46, constata-se que a maioria dos jovens afirma que nunca teve contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo (70,5%), sendo que cerca de um quarto (22,4%) preferiu não responder à pergunta ou não sabe, e 7,1% (27) afirmou já ter estabelecido contacto com o sistema de proteção. Destes 27 inquiridos, cerca de metade gostou do acompanhamento realizado pelos profissionais da CPCJ (55,6%), afirmou que a intervenção foi significativa na sua vida (51,9%) e consideraram que foram sempre informados sobre o que estava a acontecer e puderam dar a sua opinião (51,9%). Contudo, alguns dos jovens não souberam responder a estas questões (14,8% e 11,1%) e menos de um quarto não gostou do

acompanhamento (14,8%), considerou que este nem sempre ajudou a melhorar a sua vida (14,8%) e nem sempre foram informados e puderam dar a sua opinião (14,8%).

4.5. Análise das diferenças entre sexos nos itens que estão incluídos em cada uma secções do questionário aplicado aos jovens

Neste ponto, com o intuito de apurar se as diferenças observadas relativamente aos níveis de concordância dos itens das diferentes secções do questionário (explicitadas no capítulo do Método) são estatisticamente significativas em função do sexo, recorreu-se ao Teste não paramétrico Mann Whitney. Este teste permite verificar se as ordens médias de dois grupos independentes (“masculino” e “feminino”) da variável sexo diferem estatisticamente em cada um dos itens (variáveis de escala ordinal) contemplados nas diferentes dimensões do questionário dos jovens.

A tabela 47 permite identificar a existência de dois itens da dimensão ‘Brincadeira e Lazer’, que apresentam diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de concordância de rapazes e raparigas, no que diz respeito à afirmação sobre o facto de os jovens frequentarem um clube desportivo (p.2.2.), ($U = 12564$, $p < 0,001$) e, ainda, a afirmação referente à opinião dos jovens sobre a possibilidade de a sua família pagar a mensalidade do clube de desporto (p.2.3.), ($U = 11650$, $p = 0,033$). Importa também referir, a existência de um outro item relacionado com a opinião dos jovens sobre o facto de terem tempo suficiente para descansar e aproveitar o seu tempo livre. (p.2.4.), que apresenta diferenças entre o sexo marginalmente significativas ($U = 16066$, $p = 0,084$).

Tabela 47

Itens da dimensão ‘Brincadeira e Lazer’ segundo a variável ‘sexo’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Brincadeira e Lazer	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
2.1. Na minha terra existem sítios públicos para estar com amigos (as) da minha idade ou fazer jogos e desporto.	369	16846,000	0,837
2.2. Eu frequento um clube de desporto.	361	12564,000	0,000

2.3. A minha família consegue pagar a mensalidade do clube de desporto.	325	11650,000	0,033
2.4. Tenho tempo suficiente para descansar e aproveitar o meu tempo livre.	376	16066,000	0,084
2.5. Onde eu moro, as crianças com deficiência usam os mesmos espaços que as outras crianças.	296	10669,500	0,662
2.6. Há sítios na minha terra onde eu posso estar em contacto com a natureza.	367	16800,000	0,959
2.7. Participo em programas ou atividades fora da escola.	369	16585,500	0,653
2.8. Costumo passar tempo com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim, durante os fins de semana.	375	16812,000	0,330
2.9. Gosto de passar tempo com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim.	371	15416,000	0,036
2.10. A(s) pessoa(s) que é/são responsável(eis) por mim costuma(m) ir ver-me praticar desporto ou acompanhar-me noutras atividades.	360	15749,500	0,623

a. Variável de agrupamento: Sexo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Neste sentido, na tabela 48, observa-se que são os jovens do sexo masculino que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de frequentarem um clube de desporto e da sua família ter disponibilidade para pagar a mensalidade do respetivo clube de desporto e, tendem, ainda, a ser os rapazes que apresentam níveis de concordância superiores quando manifestam a sua opinião sobre o facto de terem tempo suficiente para descansar e aproveitar o seu tempo livre.

Tabela 48

Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão 'Brincadeira e Lazer'

Brincadeira e Lazer	Sexo	n	Ordem média
2.2. Eu frequento um clube de desporto.	Feminino	181	160,41
	Masculino	180	201,70

2.3. A minha família consegue pagar a mensalidade do clube de desporto.	Feminino	155	153,16
	Masculino	170	171,97
2.4. Tenho tempo suficiente para descansar e aproveitar o meu tempo livre.	Feminino	186	179,88
	Masculino	190	196,94

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 49, é possível identificar a existência de dois itens da dimensão ‘Participação e Cidadania’, que apresentam diferenças estatisticamente significativas, nomeadamente, a afirmação relativa ao facto de os jovens já terem dado a sua opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal (p.3.11.) (U = 12152 , p = 0,011) e a afirmação que diz respeito ao facto de os jovens já terem ouvido falar sobre os direitos das crianças na escola, televisão ou internet (p.3.12.) (U = 15142 , p = 0,014).

Tabela 49

Itens da dimensão ‘Participação e Cidadania’ segundo a variável ‘sexo’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Participação e Cidadania	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
3.1. Já participei em grupos para discutir sobre o que há de bom na escola ou sobre as coisas que podem ser melhoradas.	349	15170,500	0,956
3.2. Os (As) professores(as) costumam perguntar-nos no final de cada semana, o que correu bem dentro das aulas e o que gostaríamos de fazer de maneira diferente.	365	16239,500	0,649
3.3. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.	374	16804,500	0,475
3.4. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.	374	16267,000	0,176
3.5. Sinto que posso falar com a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sobre quase tudo.	370	15972,500	0,184
3.6. Sinto que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim me ouvem e têm em consideração as minhas opiniões.	365	15430,500	0,135
3.7. Participo em projetos na minha comunidade.	348	15093,000	0,981
3.8. Faço parte do Conselho de Jovens no meu município.	293	10188,000	0,354

3.9. A maior parte dos/as jovens que faz parte do Conselho de Jovens tem boas notas na escola.	76	633,000	0,253
3.10. O Conselho de Jovens também representa crianças com problemas ou dificuldades especiais.	72	533,500	0,110
3.11. Já dei a minha opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal.	334	12152,000	0,011
3.12. Já ouvi falar sobre os direitos das crianças e jovens na escola, televisão ou internet.	367	15142,000	0,014
3.13. Tenho acesso à internet e sinto-me ligado(a) ao que acontece fora da minha vizinhança.	371	17161,500	0,947

a. Variável de agrupamento: Sexo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Neste sentido, na tabela 50, observa-se que são os jovens do sexo masculino que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de já terem dado a sua opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal, por outro lado, são as jovens do sexo feminino que apresentam um nível de concordância superior quanto ao facto de já terem ouvido falar sobre os direitos das crianças na escola, televisão ou internet.

Tabela 50

Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão 'Participação e Cidadania'

Participação e Cidadania	Sexo	n	Ordem média
3.11. Já dei a minha opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal.	Feminino	167	156,77
	Masculino	167	178,23
3.12. Já ouvi falar sobre os direitos das crianças e jovens na escola, televisão ou internet.	Feminino	182	193,30
	Masculino	185	174,85

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 51, constata-se a existência de apenas um item da dimensão 'Segurança e Proteção', que apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de concordância de rapazes e raparigas, nomeadamente, a afirmação relativa ao facto de se

sentirem seguros quando utilizam o autocarro ou outros transportes públicos (p.4.1.) (U = 11379,500 , p = 0,095).

Tabela 51

Itens da dimensão ‘Segurança e Proteção’ segundo a variável ‘sexo’- estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Segurança e Proteção	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
4.1. Sinto-me seguro/a quando uso o autocarro ou outros transportes públicos.	318	11379,500	0,095
4.2. É seguro eu caminhar ou andar de bicicleta na rua.	366	15432,000	0,123
4.3. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças/jovens me possam fazer mal.	362	15016,500	0,128
4.4. Na minha escola há muitas lutas entre crianças/jovens.	322	11831,000	0,110
4.5. Quando eu me sinto em perigo, eu sei a quem me dirigir para pedir ajuda.	358	15981,500	0,965
4.6. A minha mãe ou o meu pai já falaram comigo sobre como utilizar a internet.	361	15916,500	0,623
4.7. Sei que há riscos em utilizar a internet.	370	16189,500	0,022

a. Variável de agrupamento: Sexo

b. (4.4.) - Item cuja escala inicial foi invertida para uniformizar com a escala dos restantes itens de forma a possibilitar a comparação entre eles.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Assim sendo, na tabela 52, é possível notar que são os jovens do sexo masculino que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de se sentirem seguros quando utilizam o autocarro ou outros transportes públicos.

Tabela 52

Ordens médias por sexo referente ao item que apresenta diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Segurança e Proteção’

Segurança e Proteção	Sexo	n	Ordem média
4.1. Sinto-me seguro/a quando uso o autocarro ou outros transportes públicos.	Feminino	159	151,57
	Masculino	159	167,43

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

A tabela 53, permite identificar dois itens da dimensão ‘Saúde’, que apresentam diferenças estatisticamente significativas e que correspondem à afirmação sobre o facto de os jovens terem conhecimento se no seu centro de saúde existe um atendimento especializado para adolescentes. (p.5.6.) (U = 4837,500 , p = 0,004) e à afirmação relativa ao facto de os jovens terem uma doença crónica ou outra condição para a qual precisam de tratamento constante (p.5.8.) (U = 13891,500 , p = 0,016).

Tabela 53

Itens da dimensão ‘Saúde’ segundo a variável ‘sexo’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Saúde	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
5.1. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sempre falaram comigo sobre o que tenho de fazer para ser saudável.	373	17300,500	0,889
5.2. Em minha casa temos uma alimentação saudável.	371	16582,000	0,478
5.3. Eu consigo controlar o que como.	369	15666,500	0,120
5.4. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, leva(m)-me ao médico/a.	374	16705,500	0,145
5.5. O médico/a ou enfermeiro/a costuma falar diretamente comigo.	373	16363,500	0,248
5.6. No meu centro de saúde existe um atendimento especializado para adolescentes.	221	4837,500	0,004
5.7. Eu já fui ao médico/a sozinho/a.	359	15366,000	0,361

5.8. Eu tenho uma doença crónica ou outra condição para a qual preciso de tratamento constante.	348	13891,500	0,016
--	------------	------------------	--------------

a. Variável de agrupamento: Sexo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Desta forma, na tabela 54, verifica-se que são os jovens do sexo masculino que apresentam níveis de concordância superiores, quando manifestam a sua opinião sobre o facto de existir um atendimento especializado no seu centro de saúde e ainda sobre o facto de terem doença crónica ou outra condição para a qual precisam de tratamento constante.

Tabela 54

Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Saúde’

<i>Saúde</i>	Sexo	n	Ordem média
5.6. No meu centro de saúde existe um atendimento especializado para adolescentes.	Feminino	113	99,81
	Masculino	108	122,71
5.8. Eu tenho uma doença crónica ou outra condição para a qual preciso de tratamento constante.	Feminino	174	167,34
	Masculino	174	181,66

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

A tabela 55 permite identificar a existência de quatro itens da dimensão ‘Educação’, que apresentam diferenças estatisticamente significativas entre o sexo masculino e feminino, nomeadamente, a afirmação relativa ao facto de os pais participarem nas atividades que acontecem na escola (p.6.5.) (U = 12705 , p = 0,026), a afirmação que refere a existência de aulas de promoção da saúde na escola (6.9.) (U = 7450,500 , p < 0,001), a afirmação que refere a existência de aulas de educação sexual na escola (p.6.10.) (U = 11386,000 , p = 0,005) e, por último, a afirmação sobre o facto de os jovens trabalharem nas férias ou durante o tempo de escola (p.6.22.) (U = 14395,000 , p = 0,005). É possível denotar, ainda, a existência de cinco itens que apresentam diferenças entre o sexo marginalmente significativas, nomeadamente a afirmação sobre o facto de os jovens sentirem que na escola podem estudar o que lhes interessa

(p.6.2.) (U = 14881,500, p = 0,087), a afirmação relativa ao facto de os jovens sentirem que o seu encarregado/a de educação sempre os apoiou na escola (p.6.3.) (U = 12524 , p = 0,076), a afirmação relativa à opinião dos jovens sobre se o tempo de escola e de estudo é adequado (p.6.14.) (U = 14483, p = 0,070), a afirmação relativa ao facto de na sua comunidade existir uma biblioteca e ser habitual utilizá-la (p.6.19), (U = 14120,500, p = 0,055) e, por último, o facto de o trabalho que os jovens fazem não interferir com os seus estudos (p.6.23), (U = 2289,500, p = 0,068).

Tabela 55

Itens da dimensão 'Educação' segundo a variável 'sexo' - estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Educação	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
6.1. Eu sempre gostei da escola.	366	16569,500	0,845
6.2. Eu sinto que na escola posso estudar o que me interessa.	363	14881,500	0,087
6.3. A pessoa que é minha encarregada de educação sempre me apoiou na escola.	373	16453,500	0,093
6.4. A pessoa que é minha encarregada de educação vai sempre às reuniões na escola.	370	17011,500	0,885
6.5. A minha mãe ou o meu pai costumam participar nas atividades que acontecem na escola.	341	12705,000	0,026
6.6. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso.	375	17485,000	0,843
6.7. Os meus professores e professoras dão-me atenção suficiente quando eu preciso.	365	16391,000	0,772
6.8. Os meus professores e professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda	336	13538,000	0,444
6.9. Na minha escola, temos aulas sobre promoção de saúde.	283	7450,500	0,000
6.10. Na minha escola, temos aulas sobre educação sexual.	329	11386,000	0,005
6.11. Na minha escola, fomos informados sobre os direitos das crianças.	351	14374,000	0,165
6.12. Os professores e professoras costumam envolver-nos em decisões sobre a organização da escola.	318	11765,500	0,252
6.13. Na minha escola, há tempo suficiente de recreio para eu estar com os meus amigos.	370	17034,000	0,935
6.14. O meu tempo de escola e estudo é adequado.	359	14483,000	0,070
6.15. As casas de banho na minha escola estão sempre limpas.	359	15540,000	0,528

6.16. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal.	348	14309,000	0,329
6.17. Os professores e professoras tratam todas as crianças/jovens da mesma maneira.	359	15582,500	0,565
6.18. Na minha escola, as crianças/jovens com deficiências são sempre respeitadas.	341	14243,000	0,714
6.19. Na minha comunidade, há uma biblioteca que eu costumo utilizar.	356	14120,500	0,055
6.20. Os/As professores/as nunca batem nos/as alunos/as.	333	13818,500	0,977
6.21. Os/As professores/as nunca gritam com os/as alunos/as.	369	16507,000	0,571
6.22. Nas férias ou durante o tempo de escola, eu costumo trabalhar.	368	14395,000	0,005
6.23.O trabalho que eu faço não interfere com os meus estudos	150	2289,500	0,068
6.24.O trabalho que eu faço não põe em risco a minha saúde ou segurança	147	2391,000	0,267

a. Variável de agrupamento: Sexo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Neste sentido, na tabela 56, observa-se que são as raparigas que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de os pais participarem nas atividades que acontecem na escola. Nos restantes itens, é possível verificar que existe um nível de concordância superior nos rapazes, no que diz respeito à existência de aulas de promoção da saúde e aulas de educação sexual na escola e, ainda, sobre o facto de os jovens trabalharem nas férias ou durante o tempo de escola. Importa ressaltar que se verifica uma tendência, para serem as raparigas a apresentarem níveis de concordância superiores quando manifestam a sua opinião sobre a existência de uma biblioteca na sua comunidade e existir o hábito de utilizá-la e, ainda, sobre o facto de sentirem que são sempre apoiadas pelo seu/sua encarregado/a de educação na escola. Por outro lado, verifica-se uma tendência para serem os rapazes a apresentarem níveis de concordância superiores sobre o facto de sentirem que na escola podem estudar o que lhes interessa, sobre considerarem que o tempo de escola e de estudo é adequado e, por último, sobre o facto de considerarem que o trabalho que os jovens fazem não interfere com os seus estudos.

Tabela 56

Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Educação’

Educação	Sexo	n	Ordem média
6.2. Eu sinto que na escola posso estudar o que me interessa.	Feminino	184	173,38
	Masculino	179	190,86
6.3. A pessoa que é minha encarregada de educação sempre me apoiou na escola.	Feminino	186	192,04
	Masculino	187	181,99
6.5. A minha mãe ou o meu pai costumam participar nas atividades que acontecem na escola.	Feminino	173	181,56
	Masculino	168	160,13
6.9. Na minha escola, temos aulas sobre promoção de saúde.	Feminino	137	123,38
	Masculino	146	159,47
6.10. Na minha escola, temos aulas sobre educação sexual.	Feminino	168	152,27
	Masculino	161	178,28
6.14. O meu tempo de escola e estudo é adequado.	Feminino	179	170,91
	Masculino	180	189,04
6.19. Na minha comunidade, há uma biblioteca que eu costumo utilizar.	Feminino	179	188,11
	Masculino	177	168,78
6.22. Nas férias ou durante o tempo de escola, eu costumo trabalhar.	Feminino	183	170,66
	Masculino	185	198,19
6.23. O trabalho que eu faço não interfere com os meus estudos	Feminino	62	68,43
	Masculino	88	80,48

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 57, é possível identificar apenas um item da dimensão ‘Vida Pessoal’, que apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de concordância de rapazes

e raparigas, nomeadamente, a afirmação sobre o facto de os jovens terem disponível na sua casa água quente para tomar banho (p.7.2.) (U = 16742,500 , p = 0,014). Também se verifica a existência de dois itens que apresentam diferenças entre o sexo marginalmente significativas, nomeadamente, a afirmação relativa às pessoas que são responsáveis pelos jovens nunca gritarem com eles (p.7.5) (U = 15560,500 , p = 0,071) e a afirmação relativa ao facto de os jovens já terem sido batidos por outras/os jovens fora da escola (p.7.3) (U = 14843,500, p = 0,073).

Tabela 57

Itens da dimensão ‘Vida pessoal’ segundo a variável ‘sexo’- estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Vida Pessoal	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
7.1. A minha casa está sempre limpa.	374	16732,500	0,138
7.2. Na minha casa há água quente para eu tomar banho.	372	16742,500	0,014
7.3. Eu sinto-me seguro(a) em casa.	376	17388,000	0.356
7.4. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim não me batem.	368	16148,500	0.299
7.5. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim nunca gritam comigo.	371	15560,500	0,071
7.6. Já tive uma situação onde outras/os jovens me bateram fora da escola.	360	14843,500	0,073
7.7. Nunca me ofereceram drogas na escola ou fora da escola.	360	16000,000	0,666
7.8. Eu já tive contacto com o sistema de protecção de crianças e jovens em perigo	295	10733,500	0,713

a. Variável de agrupamento: Sexo

b. (7.6.) – Item cuja escala inicial foi invertida para uniformizar com a escala dos restantes itens de forma a possibilitar a comparação entre eles.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Para concluir este tipo de análise, na tabela 58, constata-se que são as raparigas que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de afirmarem que na sua casa têm água quente para tomar banho. É possível verificar, ainda, uma tendência para os rapazes apresentarem níveis de concordância superiores, no que diz respeito à sua opinião

sobre o facto de os seus responsáveis não gritarem com eles. Por outro lado, existe uma tendência para as raparigas apresentarem níveis de concordância superiores, quando manifestam a sua opinião sobre o facto de outras/os jovens lhe terem batido fora da escola.

Tabela 58

Ordens médias por sexo referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Vida Pessoal’

<i>Vida Pessoal</i>	Sexo	n	Ordem média
7.2. Na minha casa há água quente para eu tomar banho.	Feminino	185	189,50
	Masculino	187	183,53
7.5. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim nunca gritam comigo.	Feminino	185	177,11
	Masculino	186	194,84
7.6. Já tive uma situação onde outras/os jovens me bateram fora da escola.	Feminino	182	187,94
	Masculino	178	172,89

a. (7.6.) - Item invertido antes da fonte

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

4.6. Análise das diferenças entre ciclos de escolaridade nos itens incluídos em cada uma das secções do questionário aplicado aos jovens

Com o intuito de comparar as respostas dos jovens do 3.º ciclo do Ensino Básico, com as respostas dos jovens do Ensino Secundário, aplicou-se o teste não paramétrico Mann Whitney, para verificar quais as diferenças que são estatisticamente significativas. Assim sendo, irá proceder-se à análise sobre as possíveis diferenças observadas relativamente aos níveis de concordância dos itens das diferentes secções do questionário (explicitadas no capítulo do Método), em função do ciclo de escolaridade. Mais uma vez, pretende-se verificar se as ordens médias de dois grupos independentes (‘3.º ciclo do Ensino Básico’ e ‘Ensino Secundário’) do variável ciclo de escolaridade diferem estatisticamente em cada um dos itens (variáveis de escala ordinal) contemplados nas diferentes dimensões do questionário.

Na tabela 59, constata-se a existência de três itens da dimensão ‘Brincadeira e Lazer’, que apresentam diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de concordância do 3º. ciclo de escolaridade e do ensino secundário, designadamente, a afirmação dirigida aos jovens sobre a existência de sítios públicos na sua terra para estar com amigos(as) e fazer jogos ou desporto (p.2.1.) (U = 11133,500 , p =0,048), a afirmação sobre o facto de os jovens frequentarem um clube de desporto (p.2.2.), (U = 10161,500 , p = 0,011) e, por último, a afirmação relativa ao facto de os jovens terem tempo suficiente para descansar e aproveitar o seu tempo livre (p.2.4) (U = 10213,500, p < 0,001).

Tabela 59

Itens da dimensão ‘Brincadeira e Lazer’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Brincadeira e Lazer	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
2.1. Na minha terra existem sítios públicos para estar com amigos (as) da minha idade ou fazer jogos e desporto.	369	11133,500	0,048
2.2. Eu frequento um clube de desporto.	361	10161,500	0,011
2.3. A minha família consegue pagar a mensalidade do clube de desporto.	325	9383,000	0,356
2.4. Tenho tempo suficiente para descansar e aproveitar o meu tempo livre.	376	10213,500	0,000
2.5. Onde eu moro, as crianças com deficiência usam os mesmos espaços que as outras crianças.	296	8302,000	0,611
2.6. Há sítios na minha terra onde eu posso estar em contacto com a natureza.	367	12034,500	0,314
2.7. Participo em programas ou atividades fora da escola.	369	12542,500	0,587
2.8. Costumo passar tempo com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim, durante os fins de semana.	375	13056,500	0,731
2.9. Gosto de passar tempo com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim.	371	12312,000	0,287
2.10. A(s) pessoa(s) que é/são responsável(eis) por mim costuma(m) ir ver-me praticar desporto ou acompanhar-me noutras atividades.	360	12063,000	0,752

a. Variável de agrupamento: Ciclo de escolaridade

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Neste sentido, na tabela 60, observa-se que são os jovens que frequentam o 3.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de considerarem que existem sítios públicos na sua terra para estar com amigos(as) e fazer jogos ou desporto, frequentarem um clube de desporto e, por último, considerarem que têm tempo suficiente para descansar e aproveitar o seu tempo livre.

Tabela 60

Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Brincadeira e Lazer’

<i>Brincadeira e Lazer</i>	Ciclo de escolaridade	n	Ordem média
2.1. Na minha terra existem sítios públicos para estar com amigos (as) da minha idade ou fazer jogos e desporto.	3.º ciclo	273	188,22
	Ensino Secundário	92	167,52
2.2. Eu frequento um clube de desporto.	3.º ciclo	266	186,30
	Ensino Secundário	91	157,66
2.4. Tenho tempo suficiente para descansar e aproveitar o meu tempo livre.	3.º ciclo	276	197,49
	Ensino Secundário	96	154,89

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 61, é possível identificar a existência de dois itens da dimensão ‘Participação e Cidadania’, que apresentam valores estatisticamente significativos, nomeadamente, a afirmação relativa à participação dos jovens no Conselho de Jovens do seu município (p.3.8.) ($U = 7155,500$, $p = 0,002$) e a afirmação sobre o facto de os jovens disporem de acesso à internet e estarem ligados ao que acontece fora da sua vizinhança (p3.13.) ($U = 11643$, $p = 0,024$).

Na tabela 61, é possível identificar a existência de dois itens da dimensão ‘Participação e Cidadania’, que apresentam valores estatisticamente significativos, nomeadamente, a afirmação relativa à participação dos jovens no Conselho de Jovens do seu município (p.3.8.) ($U = 7155,500$, $p = 0,002$) e a afirmação sobre o facto de os jovens disporem de acesso à

internet e estarem ligados ao que acontece fora da sua vizinhança (p3.13.) (U = 11643 , p = 0,024).

Tabela 61

Itens da dimensão 'Participação e Cidadania' segundo a variável 'ciclo de escolaridade'- estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Participação e Cidadania	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
3.1. Já participei em grupos para discutir sobre o que há de bom na escola ou sobre as coisas que podem ser melhoradas.	349	10787,000	0,394
3.2. Os (As) professores(as) costumam perguntar-nos no final de cada semana, o que correu bem dentro das aulas e o que gostaríamos de fazer de maneira diferente.	365	12252,500	0,704
3.3. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.	374	12235,000	0,310
3.4. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.	374	12604,500	0,633
3.5. Sinto que posso falar com a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sobre quase tudo.	370	11945,500	0,171
3.6. Sinto que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim me ouvem e têm em consideração as minhas opiniões.	365	12032,500	0,332
3.7. Participo em projetos na minha comunidade.	348	10479,000	0,166
3.8. Faço parte do Conselho de Jovens no meu município.	293	7155,500	0,002
3.9. A maior parte dos/as jovens que faz parte do Conselho de Jovens tem boas notas na escola.	76	361,500	0,403
3.10. O Conselho de Jovens também representa crianças com problemas ou dificuldades especiais.	72	319,000	0,211
3.11. Já dei a minha opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal.	334	10440,500	0,735
3.12. Já ouvi falar sobre os direitos das crianças e jovens na escola, televisão ou internet.	367	12433,000	0,722
3.13. Tenho acesso à internet e sinto-me ligado(a) ao que acontece fora da minha vizinhança.	371	11643,000	0,024

a. Variável de agrupamento: Ciclo de escolaridade

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Neste sentido, na tabela 62, observa-se que são os jovens que integram o 3.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de fazerem parte do Conselho de Jovens no seu município. Por outro lado, são os jovens que frequentam o ensino secundário que apresentam um nível de concordância superior, quando manifestam a sua opinião sobre o facto de ter acesso à internet e estarem ligados ao que acontece fora da sua vizinhança.

Tabela 62

Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas na dimensão ‘Participação e Cidadania’

<i>Participação e Cidadania</i>	Ciclo de escolaridade	n	Ordem média
3.8. Faço parte do Conselho de Jovens no meu município.	3.º ciclo	205	154,10
	Ensino Secundário	86	126,70
3.13. Tenho acesso à internet e sinto-me ligado(a) ao que acontece fora da minha vizinhança.	3.º ciclo	272	179,31
	Ensino Secundário	95	197,44

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 63, constata-se a existência de apenas um item da dimensão ‘Segurança e Proteção’, que apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de concordância dos jovens de 3.º ciclo e do ensino secundário, nomeadamente, a afirmação relativa ao facto de os jovens saberem a quem se devem dirigir quando se sentem em perigo (p.4.5) (U = 10589,500 , p = 0,030).

Tabela 63

Itens da dimensão ‘Segurança e Proteção’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Segurança e Proteção	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
4.1. Sinto-me seguro/a quando uso o autocarro ou outros transportes públicos.	318	9471,500	0,478
4.2. É seguro eu caminhar ou andar de bicicleta na rua.	366	11505,000	0,256
4.3. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças/jovens me possam fazer mal.	362	11674,500	0,537
4.4. Na minha escola há muitas lutas entre crianças/jovens.	322	8890,000	0,294
4.5. Quando eu me sinto em perigo, eu sei a quem me dirigir para pedir ajuda.	358	10589,500	0,030
4.6. A minha mãe ou o meu pai já falaram comigo sobre como utilizar a internet.	361	11532,500	0,201
4.7. Sei que há riscos em utilizar a internet.	370	12698,000	0,609

a. Variável de agrupamento: Ciclo de escolaridade

b. (4.4.) – Item invertido antes da fonte

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Assim sendo, na tabela 64, é possível notar que são os jovens do 3.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior, quando manifestam a sua opinião sobre saberem a quem se devem dirigir quando se sentem em perigo.

Tabela 64

Ordens médias por ciclo de escolaridade referente ao item que apresenta diferenças estatisticamente significativas na dimensão: ‘Segurança e Proteção’

Segurança e Proteção	Ciclo de escolaridade	n	Ordem média
4.5. Quando eu me sinto em perigo, eu sei a quem me dirigir para pedir ajuda.	3.º ciclo	262	183,08
	Ensino Secundário	92	161,60

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

A tabela 65, permite identificar apenas um item da dimensão ‘Saúde’, que apresenta diferenças estatisticamente significativas, designadamente, a afirmação relativa ao facto de os jovens já terem ido ao médico sozinhos (p.5.7) (U = 9742 , p <0,001). Por outro lado, existem itens que apresentam diferenças marginalmente significativas entre o ciclo de escolaridade, nomeadamente, a afirmação relativa ao facto de as pessoas que são responsáveis pelos jovens falarem com eles sobre o que devem fazer para ser saudáveis (p.5.1.) (U = 12062 , p = 0,063) e a afirmação relativa ao conhecimento que os jovens têm sobre a existência de um atendimento especializado para adolescentes no seu centro de saúde (p.5.6) (U = 4364 , p = 0,069).

Tabela 65

Itens da dimensão ‘Saúde’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’- estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Saúde	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
5.1. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sempre falaram comigo sobre o que tenho de fazer para ser saudável.	373	12062,000	0,063
5.2. Em minha casa temos uma alimentação saudável.	371	12471,000	0,478
5.3. Eu consigo controlar o que como.	369	12188,000	0,335
5.4. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, leva(m)-me ao médico/a.	374	12959,500	0,674
5.5. O médico/a ou enfermeiro/a costuma falar diretamente comigo.	373	13014,500	0,907
5.6. No meu centro de saúde existe um atendimento especializado para adolescentes.	221	4364,000	0,069
5.7. Eu já fui ao médico/a sozinho/a.	359	9742,000	0,000
5.8. Eu tenho uma doença crónica ou outra condição para a qual preciso de tratamento constante.	348	11278,500	0,297

a. Variável de agrupamento: Ciclo de escolaridade

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Desta forma, na tabela 66, verifica-se que são os jovens que frequentam o ensino secundário que revelam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de se deslocarem ao médico sozinhos. Por outro lado, existe uma tendência para serem os alunos que frequentam o 3.º ciclo a apresentarem níveis de concordância superiores, quando manifestam a sua opinião sobre o facto de os seus responsáveis falarem com eles sobre o que devem fazer para serem saudáveis e sobre o conhecimento que estes detêm sobre a existência de um atendimento especializado para adolescentes no seu centro de saúde.

Tabela 66

Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão ‘Saúde’

<i>Saúde</i>	Ciclo de escolaridade	n	Ordem média
5.1. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sempre falei comigo sobre o que tenho de fazer para ser saudável.	3.º ciclo	273	188,82
	Ensino Secundário	96	174,15
5.6. No meu centro de saúde existe um atendimento especializado para adolescentes.	3.º ciclo	154	115,16
	Ensino Secundário	66	99,62
5.7. Eu já fui ao médico/a sozinho/a.	3.º ciclo	260	167,97
	Ensino Secundário	95	205,45

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

A tabela 67, permite identificar a existência de sete itens da dimensão ‘Educação’, que apresentam diferenças estatisticamente significativas, nomeadamente, a afirmação relativa ao facto de os jovens sentirem que podem estudar o que lhe interessa na escola (p.6.2.), (U = 11035, p = 0,049), a afirmação relativa à opinião dos jovens sobre como se sentem apoiados pelos seus encarregados de educação na escola (p.6.3), (U = 11468, p = 0,001), a afirmação relativa à participação dos encarregados de educação nas reuniões na escola (p.6.4) (U = 11534, p = 0,023), a afirmação relativa à opinião dos jovens sobre a existência de aulas sobre educação sexual na escola (p.6.10), (U = 8925,500, p = 0,012), a afirmação relativa ao facto de os jovens sentirem que foram informados sobre os direitos das crianças (p.6.11), (U = 7196

, $p = 0,000$), a afirmação relativa ao facto de os jovens considerarem que o seu tempo de escola e estudo é adequado (p.6.14), ($U = 8015$, $p = 0,000$), a afirmação relativa ao facto de os jovens sentirem que existem pessoas adultas com quem podem falar na escola caso tenham algum problema ou se sintam mal (p.6.16), ($U = 10253$, $p = 0,047$) e, por último, a afirmação relativa ao facto de os professores nunca baterem nos alunos (p.6.20), ($U = 9014,500$, $p = 0,025$). É possível denotar, ainda, a existência de dois itens que apresentam diferenças entre o ciclo de escolaridade marginalmente significativas, nomeadamente, a afirmação sobre o facto de as casas de banho da escola estarem sempre limpas (p.6.15), ($U = 10614,500$, $p = 0,050$) e, por último, a afirmação referente ao facto de os jovens considerarem que na sua escola, as crianças/jovens com deficiências são sempre respeitadas (p.6.18), ($U = 9793$, $p = 0,090$).

Tabela 67

Itens da dimensão 'Educação' segundo a variável 'ciclo de escolaridade' - estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Educação	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
6.1. Eu sempre gostei da escola.	366	11990,000	0,317
6.2. Eu sinto que na escola posso estudar o que me interessa.	363	11035,000	0,049
6.3. A pessoa que é minha encarregada de educação sempre me apoiou na escola.	373	11468,000	0,001
6.4. A pessoa que é minha encarregada de educação vai sempre às reuniões na escola.	370	11534,000	0,023
6.5. A minha mãe ou o meu pai costumam participar nas atividades que acontecem na escola.	341	10230,000	0,332
6.6. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso.	375	13010,500	0,642
6.7. Os meus professores e professoras dão-me atenção suficiente quando eu preciso.	365	12373,500	0,822
6.8. Os meus professores e professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda	336	10371,000	0,430
6.9. Na minha escola, temos aulas sobre promoção de saúde.	283	7146,000	0,125
6.10. Na minha escola, temos aulas sobre educação sexual.	329	8925,500	0,012
6.11. Na minha escola, fomos informados sobre os direitos das crianças.	351	7196,000	0,000

6.12. Os professores e professoras costumam envolver-nos em decisões sobre a organização da escola.	318	8718,000	0,139
6.13. Na minha escola, há tempo suficiente de recreio para eu estar com os meus amigos.	370	12445,000	0,606
6.14. O meu tempo de escola e estudo é adequado.	359	8015,000	0,000
6.15. As casas de banho na minha escola estão sempre limpas.	359	10614,500	0,050
6.16. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal.	348	10253,000	0,047
6.17. Os professores e professoras tratam todas as crianças/jovens da mesma maneira.	359	12100,500	0,834
6.18. Na minha escola, as crianças/jovens com deficiências são sempre respeitadas.	341	9793,000	0,090
6.19. Na minha comunidade, há uma biblioteca que eu costumo utilizar.	356	12062,500	0,853
6.20. Os/As professores/as nunca batem nos/as alunos/as.	333	9014,500	0,025
6.21. Os/As professores/as nunca gritam com os/as alunos/as.	369	12450,000	0,632
6.22. Nas férias ou durante o tempo de escola, eu costumo trabalhar.	368	12184,500	0,518
6.23. O trabalho que eu faço não interfere com os meus estudos	150	1827,000	0,310
6.24. O trabalho que eu faço não põe em risco a minha saúde ou segurança	147	1873,000	0,529

a. Variável de agrupamento: Ciclo de escolaridade

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Neste sentido, na tabela 68, observa-se que são os jovens do 3.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de sentirem que podem estudar na escola aquilo que mais lhe interessa, sentem que os seus encarregados de educação acompanham mais de perto o seu percurso escolar e vão às reuniões da escola, consideram que na escola foram informados sobre os direitos das crianças, consideram que o seu tempo de estudo é adequado e, finalmente, consideram que na sua escola existem pessoas adultas com quem podem falar se tiverem problemas ou caso não se sintam bem. Por outro lado, são os jovens do ensino secundário que apresentam um nível de concordância superior sobre o facto de considerarem que na sua escola existem aulas sobre educação sexual e que os professores nunca batem nos alunos. Importa ainda referir que, também se verifica uma tendência, para serem os alunos do ensino secundário a apresentarem níveis de concordância

superiores quando manifestam a sua opinião sobre o facto de as casas de banho da escola estarem sempre limpas. Por outro lado, são os alunos do 3.º ciclo de escolaridade que apresentam uma tendência para níveis de concordância superiores quando se referem ao facto de na sua escola as crianças/jovens com deficiências serem sempre respeitadas.

Tabela 68

Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão 'Educação'

Educação	Ciclo de escolaridade	n	Ordem média
6.2. Eu sinto que na escola posso estudar o que me interessa.	3.º ciclo	263	186,04
	Ensino Secundário	96	163,45
6.3. A pessoa que é minha encarregada de educação sempre me apoiou na escola.	3.º ciclo	273	190,99
	Ensino Secundário	96	167,96
6.4. A pessoa que é minha encarregada de educação vai sempre às reuniões na escola.	3.º ciclo	271	188,44
	Ensino Secundário	95	169,41
6.10. Na minha escola, temos aulas sobre educação sexual.	3.º ciclo	236	156,32
	Ensino Secundário	90	182,33
6.11. Na minha escola, fomos informados sobre os direitos das crianças.	3.º ciclo	261	189,43
	Ensino Secundário	86	127,17
6.14. O meu tempo de escola e estudo é adequado.	3.º ciclo	262	193,91
	Ensino Secundário	93	133,18
6.15. As casas de banho na minha escola estão sempre limpas.	3.º ciclo	263	172,36
	Ensino Secundário	92	194,13
6.16. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal.	3.º ciclo	252	178,81
	Ensino Secundário	93	157,25

6.18. Na minha escola, as crianças/jovens com deficiências são sempre respeitadas.	3.º ciclo	249	173,67
	Ensino Secundário	88	155,78
6.20. Os/As professores/as nunca batem nos/as alunos/as.	3.º ciclo	243	159,10
	Ensino Secundário	86	181,68

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Na tabela 69, contata-se apenas a presença de um item da dimensão ‘Vida Pessoal’, que apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de concordância do ciclo de escolaridade, nomeadamente, a afirmação sobre o facto de os jovens já terem tido contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo (p.7.8) ($U = 7731$, $p = 0,012$). Também é possível verificar a existência de um item que apresenta diferenças entre o ciclo de escolaridade marginalmente significativas, nomeadamente, a afirmação relativa ao facto de os jovens afirmarem que nunca lhe ofereceram drogas na escola ou fora da escola (p.7.7), ($U = 10808,500$, $p = 0,076$)

Tabela 69

Itens da dimensão ‘Vida pessoal’ segundo a variável ‘ciclo de escolaridade’ - estatísticas de teste (Mann-Whitney)^a

Vida Pessoal	n	U de Mann-Whitney	Significância assintótica
7.1. A minha casa está sempre limpa.	374	12836,000	0,472
7.2. Na minha casa há água quente para eu tomar banho.	372	12682,500	0,146
7.3. Eu sinto-me seguro(a) em casa.	376	13091,000	0,555
7.4. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim não me batem.	368	12694,000	0,898
7.5. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim nunca gritam comigo.	371	12603,000	0,686
7.6. Já tive uma situação onde outras/os jovens me bateram fora da escola.	360	11551,500	0,605

7.7. Nunca me ofereceram drogas na escola ou fora da escola.	360	10808,500	0,076
7.8. Eu já tive contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo	295	7731,000	0,012

a. Variável de agrupamento: Ciclo de escolaridade

b. (7.6.) – Item invertido antes da fonte

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

Finalizando este tipo de análise, na tabela 70, é possível constatar que são os jovens do ensino secundário que apresentam maiores níveis de concordância quanto ao facto de já terem tido contacto com o sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo. Por outro lado, existe uma tendência para serem os jovens que frequentam o 3.º ciclo de escolaridade a apresentarem níveis de concordância superiores, quando manifestam a sua opinião sobre o facto de nunca lhe terem oferecido drogas na escola ou fora da escola.

Tabela 70

Ordens médias por ciclo de escolaridade referente aos itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas na dimensão Vida Pessoal

<i>Vida Pessoal</i>	Ciclo de escolaridade	n	Ordem média
7.7. Nunca me ofereceram drogas na escola ou fora da escola.	3.º ciclo	267	174,48
	Ensino Secundário	91	194,23
7.8. Eu já tive contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo	3.º ciclo	210	142,31
	Ensino Secundário	81	155,56

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CPCJ de Campo Maior.

5. Conclusões e discussão

No presente capítulo irá realizar-se uma análise conjunta dos resultados obtidos nos questionários das crianças e dos jovens, procurando encontrar pontos de conexão entre ambos e identificando padrões que apresentam semelhanças ou divergências dentro das várias dimensões estudadas. Posteriormente, estas conclusões poderão ser um contributo para a elaboração de um Plano Local que visa promover e proteger os direitos das crianças e dos jovens, e que será elaborado com base na recolha de informação que foi realizada junto das crianças e jovens do concelho.

No âmbito da brincadeira e lazer, é possível apurar que tanto as crianças como os jovens confirmam a existência de diversos equipamentos de lazer e brincadeira no seu concelho, apesar de cerca de um quarto dos jovens referirem que nem sempre existem locais para conviver. Na realidade, o concelho de Campo Maior apresenta uma série de instituições, infraestruturas e equipamentos ao nível desportivo, cultural ou no campo do lazer, oferecendo um grande leque de escolha e possibilitando a ocupação saudável dos seus tempos livres. Não obstante, cerca de metade dos jovens afirma que não frequenta nenhum clube desportivo, apesar de os pais terem condições económicas para suportar a mensalidade, e também não frequenta outro tipo de atividades fora da escola. Esta falta de adesão aos programas ou atividades existentes no concelho pode demonstrar um grande desinteresse por parte dos jovens neste tipo de atividades ou um desconhecimento das possibilidades que o concelho oferece. Também é consensual que, tanto as crianças como os jovens, afirmam a proximidade com a natureza e a possibilidade de brincar no campo, rio ou praia, isto deve-se à boa localização do concelho, apresentando boas vias de comunicação e, ainda, à proximidade com as zonas rurais, rios e barragens.

Relativamente ao tipo de acompanhamento realizado por parte dos pais ou cuidadores, cerca de metade das crianças afirma que estes têm pouca disponibilidade para brincar ou fazer jogos com eles, quer seja durante a semana ou ao fim-de-semana. No entanto, grande parte dos jovens afirma que passam muito tempo com os pais ou cuidadores e que gostam de passar tempo com eles. Importa realçar que, uma percentagem considerável de jovens afirma que os pais ou cuidadores não os acompanham nas atividades desportivas ou nem sempre têm disponibilidade para tal. Esta situação poderá estar relacionada com a existência de horários de trabalho muito extensos, ou trabalho por turnos, ou com alguma dificuldade de gestão do tempo livre que os pais/cuidadores sintam, sendo essencial explorar estas razões e sensibilizar para o desenvolvimento de competências parentais e para a parentalidade positiva.

No que concerne à gestão do tempo livre dos inquiridos, as respostas já não são consensuais, a maioria das crianças afirma que tem tempo suficiente para descansar e aproveitar o seu tempo livre, contrariamente aos jovens, uma vez que cerca de metade afirma que nem sempre tem tempo, seria importante explorar e averiguar quais os motivos que estão por detrás dessa situação (tipo de horário escolar, carga letiva excessiva, ou má gestão do tempo disponível).

Na esfera da participação e cidadania, importa referir que aproximadamente metade das crianças e jovens afirma que têm uma atitude participativa na esfera familiar e sentem que as suas opiniões são tidas em consideração, sendo que os jovens ainda evidenciam que existe um grande nível de abertura para falar sobre qualquer assunto com os adultos. No mundo escolar as perceções já não são semelhantes, pois, apenas cerca de um terço das crianças afirma que são convidadas a dar a sua opinião e a participar de forma ativa no “processo de construção da escola”, nos jovens constata-se uma percentagem extremamente baixa (7,4%).

Mais de metade das crianças afirma que participam de forma ativa e positiva na realização de tarefas domésticas. Os jovens revelam uma fraca participação em projetos ou atividades da comunidade ou da Câmara Municipal. É notório o desconhecimento que existe por parte dos jovens sobre o que é um Conselho de Jovens Municipal e como funciona, importa referir que no concelho de Campo Maior não existe este Conselho. A maioria dos jovens afirma que tem acesso à internet e que se encontra ligado a tudo o que acontece no seu meio envolvente. Tanto as crianças como os jovens já ouviram falar sobre os direitos das crianças em diferentes contextos (família, escola ou televisão).

No que diz respeito à deslocação para a escola, é de ressaltar que provavelmente a maioria das crianças vai para a escola de automóvel, porque revelaram-se muito baixas as percentagens que admitiam ir a pé, de bicicleta ou de transportes públicos. Tanto as crianças, como os jovens, afirmam sentir algum tipo de insegurança quando caminham pela rua. Os jovens também referem que nem sempre se sentem seguros nos autocarros ou transportes públicos. Na escola também é vivenciada alguma insegurança, pois esse sentimento é partilhado quer pelos jovens como pelas crianças. Apesar de tudo, é de evidenciar que tanto as crianças como os jovens admitem que podem recorrer a ajuda junto dos adultos, caso estes se sintam inseguros ou numa situação de perigo. Quanto a situações relacionadas sobre o perigo da internet, a maioria dos jovens afirma ter conhecimento dos perigos existentes e referem que os pais conversam com eles sobre esses assuntos.

No que toca à área da saúde, importa referir que uma maioria das crianças e jovens afirma que os seus pais ou cuidadores estão sensibilizados para os hábitos alimentares

saudáveis e que procuram colocar esses hábitos em prática. Mais de metade das crianças confirma que é habitual a família estar junta na hora do jantar e dialogam nesse momento de família. De uma forma geral, tanto as crianças, como os jovens, referem que é habitual os cuidadores acompanharem os seus filhos ao médico e afirmam que os profissionais de saúde costumam falar diretamente para eles, no entanto, metade das crianças afirma não entender tudo aquilo que lhe é explicado. Quase metade dos jovens revela desconhecimento quanto à existência de um atendimento especializado para adolescentes, no centro de saúde local. Apenas uma percentagem residual de jovens afirma ter problemas de saúde crónicos.

Relativamente à educação, constata-se que cerca de um quarto das crianças e cerca de metade dos jovens assume que nem sempre gostam da escola. Explorando alguns motivos que podem contribuir para essa situação, importa evidenciar que mais de metade das crianças afirma que nem sempre compreendem as matérias e, por sua vez, quase metade dos jovens sente que nem sempre podem estudar as matérias que mais lhe interessam.

No que diz respeito à utilização do tempo, a maioria dos jovens considera que não existe muito tempo para estar com os amigos no intervalo e cerca de metade considera que o tempo de escola e de estudo também nem sempre é adequado. Um pouco mais de metade das crianças afirma que o tempo para brincar com os amigos é suficiente, mas a outra metade não se encontra satisfeita com a duração do tempo livre.

A esmagadora maioria das crianças refere que na escola são trabalhados determinados temas importantes, que contribuem para o seu desenvolvimento integral enquanto cidadãos, como a alimentação saudável, a proteção do meio ambiente e os direitos das crianças. Os jovens afirmam que são informados sobre os direitos das crianças, no entanto, são de opinião que outras temáticas importantes são pouco trabalhadas em sala de aula, como a promoção da saúde ou a educação sexual.

Quanto ao envolvimento dos pais na escola, tanto crianças como jovens afirmam que estes estão presentes nas reuniões da escola e de uma forma geral acompanham o seu percurso escolar, não obstante, também é consensual que estes nem sempre participam nas atividades desenvolvidas pela escola. Uma esmagadora maioria das crianças e dos jovens afirma que os pais não sentem dificuldades em pagar o seu material escolar, o que traduz que a maioria das famílias beneficiam de uma situação financeira estável, o que não coloca em causa o direito à educação.

Uma grande parte das crianças e jovens conseguem identificar adultos na escola a quem podem recorrer se tiverem algum problema e consideram que os professores já os ajudaram ou estão disponíveis para ajudar sempre que eles necessitarem. Apesar de sentirem que existe este

suporte ao nível emocional na escola, importa referir que mais de metade dos jovens não se sente envolvido ou nem sempre se sente envolvido nas decisões sobre a organização da escola.

Existe ainda uma percentagem considerável de jovens (mais de um terço) e crianças (cerca de um quarto) que consideram que os professores nem sempre tratam as crianças/jovens da mesma maneira. Apenas cerca de metade das crianças e jovens afirmam que os professores nunca batem nos alunos e cerca de metade também considera que por vezes estes gritam.

A maioria das crianças e dos jovens considera que as casas de banho na escola nem sempre estão limpas. Aproximadamente um terço das crianças e dos jovens frequenta a biblioteca municipal, sendo este um valor bastante reduzido, faria sentido explorar se não frequentam por falta de interesse ou por falta de conhecimento da sua existência e dos seus serviços.

No que toca à vida pessoal, a maioria das crianças e dos jovens afirma que a sua casa tem todas as condições básicas necessárias (limpeza e água quente) e sentem-se seguros nela. A esmagadora maioria das crianças gosta de viver na sua casa e tem livros e brinquedos.

Importa referir que, tanto os jovens como as crianças admitem que por vezes os pais lhes batem e também costumam gritar. Existe sentimento de insegurança fora da escola, tanto para as crianças como para os jovens, pois cerca de um quarto afirma que de alguma forma já foi vítima de algum tipo de violência. Cerca de metade dos jovens admite que já lhe ofereceram drogas na escola ou fora da escola.

Quanto ao acompanhamento realizado pela CPCJ, é de ressaltar que nem todos os jovens se sentiram confortáveis para responder à pergunta, pois cerca de um quarto preferiu não responder se já tinha tido acompanhamento. Apesar de metade dos jovens que teve contato com a CPCJ afirmar que gostou da intervenção da CPCJ e que o acompanhamento teve um impacto positivo na sua vida, sentiram-se devidamente informados sobre o que estava a acontecer e a sua opinião foi escutada, cerca de um quarto dos jovens considerou que isso nem sempre aconteceu. Dentro do sigilo que é exigido, seria de extrema importância averiguar quais as razões que fazem com que alguns destes jovens pensem que a CPCJ não teve uma intervenção positiva na sua vida, procurando encontrar estratégias para melhorar o nível de intervenção desta entidade junto das crianças e dos jovens.

Recorrendo à estatística inferencial, após a aplicação do teste *Mann Whitney*, foi possível identificar que existem diferenças estatisticamente significativas e diferenças marginalmente significativas entre sexos, pelo que as crianças do sexo feminino se destacam em inúmeros itens, apresentando níveis de concordância superiores ao sexo masculino. Importa ressaltar que esta predominância apenas se constatou no questionário aplicado às crianças.

No que diz respeito, à temática “Brincadeira e Lazer”, são as crianças do sexo feminino que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de no fim de semana irem com a sua família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios, e tendem, ainda, a ser as raparigas que apresentam níveis de concordância superiores quando manifestam a sua opinião sobre o facto de ser habitual brincar na praia, no campo ou no rio.

Na secção “Cidadania e Participação” também é possível observar que são as crianças do sexo feminino que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de os responsáveis lhe perguntarem onde querem ir passear ou de férias, ajudar a família a cozinhar ou fazer outras tarefas e divertir-se a ajudar a família na realização das tarefas mencionadas.

Nas duas últimas secções referidas anteriormente, constata-se que poderá existir uma maior proximidade entre as crianças do sexo feminino e os seus cuidadores ou responsáveis, predominando uma relação de partilha e maior interação, no que diz respeito às atividades de lazer realizadas conjuntamente, maior envolvimento nas decisões referentes aos tempos livres e, ainda, maior envolvimento nas tarefas domésticas realizadas conjuntamente.

Quanto ao tema da “Segurança e Proteção” também é possível notar que são as crianças do sexo feminino que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de costumarem falar com as pessoas responsáveis quando têm medo de alguma coisa, revelando um maior vínculo de abertura e confiança com os adultos, contrariamente aos rapazes.

Na área da saúde, mais uma vez, também existe a tendência para serem as raparigas a apresentarem níveis de concordância superiores, quando manifestam a sua opinião sobre o facto de os responsáveis as acompanharem ao médico quando estão doentes.

No que diz respeito à educação, observa-se que são as crianças do sexo feminino que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de na escola aprenderem sobre os direitos das crianças e considerarem que os professores nunca batem nos alunos. De referir que também se verifica uma tendência, para serem as raparigas a apresentarem níveis de concordância superiores quando manifestam a sua opinião sobre gostarem da escola e a família ter dinheiro para pagar o material escolar necessário.

No âmbito da temática “Vida Pessoal”, também é possível constatar que são as crianças do sexo feminino que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de gostarem da sua casa e considerarem que os responsáveis não lhes batem.

Analisando estas duas últimas temáticas, pode-se concluir que são as raparigas que sentem mais satisfeitas com a escola e com a sua casa e, por sua vez, também afirmam que existe um relacionamento positivo, sem qualquer tipo de punição física, por parte dos professores e dos seus cuidadores, contrariamente aos rapazes.

Quando se comparam as respostas das crianças do 1.º ciclo do EB, com as respostas das crianças do 2.º ciclo do EB, constata-se que existe uma prevalência de itens, onde os alunos do 1.º ciclo do EB apresentam níveis de concordância superiores.

Neste sentido, na secção ‘Brincadeira e Lazer’ verifica-se que existem cinco itens nos quais as crianças do 1.º ciclo de escolaridade apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito à afirmação sobre a existência de sítios públicos para brincar, à possibilidade de normalmente brincarem no campo, praia ou rio, ao facto de as crianças terem tempo suficiente para brincar e descansar e, por último, à disponibilidade de as pessoas responsáveis para normalmente brincarem, fazerem jogos e passearem com as crianças em diferentes locais.

Na temática ‘Participação e Cidadania’, também é possível constatar-se que são as crianças do 1.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de os responsáveis lhe perguntarem o que querem fazer no fim de semana, ajudar a família a cozinhar ou fazer outras tarefas e divertir-se a ajudar a família na realização das tarefas mencionadas. Importa ainda frisar que, existe uma tendência para que sejam os alunos do 1.º ciclo de escolaridade a apresentar níveis de concordância superiores sobre o facto de os professores perguntarem aos alunos se gostam das aulas e da escola.

Ao analisar-se estes dois blocos temáticos, pode concluir-se que são as crianças do 1.º ciclo do EB, ao contrário dos alunos do 2.º ciclo do EB, que consideram que existem locais suficientes e diversificados para brincar e sentem que dispõem de tempo suficiente para isso. Importa acrescentar que, estas crianças também revelam uma maior proximidade com os seus cuidadores, afirmando que estes têm disponibilidade para brincar, passear e fazer jogos com eles, normalmente envolvem as crianças nas decisões sobre o tipo de atividades que podem realizar no fim-de-semana e, finalmente, também se verifica um maior envolvimento e participação das crianças nas tarefas domésticas contribuindo para a sua satisfação e diversão.

No âmbito da ‘Participação e Cidadania’, é de ressaltar que as crianças do 1.º ciclo do EB afirmam que os seus professores mostram um nível de maior preocupação para com eles, no que diz respeito à sua satisfação com as aulas e com a escola.

Relativamente ao tema da ‘Segurança e Proteção’, observa-se que são as crianças do 1.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito à utilização dos meios de transporte público para se deslocarem para a escola e, ainda, sobre o facto de costumarem falar com as pessoas responsáveis quando têm medo de alguma coisa. Neste sentido, poderá vislumbrar-se um sentimento de maior proteção e proximidade dos adultos para com as crianças mais novas, sendo que os alunos do 2.º ciclo de escolaridade apresentam um nível de concordância superior sobre a deslocação para a escola, a pé ou de bicicleta e, como tal, ostentam um maior índice de autonomia e independência.

Na área da ‘Saúde’, é de realçar que são as crianças do 2.º ciclo do EB que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de as pessoas responsáveis falarem com elas sobre o que é saudável e, normalmente, comerem em família e conversarem muito. Sem dúvida, são as crianças mais velhas que enfatizam mais este tipo de momentos, onde existem momentos de reunião familiar e comunicação e ainda, verifica-se uma sensibilização por parte dos adultos para a alimentação saudável. É de evidenciar que, existe uma tendência para que sejam as crianças que frequentam o 1.º ciclo de escolaridade, a apresentarem um nível de concordância superior, quando manifestam a sua opinião sobre o facto de os profissionais de saúde falarem diretamente para eles, sendo que estas crianças poderão sentir uma maior empatia e proximidade com este tipo de profissionais.

Quanto à ‘Educação’, observa-se que são as crianças do 1.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de as crianças gostarem da escola, gostarem de aprender coisas novas, sobre a disponibilidade dos responsáveis para ajudar as crianças a fazerem os trabalhos de casa, sobre o facto de as pessoas responsáveis costumarem perguntar às crianças o que aprenderam na escola, sobre o facto destas perceberem sempre quando os/as professores/as explicam as coisas, sobre o facto de considerarem que os seus professores/as já os ajudaram numa situação em que precisavam de ajuda, sobre o facto de na escola terem atividades para aprender como ser mais saudáveis, sobre a opinião das crianças relativamente ao tempo de recreio suficiente para brincar ou fazer jogos com os amigos/as e, por último, sobre o facto de existirem na escola pessoas adultas com quem as crianças podem falar se tiverem problemas ou se sentirem mal. Neste sentido, será

impreterível referir que as crianças mais novas manifestam uma relação bastante positiva com a escola e todo o seu enquadramento, sentem o interesse e envolvimento dos seus responsáveis na escola, sentem-se apoiados pelos professores e por outros adultos da escola com quem eles podem falar se tiverem algum problema.

Para finalizar, dentro da temática ‘Vida Pessoal’, é possível constatar que são as crianças do 2.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de considerarem que a sua casa está sempre limpa, tem água quente para tomar banho e considerarem que os responsáveis nunca lhes batem. Importa realçar que, existe uma tendência para as crianças do 2.º ciclo de escolaridade apresentarem níveis de concordância superiores, quanto ao facto de considerarem que os seus responsáveis nunca lhe gritam. Neste sentido, importa reter que são as crianças mais velhas, que frequentam o 2.º ciclo do EB, que apresentam um maior nível de consciência sobre as condições mínimas de habitabilidade, bem como realçam a existência de um relacionamento positivo com os seus cuidadores, sendo que estes nunca lhes batem ou gritam.

Após a aplicação do teste não paramétrico Mann Whitney, para verificar quais as diferenças que são estatisticamente e marginalmente significativas, nos questionários dos jovens, em função do sexo, foi possível constatar que as crianças do sexo masculino se destacam em inúmeros itens, apresentando níveis de concordância superiores ao sexo feminino.

No que concerne à temática ‘Brincadeira e Lazer’, observa-se que são os jovens do sexo masculino que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de frequentarem um clube de desporto e da sua família ter disponibilidade para pagar a mensalidade do respetivo clube de desporto e, tendem, ainda, a ser os rapazes que apresentam níveis de concordância superiores quando manifestam a sua opinião sobre o facto de terem tempo suficiente para descansar e aproveitar o seu tempo livre. Neste sentido, pode-se concluir que são os rapazes que estão mais ligados ao mundo do desporto, consideram que os pais não sentem dificuldades económicas e conseguem fazer face às despesas das respetivas atividades e, por último, sentem que conseguem fazer uma boa gestão do seu tempo livre.

No âmbito da ‘Participação e Cidadania’, é possível denotar que são os jovens do sexo masculino que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de já terem dado a sua opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal, podendo revelar um papel mais ativo e interventivo na comunidade. Por outro lado, as raparigas apresentam um nível de concordância superior quanto ao facto de já terem ouvido falar sobre os direitos

das crianças na escola, televisão ou internet, revelando um papel mais atento e observador quanto a este tipo de problemáticas.

Quanto à ‘Segurança e Proteção’, são os jovens do sexo masculino que se sentem mais seguros quando utilizam o autocarro ou outros transportes públicos, contrariamente às raparigas.

Na área da ‘Saúde’, também se pode constatar que são os jovens do sexo masculino que manifestam maior conhecimento sobre a existência de um atendimento especializado no seu centro de saúde e ainda sobre o facto de estes terem uma doença crónica ou outra condição para a qual precisam de tratamento constante.

Relativamente à área da ‘Educação’, observa-se que são as raparigas que referem um maior apoio por parte dos pais, no que diz respeito ao acompanhamento da escola e à sua participação nas diversas atividades. Importa ressaltar que, também são as raparigas que manifestam maior conhecimento sobre a existência de uma biblioteca na sua comunidade e garantem que a utilizam. Por outro lado, são os rapazes que manifestam que na escola existem aulas de promoção da saúde e de educação sexual, que estes podem estudar na escola aquilo que mais lhes interessa e que o tempo de escola e estudo é adequado. É de referir que, também são os jovens do sexo masculino que afirmam trabalhar nas férias ou durante o tempo de escola e consideram que o trabalho que os jovens fazem não interfere com os seus estudos.

No que diz respeito a questões da ‘Vida Pessoal’, constata-se que são as raparigas que afirmam existir na sua casa as condições mínimas, como ter água quente para tomar banho e também revelam ser mais vítimas de violência por parte dos seus pares, fora da escola, do que os rapazes. Por outro lado, são os jovens do sexo masculino que manifestam manter uma relação mais positiva, com os seus responsáveis, livre de violência verbal

Por outro lado, quando analisamos os níveis de concordância em função do ciclo de escolaridade, constata-se que são os jovens que frequentam o 3.º ciclo de escolaridade, que apresentam níveis de concordância superiores aos alunos que frequentam o ensino secundário, em inúmeros itens.

No âmbito da temática ‘Brincadeira e Lazer’, verifica-se que são os jovens que frequentam o 3.º ciclo de escolaridade que consideram que existem sítios públicos na sua terra para estar com amigos(as) e fazer jogos ou desporto, frequentam um clube de desporto e, por último, consideram que têm tempo suficiente para descansar e aproveitar o seu tempo livre.

Quanto à ‘Participação e Cidadania’, também são os jovens que integram o 3.º ciclo de escolaridade que revelam uma atitude mais participativa, no que diz respeito ao facto de fazerem parte do Conselho de Jovens no seu município. Por outro lado, são os jovens que frequentam o ensino secundário que manifestam ter um maior acesso à internet e sentem-se ligados ao que acontece fora da sua vizinhança.

No âmbito da ‘Segurança e Participação’, também são os jovens do 3.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior, quando manifestam a sua opinião sobre saberem a quem se devem dirigir quando se sentem em perigo.

No âmbito da saúde, verifica-se que são os jovens que frequentam o ensino secundário que revelam uma maior independência para se deslocarem ao médico sozinhos. Por outro lado, são os alunos que frequentam o 3.º ciclo a apresentarem níveis de concordância superiores, quando manifestam a sua opinião sobre o facto de os seus responsáveis falarem com eles sobre o que devem fazer para serem saudáveis e sobre o conhecimento que estes detêm sobre a existência de um atendimento especializado para adolescentes no seu centro de saúde.

Na área da ‘Educação’, observa-se que são os jovens do 3.º ciclo de escolaridade que apresentam um nível de concordância superior, no que diz respeito ao facto de sentirem que podem estudar na escola aquilo que mais lhe interessa, sentem que os seus encarregados de educação acompanham mais de perto o seu percurso escolar e vão às reuniões da escola, consideram que na escola foram informados sobre os direitos das crianças, consideram que o seu tempo de estudo é adequado e, finalmente, consideram que na sua escola existem pessoas adultas com quem podem falar se tiverem problemas ou caso não se sintam bem. É ainda de referir que, são os alunos do 3.º ciclo de escolaridade que apresentam uma tendência para níveis de concordância superiores quando se referem ao facto de na sua escola as crianças/jovens com deficiências serem sempre respeitadas. Por outro lado, são os jovens do ensino secundário que apresentam um nível de concordância superior sobre o facto de considerarem que na sua escola existem aulas sobre educação sexual e que os professores nunca batem nos alunos. De ressaltar que, também se verifica uma tendência para serem os alunos do ensino secundário a apresentarem níveis de concordância superiores quando manifestam a sua opinião sobre o facto de as casas de banho da escola estarem sempre limpas.

Finalizando, no que diz respeito à ‘Vida Pessoal’, é possível constatar que são os jovens do ensino secundário que apresentam maiores níveis de concordância quanto ao facto de já terem tido contacto com o sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo. Por

outro lado, existe uma tendência para serem os jovens que frequentam o 3.º ciclo de escolaridade a apresentarem níveis de concordância superiores, quando manifestam a sua opinião sobre o facto de nunca lhe terem oferecido drogas na escola ou fora da escola.

Segundo as orientações da CNPDPCJ, através do Projeto Adélia:

“Um Plano local de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens tem que ter por base um conhecimento sobre a realidade de cada concelho. Mais concretamente, o que está em causa é a produção de conhecimento sobre os múltiplos fatores que influenciam (negativa ou positivamente) o desenvolvimento e bem-estar das crianças e jovens e a verificação dos seus direitos em cada um dos municípios abrangidos.” (Cardoso et al., 2019).

Neste sentido, serão esmiuçadas e analisadas as várias áreas que dizem respeito aos diversos direitos das crianças e que estão definidas na Convenção dos Direitos das Crianças.

O direito à sobrevivência está intimamente ligado à satisfação das necessidades básicas ou biológicas, entendidas como aquelas que são indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento das crianças, tais como, a alimentação, o alojamento e cuidados de saúde. Nesta área é perceptível que a esmagadora maioria das crianças e jovens sente que as suas necessidades básicas estão satisfeitas, estas afirmam possuir tudo aquilo que de que necessitam (água quente, salubridade, brinquedos e livros, etc.) e sentem-se bem nas suas casas, por último, os cuidados de saúde também estão assegurados.

O direito ao desenvolvimento pode enquadrar-se em diferentes áreas, nomeadamente, na área do direito à educação, o direito a brincar, o direito à cultura e ao desporto e o tipo de relacionamento que se estabelece com os seus pares e com as pessoas adultas. Importa referir que tanto as crianças como os jovens afirmam que existem inúmeros espaços para brincar ou para atividades de lazer, considerando-se que esse direito está a ser garantido. Também existem inúmeras atividades desportivas ou culturais, no entanto, não se verifica uma grande adesão por parte dos jovens, existe oferta, mas não existe procura. O direito à educação também é garantido, apesar de ser notório algum desinteresse pela escola e pelas matérias dadas, contudo, de uma forma geral existe acompanhamento por parte dos pais, no que diz respeito ao percurso escolar dos seus filhos. Existem determinadas temáticas que são bastante trabalhadas na escola, como é o caso dos direitos das crianças outras, na opinião das crianças e jovens parecem ser menos trabalhadas, como é o caso da promoção da saúde e da educação sexual e assim poderia haver uma maior incidência nestes temas, por parte da escola. Grande parte das crianças e

jovens consideram que se tiverem algum problema podem procurar ajuda junto dos professores ou outros adultos que trabalhem na escola e, ainda, manifestam um relacionamento próximo com os pais.

Por sua vez, o direito à proteção incide na satisfação de necessidades associadas a vulnerabilidades específicas, como por exemplo, os maus tratos e negligências, consumos e comportamentos aditivos, o acolhimento de crianças e jovens, a prática de violência(s) por parte de crianças e jovens, o sistema de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens. Neste tema importa referir o sentimento de insegurança que é vivido quer pelas crianças como pelos jovens, dentro e fora do espaço escolar, atendendo a situações de violência. Também é preocupante a exposição dos jovens à oferta de drogas dentro e fora do espaço escolar. Quanto a maus tratos físicos, ainda existe uma percentagem considerável que assume a existência de violência física por parte dos pais e até mesmo dos professores. A CPCJ é encarada como uma entidade que apoiou alguns jovens, no entanto uma minoria não conseguiu encontrar a mais valia ao nível da promoção e proteção dos seus direitos.

O direito à participação é um dos direitos que mais está afetado principalmente no contexto educativo, pois sentem que não são envolvidos na organização da escola. Também praticamente não existe participação em projetos da comunidade, nem no Conselho Municipal de Juventude, uma vez que também ao nível local não existe esta resposta, que poderia ser mais um instrumento para incentivar e promover uma estrutura mais participativa das crianças e jovens do concelho.

O direito à não discriminação também é algo que é sentido pelas crianças e jovens, pois, efetivamente, afirmam que nem todos são tratados da mesma forma pelos professores/as. Cerca de um quarto dos jovens também considera que as crianças com algum tipo de deficiência nem sempre utiliza os mesmos espaços que as outras crianças.

A parentalidade positiva e a existência de condições para o seu exercício também é algo que interfere nos direitos das crianças, de uma forma geral constata-se que existe um acompanhamento próximo dos pais no percurso escolar dos filhos, não obstante, as crianças e os jovens sentem que não existe um maior envolvimento em áreas como a brincadeira e o lazer, no acompanhamento das atividades desportivas e até mesmo em atividades lúdicas que acontecem na escola.

Para que se possa dar continuidade à elaboração do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens é importante definir áreas estratégicas de intervenção, tendo em conta os problemas identificados (pontos fracos) e as potencialidades (pontos fortes).

Uma das potencialidades identificadas no território é a existência de inúmeras infraestruturas, associações, serviços e atividades no concelho que oferecem uma grande panóplia de escolhas/respostas dirigidas às crianças, aos jovens, porém, deverá existir uma maior divulgação das mesmas junto das famílias.

Ao nível das competências parentais, importa referir que de uma maneira geral as crianças e os jovens se sentem bem nas suas famílias e sentem que existe acompanhamento por parte dos seus pais. No entanto, seria interessante realizar programas de parentalidade positiva ou ações de sensibilização juntos dos pais, procurando informá-los sobre os seus direitos ao nível do acompanhamento dos seus filhos (no âmbito escolar, saúde, tempos livres, etc.) e sensibilizar para a importância de passar tempo de qualidade com os seus filhos, promovendo uma maior valorização dos tempos livres e atividades de lazer. De ressaltar que, seria importante também criar programas que sensibilizem para uma educação menos punitiva, quer no contexto familiar, bem como no educativo.

A área da participação surge como uma fragilidade no contexto educativo, sendo que deveria existir uma maior auscultação das opiniões das crianças e dos jovens sobre assuntos relacionados com o funcionamento da escola. Seria interessante dar continuidade às Assembleias de Crianças e Jovens, projetos que a CPCJ já tinha implementado na escola em anos anteriores. Além disso, seria muito importante que o Município de Campo Maior também incentivasse à criação de um Conselho Municipal de Jovens, onde fosse criado um espaço que permitisse às crianças e jovens terem voz ativa e participarem na sua comunidade de uma forma mais interventiva.

Por último, a questão da segurança também é encarada como um ponto fraco, atendendo ao sentimento de insegurança que algumas crianças e jovens manifestaram, pelo que seria importante a promoção de programas de prevenção da violência escolar na escola, transferindo ferramentas para as crianças e para os jovens lidarem com esse tipo de situações quer dentro ou fora da escola. Também seria de extrema importância o desenvolvimento de um programa com vista à prevenção dos comportamentos aditivos.

Será importante lembrar que o Plano Local deverá utilizar diferentes instrumentos de recolha de informação e diferentes fontes de informação, quer a nível quantitativo, bem como qualitativo, procurando obter o máximo de conhecimento sobre a realidade estudada, permitindo que exista um cruzamento de informações e que estas sejam complementares na análise realizada.

Finalizando, após ter sido possível identificar potencialidades e vulnerabilidades no âmbito dos direitos das crianças, no concelho de Campo Maior, as crianças e os jovens têm o

privilégio de ter acesso a determinados conhecimentos, competências e recursos, que lhes possibilita serem cidadãos mais ativos na comunidade onde vivem. No entanto, a própria comunidade também terá que possibilitar a criação de determinados espaços e momentos, onde as crianças e os jovens possam colocar em prática a sua cidadania ativa, zelando pelos seus interesses e principalmente pelos seus direitos.

6. Referências bibliográficas

- Albuquerque, C., (s.d.). *Os Direitos das Crianças: as Nações Unidas, a Convenção e o Comité*. Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Procuradoria Geral da República. Ministério Público. Portugal. https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/os_direitos_crianca_catarina_albuquerque.pdf
- Candeias, M.; Henriques, H. (2012). *1911/2011: Um século de Proteção de Crianças e Jovens*. III Seminário de I&DT, Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4156/1/Marisa%20Candeias_Helder%20Henriques.pdf
- Cardoso, A., Guerreiro, A., Silva A., & Lansdown, G. (2017). *Formação em direitos das crianças: a convenção em prática. referencial de formação*. CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social. https://www.cesis.org/admin/modulo_news/ficheiros_noticias/20170516152537-1theam_cesis_referencial_de_formacao_a_convencao_em_pratica.pdf
- Cardoso, A., Guerreiro, A., & CNPDPCJ. (2019). *Instrumento 6A - ferramenta de diagnóstico para jovens* [Instrumento não publicado]. CESIS/CNPDPCJ. Traduzido e adaptado de IRC/CERG. (s.d.). *Child Friendly Cities and Communities Assessment Toolkit*. <https://www.childwatch.uio.no/projects/activities/child-friendly-cities-and-communities-research-project/finaltoolkit2011.html>
- Cardoso, A., Guerreiro, A., & CNPDPCJ. (2019). *Instrumento 6B - ferramenta de diagnóstico para crianças* [Instrumento não publicado]. CESIS/CNPDPCJ. Traduzido e adaptado de IRC/CERG. (s.d.). *Child Friendly Cities and Communities Assessment Toolkit*. <https://www.childwatch.uio.no/projects/activities/child-friendly-cities-and-communities-research-project/finaltoolkit2011.html>
- Cardoso, A., Guerreiro, A., & CNPDPCJ. (2019). *Planos locais de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens. Documento 5 - Diagnóstico local: Orientações para a recolha de informação quantitativa*. Documento enviado por e-mail pela coordenação do projeto Adélia da CNPDPCJ.

Cavalcanti, T. M., Gouveia, V. V., Medeiros, E. D. de., Mariano, T. E., Moura, H. M. de., & Moizeis, H. B. C. (2019). Hierarquia das Necessidades de Maslow: Validação de um Instrumento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.39.1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003183408>

Childwatch International Research Network and the UNICEF Innocenti Research Centre & Children's Environments Research Group (CERG-IRC) (2011). *The Child Friendly Community Assessment Tools. A Facilitator's Guide to the Local Assessment of Children's Rights*. <https://www.childwatch.uio.no/projects/activities/child-friendly-cities-and-communities-research-project/finaltoolkit2011.html>

Código Civil. DL n.º 47344/66, de 25 de Novembro. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis

Comissão de Ética do IPP (2021). *Código de Ética do IPP*. Publicado no Diário da República, n.º 157, despacho n.º 8047/2021, 2ª série. <https://pae.ippportalegre.pt/repositoryStream/317977>

Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (s.d.), *Guia de Orientações para os profissionais da Acção Social na Abordagem de Situações de Perigo*. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14804/Guia+de+Orienta%C3%A7%C3%B5es+para+Profissionais+de+A%C3%A7%C3%A3o+Social/5c6dc372-e12b-4b84-a462-38eccc5a6e85>

Conselho Europa (2016). *Estratégia do Conselho da Europa sobre os Direitos da Criança*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/19464/Recomenda%C3%A7%C3%A3o+2006/e36ba3eb-d849-4ebb-9827-688de3e92f94>

Coutinho, I. C., Santos, M. S., & Gaspar, M. F. (2012). Educação parental com famílias maltratantes: Que potencialidades? *Análise Psicológica*, 4 (XXX): 405-420.

Decreto-Lei n.º 47344. Código Civil. Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 1966-11-25. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/47344-1966-477358>

Justiça, M. d. (1962). *Organização Tutelar de Menores*. Diário da República, I Série, N.º 89, pp. 512-52.

- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. Diário da República n.º 155/2005, Série I-A de 2005-08-12. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei-constitucional/1-2005-243729>
- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*. Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01. <https://data.dre.pt/eli/lei/147/1999/09/01/p/dre/pt/html>
- Lei n.º 166/99, de 14 de setembro. *Lei Tutelar Educativa*. Diário da República n.º 215/1999, Série I-A de 1999-09-14. <https://data.dre.pt/eli/lei/166/1999/09/14/p/dre/pt/html>
- Marôco, J. (2010). *Análise Estatística com o PASW Statistics*. ReportNumber, Lda.
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga. Psiquilíbrios Edições.
- Nunes, D, Trindade, M.J., Corino, R. (2019). *Diagnóstico Social de Campo Maior 2019*. Câmara Municipal de Campo Maior. Documento policopiado.
- PorData/Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2021). *Dados Estatísticos do Concelho de Campo Maior. PorData – Estatísticas sobre Portugal e a Europa*. <https://www.pordata.pt/>
- Ribeiro, M. D., & Sani, A. I. (2009). Risco, Protecção e Resiliência em situações de Violência. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde Porto*, nº6. 400-407. https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1294/2/400-407_FCS_06_-7.pdf
- Schirmann, J. K., Miranda, N. G., Gomes, V. F., & Zarth, E. L. F. (2019). Fases de desenvolvimento humano segundo Jean Piaget. In VI Congresso Nacional de Educação. https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA9_ID4743_27092019225225.pdf
- UNICEF (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20-11-1989 e ratificada por Portugal em 21-9-1990. Comité Português para a UNICEF. https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf
- UNICEF Portugal (01 de maio 2022). Comité Português para a UNICEF (Instituição de Utilidade Pública). *UNICEF para todas as crianças*. <https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/0-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>

WHO (World Health Organization) (2006). *Preventing child maltreatment. A guide to taking action and generating evidence.*
http://whqlibdoc.who.int/publications/2006/9241594365_eng.pdf.